

**IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves**

**2012**

**CADERNO DE PESQUISA**

**Perfil da Juventude e  
Políticas Públicas  
no Espírito Santo**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

# **Perfil da Juventude e Políticas Públicas no Espírito Santo**

Vitória, maio 2012

Instituto Jones dos Santos Neves  
Perfil da juventude e políticas públicas  
no Espírito Santo. Vitória, ES, 2012.

123p. il.tab.

1.Juventude. 2.Política Pública. 3.Indicadores  
Sociais. 4.Espírito Santo (Estado). I.Título.

**GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Renato Casagrande

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Givaldo Vieira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO**

Guilherme Henrique Pereira

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES**

**Diretor Presidente**

José Edil Benedito

**Diretora de Estudos e Pesquisas**

Denise Pereira Barros Nascimento

**Coordenadora de Estudos Sociais**

Ana Paula Santos Sampaio

**EQUIPE TÉCNICA**

Ana Paula Santos Sampaio

Antônio Ricardo F. da Rocha

Clevertanio Silva Gomes

Damiene Paula de Oliveira Alves

Deivison Souza Cruz

Estefania Ribeiro da Silva

Latussa Laranja Monteiro

Lorena Zardo Trindade

Sandra Mara Pereira

Thiago de Carvalho Guadalupe

**Assessoria de Relacionamento Institucional**

Projeto gráfico/arte

Lastênio João Scopel

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha

João Vitor André

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

## Apresentação

O trabalho que ora se apresenta foi resultado de uma demanda do Grupo de Trabalho instituído em 18 janeiro de 2012, pelo decreto nº 2948 – R<sup>1</sup> do Governo do Estado do Espírito Santo, com a finalidade de elaborar propostas de Políticas Públicas para a Juventude. A publicação deu destaque ao tema juventude em cada um dos capítulos, que exploraram aspectos diferentes, tendo como referência os Eixos definidos pela Lei Estadual nº 8.594, de 13 de julho de 2007 que aprovou o Plano Estadual da Juventude (ESPÍRITO SANTO, 2007).

A primeira parte deste trabalho apresenta o conceito de Juventude, levantando aspectos da heterogeneidade da categoria que o recorte etário (15 a 29) não exige. Em seguida abordou-se a constituição de um marco legal, que viabilize uma política juvenil. Dessa forma, para ampliar a compreensão sobre o tema, discutiu-se em outro ponto quais são os parâmetros dessa política e como as concepções acerca da juventude prevalentes em uma sociedade podem ter implicações diretas nos desenhos políticos adotados. Portanto, é importante que a formulação da Política Pública tenha relação direta com a diversidade da juventude. Para isso, discutiu-se, ao final da primeira parte o desafio de apreender tais diversidades sem cair na fragmentação que possa impossibilitar o diálogo e as ações coletivas.

<sup>1</sup> DECRETO Nº 2948 – R, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar propostas de Políticas Públicas de Juventude. O grupo terá duração de 60 (sessenta) dias, facultada a prorrogação por igual período.

Em um segundo momento, utilizou-se os Eixos e Diretrizes<sup>2</sup> definidos pelo Plano Estadual para Juventude no Espírito Santo como referência, dessa forma a categoria Juventude é associada a vários aspectos: educação, mercado de trabalho, cultura, saúde, esporte, lazer e segurança, além de questões relacionadas ao território, tanto urbano, quanto rural. Houve um esforço conceitual para apresentar tais categorias, utilizando-se de indicadores, explanados por meio de tabelas e gráficos. Em alguns casos, a limitação das bases de dados impediu maiores detalhamentos.

O capítulo 2 intitulado “Juventude, Educação e Trabalho” discute como o crescimento da população jovem interfere diretamente no aumento das demandas sociais por capacidade de absorção da mão-de-obra e educação. Indicadores diversos relativos inserção dos jovens na educação, em seus diferentes níveis e modalidades, e no mercado de trabalho no Espírito Santo são apresentados, com o objetivo de descrever o cenário vivenciado atualmente. Salienta-se que fatores significativos da formação juvenil entrelaçam-se à construção de perspectivas e trajetórias para o desenvolvimento tanto dos jovens quanto da sociedade.

O capítulo 3, “Juventude (s), Habitação e Transporte” mostra aspectos da relação entre a juventude e o território, seja ele entendido como o ambiente urbano, rural ou, especificamente, de

<sup>2</sup> Eixo I: Desenvolvimento integral (Educação, Comunicação, Mercado de Trabalho, Cultura); Eixo II: Direito ao Território (Cidade, Campo, Transporte público, Meio ambiente e Comunidades tradicionais); Eixo III: Qualidade de vida (Saúde, Esporte, Lazer e tempo livre); Eixo IV: Direito a Diversidade; Eixo V: Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos.

comunidades tradicionais. Nessa relação sobressaem-se principalmente as questões relativas à moradia e ao transporte. Um pressuposto importante na discussão apresentada é que o direito constitucional à moradia pressupõe não apenas a existência de uma moradia, mas também a dignidade desta moradia. Destaca-se que o atendimento do direito ao território é alvo de políticas públicas diferentes e que a abordagem ao tema não tem nenhuma pretensão de esgotá-lo no âmbito desta publicação, face a sua complexidade.

O capítulo 4, “Qualidade de vida: saúde, esporte e lazer”, inicia-se afirmando que saúde não deve ser conceituada simplesmente a partir da ausência de doença ou enfermidade, mas como um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, pontua-se que é importante que o foco da promoção da saúde seja garantir oportunidades igualitárias aos diversos grupos populacionais, assegurando o acesso à informação, por exemplo. Um conjunto de fatores que se referem às condições sociais nas quais se desenvolve a vida do jovem podem influenciar positiva ou negativamente em sua rotina. Neste capítulo são abordados subtemas relativos a *saúde sexual e reprodutiva, morbidade e mortalidade, esporte e tempo livre* – temas diretamente relacionados, mas cujo estudo remete a acúmulos de conhecimento diferenciados e à indicadores específicos.

O capítulo 5, Vitimização a Delinquência juvenil, aborda a problemática tanto do jovem principal vítima da criminalidade, quanto aquela do jovem como um dos principais autores de delinquência. Busca entender quais fatores podem explicar sua vitimização e seu envolvimento com o crime, destacando que, a inserção nas atividades de delinquência juvenil encaminha esses jovens para uma situação ainda maior de vulnerabilidades sociais.

O capítulo 6, intitulado “Institucionalidade da Política Pública para Juventude”, apresenta a governança da política federal e estadual para a Juventude. A tentativa foi, especialmente, para o Governo Estadual do Espírito Santo, apresentar quais os principais atores políticos responsáveis pela política estadual, embora não tenha uma configuração precisa da integração das diversas instâncias. Por último, é apresentado um quadro, organizado por eixos da política, com a identificação dos programas e projetos que atendem ao público juvenil.

Nas considerações finais são destacados alguns aspectos, além de proposições elencadas pela equipe do Instituto Jones para contribuir com a formulação das Políticas Públicas.



# Sumário

15	1. Juventude (s)
17	1.1 Marco legal da política
20	1.2 Políticas públicas para juventude
24	1.3 Políticas públicas de juventude e diversidade
28	2. Juventude, educação e mercado de trabalho
42	3. Juventude (s), comunicação, habitação e transporte
44	3.1 Habitação
48	3.2 Comunicação
51	3.3 Trânsito e transportes
53	4. Qualidade de Vida: saúde esporte e lazer
54	4.1 Saúde sexual e reprodutiva
57	4.2 Morbidade e mortalidade
59	4.3 Juventude, esporte e tempo livre
68	5. Vitimização e delinquência juvenil
71	5.1 O jovem vítima da violência
75	5.2 Jovem, violência e gênero
77	5.2.1 Invisibilidade das meninas
78	5.3 Delinquência juvenil
82	5.4 Adolescentes em conflito com a lei no Espírito Santo: análise dos dados da Delegacia de Atendimento ao Adolescente em conflito com a Lei (DEACL)
88	6. Governança da política pública para juventude no Brasil e no Espírito Santo
93	7. Considerações finais
97	Referências Bibliográficas
103	Anexos

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos por anos completos de estudo: Espírito Santo, 2009 .....	33
Tabela 2 - População de 15 a 29 que frequenta escola por modalidade e rede de ensino: Espírito Santo, 2009 .....	36
Tabela 3 - Proporção de pessoas em ano irregular de estudo: Espírito Santo, 2009 .....	36
Tabela 4 - Alocação do tempo dos jovens segundo classes sociais: Espírito Santo, 2009 .....	38
Tabela 5 - População, população jovem, domicílios e domicílios com jovens: Espírito Santo, 2001 e 2009 .....	44
Tabela 6 - Déficit Habitacional total e para domicílios com renda per capita de até 3 salários mínimos segundo situação do domicílio: Espírito Santo, 2009 .....	46
Tabela 7 - Percentual de Domicílios com telefone móvel celular para uso pessoal, computador e internet no Espírito Santo, 2001, 2005 e 2009 .....	49
Tabela 8 - Percentual dos usuários de meios de transporte por grupos de idade: Espírito Santo, 2009 .....	52
Tabela 9 - Taxa de mortalidade por AIDS por 100 mil habitantes: Brasil, ES e Região Sudeste, 2009 .....	55
Tabela 10 - Casos de AIDS segundo faixa etária (13 a 29)36 por sexo e ano de diagnóstico: Espírito Santo, 2008-2010 .....	55
Tabela 11 - Percentual de mães na faixa etária de 15 a 19 anos no total de mães. Brasil, ES e Região Sudeste, 2001 e 2009 .....	56
Tabela 12 - Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos: Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo, 2009 .....	56

Tabela 13 - Principais causas de morbidade hospitalar do SUS (CID 10), na faixa de 15 a 29 anos, por sexo – 2010 .....	57
Tabela 14 - Número absoluto, percentual e taxa (por 100 mil) de mortes por causas externas específicas, por sexo masculino, Jovens (15 a 29 anos): Espírito Santo, 2009 .....	58
Tabela 15 - Número absoluto, percentual e taxa de mortes por causas externas específicas, por sexo feminino, Jovens (15 a 29 anos): Espírito Santo, 2009 .....	58
Tabela 16 - Distribuição de espaços de lazer e cultura, segundo sexo dos jovens: Brasil, 2007 .....	64
Tabela 17 - Índice de Homicídios entre adolescentes e jovens (12 a 29) .....	73
Tabela 18 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) .....	73

## **LISTA DE FIGURAS**

Quadro 1 - Conselhos Municipais da Juventude (CMJ) – Espírito Santo .....	19
Mapa 1 - Variação percentual da População, da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego: Espírito Santo, de 2001 a 2009 .....	27
Mapa 2 - Variação percentual da População, da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego: Espírito Santo, de 2001 a 2009 .....	27
Figura 1 - Variação percentual da População, da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego: Espírito Santo, de 2001 a 2009 .....	29
Figura 2 - Distribuição da População de 15 a 29 anos Economicamente Ativa por grupo de idade: Espírito Santo, 2009 .....	29
Figura 3 - Distribuição percentual da população de 15 a 29 anos e 15 anos ou mais ocupada: Espírito Santo, 2009 .....	30

Figura 4 - Distribuição percentual da população de 15 a 29 anos ocupada, segundo ramo de atividade: Espírito Santo, 2009 .....	<b>30</b>
Figura 5 - Distribuição percentual da população de 15 a 29 anos desocupada segundo grupo de idade- Espírito Santo, 2009 .....	<b>31</b>
Figura 6 - Distribuição percentual das pessoas de 15 a 29 anos, desocupadas na semana de referência, segundo anos de estudo: Espírito Santo, 2009 .....	<b>32</b>
Figura 7 - Escolaridade média das pessoas de 15 a 29 anos: Espírito Santo, 2009 .....	<b>33</b>
Figura 8 - Distribuição percentual da população de 15 a 29 anos que frequenta escola segundo faixa etária: Espírito Santo, 2009 .....	<b>35</b>
Figura 9 - Distribuição da população de 15 a 29 anos que frequenta escola segundo a modalidade de ensino: Espírito Santo, 2009 .....	<b>35</b>
Figura 10 - Alocação do tempo da população de 15 a 29 anos: Espírito Santo, 2009 ....	<b>37</b>
Quadro 2 - Jovens na escola .....	<b>39</b>
Figura 11 - Percentual de domicílios com jovens atendidos por infraestrutura básica: Espírito Santo, 2009 .....	<b>45</b>
Figura 12 - Déficit habitacional na área urbana: Espírito Santo, 2009 .....	<b>46</b>
Figura 13 - Déficit habitacional na área rural: Espírito Santo, 2009 .....	<b>46</b>
Quadro 3 - Glossário de termos sobre Necessidades Habitacionais .....	<b>47</b>
Figura 14 - Domicílios que residem jovens, com acesso a serviços de telefonia, computador e internet: Espírito Santo, 2009 .....	<b>49</b>
Figura 15 - Percentual de domicílios com telefone móvel celular para uso pessoal, por situação do domicílio: Espírito Santo, 2001, 2005 e 2009 .....	<b>50</b>
Figura 16 - Percentual de domicílios com jovens, com acesso a computador: Espírito Santo, 2001, 2005 e 2009 .....	<b>50</b>

Figura 17 - Percentual de domicílios com jovens, com acesso a computador com internet: Espírito Santo, 2001, 2005 e 2009 .....	51
Quadro 4 - Rede Cultura Jovem .....	67
Figura 18 - Taxas de homicídios de jovens e não jovens por 100 mil habitantes: Espírito Santo, 1980 e 2010 .....	72
Figura 19 - Taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes (15 a 24): Espírito Santo, Sudeste e Brasil, 2000 a 2010 .....	72
Quadro 5 - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – Ministério Público .....	74
Figura 20 - Proporção de homicídios por sexo: Espírito Santo, 2002, 2006 e 2010 .....	75
Figura 21 - Taxa de homicídios por (100 mil), por faixa etária, sexo masculino: Espírito Santo, 2002, 2006 e 2010 .....	76
Figura 22 - Taxas de homicídio (100 mil) por subgrupo populacional e grupo de municípios .....	76
Figura 23 - Fator de risco, sexo e grupo de municípios (RMGV, Municípios polo e Demais municípios) 2010 e 2011 .....	77
Figura 24 - Modelo Integrado para Causalidade da Violência .....	79
Quadro 6 - Modelo Analítico Conceitual: Juventude e Violência .....	79
Figura 25 - Percentual de presos do sexo masculino por faixa de idade em relação ao total de presos: Espírito Santo, 2005 e 2010 .....	80
Figura 26 - Percentual de presos do sexo masculino por escolaridade: Espírito Santo, 2005 e 2010 .....	81
Figura 27 - Idade dos envolvidos em crimes, por crimes, para os grandes municípios: Espírito Santo, 2005 a 2010 .....	81

Figura 28 - Número de ocorrências da DEACL por ano (2007 a 2010) .....	<b>83</b>
Figura 29 - Percentual dos tipos de crime conforme a DEACL: Espírito Santo, 2007 a 2010 .....	<b>83</b>
Figura 30 - Percentual dos tipos de crime, por natureza do crime praticado conforme a DEACL: Espírito Santo, 2010 .....	<b>84</b>
Figura 31 - Percentual de adolescentes por sexo: Espírito Santo, 2010 .....	<b>85</b>
Figura 32 - Idade dos adolescentes em conflito com a lei <i>versus</i> Nº de ocorrências: Espírito Santo, 2010 .....	<b>86</b>
Figura 33 - Percentual de adolescentes em conflito com Lei que usam drogas: Espírito Santo, 2010 .....	<b>87</b>
Figura 34 - Organização Institucional da Política Pública para Juventude .....	<b>91</b>
Figura 35 - Órgãos estaduais responsáveis por Programas e Projetos para Juventude .....	<b>92</b>

### **ANEXOS – LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - População residente total e de 15 a 29 anos: Espírito Santo, 2000 e 2010 .....	<b>104</b>
Tabela 2 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por Dependência Administrativa, Gênero, Localização e Cor/Raça no Espírito Santo em 2010. ....	<b>106</b>
Tabela 3 - Número de matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa, Gênero, Localização e Cor/Raça no Espírito Santo em 2010 .....	<b>107</b>
Tabela 4 - Número de Matrículas, Concluintes e Ingressos por modalidade de ensino – Espírito Santo, 2010 .....	<b>107</b>

Tabela 5 - Número de jovens matriculados por modalidade de ensino Espírito Santo - 2010 .....	108
Tabela 6 - Número de jovens matriculados por modalidade de ensino e categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior Espírito Santo – 2010 .....	109
Tabela 7 - Número de Jovens em atividades complementares Espírito Santo - 2010 .....	109
Tabela 8 - Número de ingressos de jovens por modalidade de ensino Espírito Santo - 2010 .....	109
Tabela 9 - Número de jovens matriculados por modalidade de ensino e categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior Espírito Santo – 2010 .....	110

## **ANEXOS – LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Distribuição da população de 15 a 29 anos analfabeta segundo faixa etária - Espírito Santo, 2009 .....	104
Figura 2 - Distribuição da população analfabeta de 15 a 29 anos segundo faixa etária .....	104
Figura 3 - Distribuição da população de 15 a 29 anos analfabeta funcional Espírito Santo, 2009 .....	105
Figura 4 - Escolaridade média das pessoas de 15 a 29 anos: Espírito Santo, urbano e rural, 2009 .....	105
Figura 5 - Distribuição da população analfabeta funcional de 15 a 29 anos segundo faixa etária .....	106
Quadro 1 - Componentes do IVJ-Violência (Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência) Ano base – 2007 .....	111
Quadro 2 - Quadro de programas e projetos para juventude - Governo Estadual .....	112



## Juventude(s)

O termo juventude, foco privilegiado desta Nota Técnica (NT) pode ser definido, numa primeira aproximação, a partir do recorte etário adotado pela Secretaria Nacional de Juventude, pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e pelo Estatuto da Juventude,<sup>3</sup> que compreende os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos.

A adoção no Brasil desse recorte etário é recente e segue uma tendência geral observada internacionalmente. Durante muito tempo considerou-se jovem o indivíduo entre 15 e 24 anos. A justificativa da ampliação para os 29 anos relaciona-se à maior expectativa de vida para a população em geral e à maior dificuldade desta geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho.

Certamente qualquer recorte etário adotado cumprirá uma função mais operacional do que conceitual, visto que não dará conta de toda a complexidade inerente ao tema. Este, embora não seja recente no cenário social e político, ainda carece de ser *ampliado* e *pluralizado*, com vistas a conceber as *heterogeneidades das adolescências e juventudes* (LEON DÁVILA, 2005, citado por TAQUETTI, 2010, p. 89).

Por isso não podemos perder de vista, neste espaço, que Juventude é uma categoria multidimensional e uma construção social e histórica. Ou seja, varia no tempo, de uma cultura para a outra, assim como no interior de uma mesma sociedade; não é um dado absoluto, mas parte da vida social, fruto dos processos de *estruturação social*.

<sup>3</sup> Projeto de Lei nº 4529/04 referente ao Estatuto da Juventude propõe em seu texto uma subdivisão na nomenclatura jovem, a saber: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; jovem-adulto, entre 25 e 29 anos. Aprovado pelo Legislativo Federal em 2011 e em tramitação no Senado.



Um sentido muito corrente do termo juventude remete à noção de uma fase entre a infância e a maturidade, uma etapa de transição para a vida adulta, cujos atributos principais são a independência econômica e familiar. Entretanto, é importante associar a esta noção de juventude a compreensão de como cada sociedade constitui esta etapa da vida e que significado lhe atribui, como esta fase é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais como classe, gênero, etnia etc.

O uso da expressão *juventudes* – no plural –, cumpre a função de *ênfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens* (AQUINO, 2009, p. 31).

Importa salientar também o peso que determinadas visões assumiram, de forma estereotipada, nas discussões sobre juventude. Ao mesmo tempo em que encontramos a representação social do *ser jovem* como algo positivo, associado à beleza e à virilidade, responsável pelas mudanças sociais, encontramos também uma imagem negativa e massificada de juventude diretamente ligada a desvios de conduta, à rebeldia e à criminalidade, como problemas (NOVAES, citado por TAQUETTI, 2010, p.84).

Por outro lado, é corrente também a tendência a olhar a juventude a partir do *vir a ser*, focando esta fase do ciclo da vida como uma preparação para o futuro, onde os sujeitos são apenas vistos a partir de seu valor estratégico para o desenvolvimento social, desconsiderando-os como sujeitos de direito que querem viver efetivamente o presente, que têm demandas específicas.

Como afirma o CONJUVE (2011, p.16) é preciso pensar a juventude para além de um padrão único na transição para a vida adulta, *como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos que tem especificidades que marcam a trajetória de cada um.*

Compreender a Juventude enquanto um fenômeno multidimensional é entender que diversos são os fatores que constituem a identidade juvenil; trata-se de um momento onde o indivíduo começa a enfrentar e ter que dar respostas individuais às diversas instituições sociais que o cercam; é um momento onde passa-se por diversas transformações biológicas e psicológicas e que o contexto econômico e social ao qual ele está inserido é parte integrante da construção de sua personalidade. Tudo isso é fundamental para compreendermos que não estamos falando de uma população homogênea e sim de diversos grupos de pertencimento com identidades próprias, ou seja, não estamos falando de juventude, mas sim de Juventudes. É um momento na vida em que se está mais aberto a apreensão de novos conhecimentos, posturas e construções de novas relações sociais. (COELHO, 2003, citado por ARAUJO et al, p. 2).

Para além do recorte etário que cumpre uma função operacional no âmbito da constituição das políticas Públicas de Juventude, as abordagens sobre a categoria juventude devem considerar a pluralidade e as diferentes circunstâncias que envolvem a condição dos sujeitos jovens.

## 1.1. Marco Legal

Não existe no Brasil uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens. Durante muito tempo a principal referência legal para a juventude foi o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que abrange a faixa etária até os 18 anos.<sup>4</sup> As autoras Enid Rocha da Silva e Carla Coelho de Andrade, em uma publicação do IPEA sobre o tema, sintetizam bem o cenário:

O estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, em 1985, pela ONU, somado ao empenho de agências intergovernamentais como a OIJ, representou um grande impulso para que as questões de juventude entrassem na pauta de políticas públicas dos países da América Latina, ao longo da década de 1990. No entanto, o Brasil viveu uma situação singular em relação aos outros países da América Latina no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas de juventude. Distintamente destes países, no caso brasileiro, as ações desencadeadas pelas agências da ONU

tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para este grupo populacional. Naquele momento, pouca relevância se dava ao tema *juventude*, estando o foco das preocupações e mobilizações centrado na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática de meninos e meninas de rua na década de 1980, foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços se aplicaram apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 47-48).

Somente a partir da década de 1990 percebeu-se uma maior projeção do tema juventude que passou a contar com maior visibilidade e com a percepção de que ela vai além da adolescência, exigindo ações e projetos a partir de outras lógicas, além da proteção garantida pelo ECA às crianças e aos adolescentes.

Nesse sentido, a constituição de um marco legal, que viabilize uma política juvenil como uma política de Estado é um processo recente e ainda em construção no Brasil.

A Emenda Constitucional 65 (BRASIL, 2010), promulgada em 13 de julho de 2010, alterou a denominação do Capítulo VII do

<sup>4</sup> O ECA (Lei 8069/90) é um marco fundamental no ordenamento jurídico da proteção dos direitos para a população de 0 a 18 anos (doutrina de proteção integral).

Título VIII da Constituição Federal para incluir o termo “jovem”,<sup>5</sup> assim como modificou o art. 227 para incluir os interesses da juventude.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e **ao jovem, com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988; BRASIL, 2010, grifos nossos).

Além da modificação da redação inicial do Art. 227, parágrafos e incisos deste artigo também sofreram alterações para que expressassem os interesses dos jovens. Importa salientar aqui, no entanto, o parágrafo oitavo incluído pela Emenda 65 que afirma que a lei estabelecerá (I) o Estatuto da Juventude, destinado a regular os direitos dos jovens e (II) o Plano Nacional de Juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

A aprovação da Emenda 65 certamente incluiu a juventude como uma questão de

Estado e representou o reconhecimento da luta dos jovens.

O Estatuto da Juventude (Projeto de Lei 4529/2004) regulamenta os direitos das pessoas com idade entre 15 e 29 anos,<sup>6</sup> definindo obrigações da família, comunidade, da sociedade e do Poder Público. Aprovado em 2011 na Câmara dos Deputados e aguardando a apreciação do Senado, o Estatuto estabelece a responsabilidade das esferas governamentais na execução das políticas juvenis.

O Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei Nº 4530/04), por sua vez, que ainda aguarda entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados, propõe um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos. Vale destacar que o Plano estabelece que os estados e municípios que criarem órgãos de gestão das políticas de juventude e aprovarem planos locais no prazo de dois anos após a sanção da futura lei terão prioridade na distribuição de recursos destinados ao tema.

<sup>5</sup> A denominação do Capítulo VII do Título VII da CF passou a ser “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”.

<sup>6</sup> Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, e dos demais diplomas legais pertinentes.

A Emenda 65, o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude integram o marco legal da juventude no país, base fundamental para a consolidação de uma política de Estado voltada às especificidades deste segmento. Entretanto, tal política demanda também o fortalecimento dos órgãos de juventude e a ampliação dos canais de participação da juventude.<sup>7</sup>

No Espírito Santo, a Lei Estadual 8.594/07<sup>8</sup> instituiu em 2007 a Política Estadual de Juventude e criou o Conselho Estadual de

Juventude (CEJUVE), como uma importante iniciativa no sentido de garantir a institucionalização das políticas direcionadas ao público jovem com idade entre 15 e 29 anos.

No entanto, o CEJUVE ainda não foi instituído, face a ausência de sua regulamentação. Em consonância com as afirmações anteriores, vale destacar que a implementação deste órgão no estado é um passo importante para a consecução do objetivo de promover ações que assegurem os direitos da juventude, numa perspectiva emancipatória e protagonista.

#### Quadro 1 - Conselhos Municipais da Juventude (CMJ) – Espírito Santo

No Espírito Santo existem oito Conselhos Municipais da Juventude (CMJ): Vila Velha, Vitória,<sup>9</sup> Serra, Cariacica, Pedro Canário, João Neiva, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica.

O CMJ é o espaço no qual poder público, movimentos e organizações juvenis e sociedade civil debatem as políticas públicas e procuram soluções para os desafios enfrentados pelos jovens. É também no Conselho que todas as bandeiras da juventude dialogam e conseguem aglutinar as ideias e debatê-las de maneira democrática, entre representantes do governo e da sociedade civil.

Os Conselhos Municipais têm como atribuições propor, elaborar, discutir e aprovar programas e projetos relativos à juventude; desenvolver estudos e pesquisas que subsidiem o planejamento de ações públicas em favor do segmento nos municípios; colaborar com a administração municipal na implementação de políticas públicas para juventude; promover, organizar e participar de seminários, discussões, cursos relativos aos temas que envolvem o universo da juventude, tal como suas expressões culturais, especificidades socioeconômicas, regionais, étnico-raciais e de gênero.

Fonte: REDE DE CONSELHOS DE JUVENTUDE. Espaço formativo. Disponível em: <http://conselhosdejuventude.ning.com/page/espaco-formativo>. Acesso em: 12 de março de 2012.

<sup>7</sup> Como a Secretaria Nacional de Juventude, as coordenadorias e secretarias estaduais e municipais.

<sup>8</sup> Publicada no Diário Oficial no dia 13 de Julho de 2007.

<sup>9</sup> Embora o decreto n° 15.293, publicado em 08 de março de 2012, tenha regulamentado o CMJ de Vitória, até o fechamento desta publicação não havia a definição dos nomes dos conselheiros membros e, portanto, o conselho não estava em efetivo funcionamento.

## 1.2. Políticas Públicas para a Juventude

Torna-se importante buscar aqui uma aproximação aos conceitos *política* e política pública,<sup>10</sup> para que o sentido do termo “políticas públicas para a juventude” possa ser alcançado.

Se o Estado pode ser entendido como expressão das tensões, contradições e conflitos que derivam das desigualdades sociais – sejam elas regionais, de classe social, gênero, etnia e/ou geração –, a política, por sua vez, refere-se à luta pelo poder e à busca de acordos de governabilidade (ABAD, 2003, p. 14).

Sposito e Carrano (2003) traçam uma síntese interessante da caracterização de *políticas públicas*, conforme pode ser observado a seguir:

Em sua acepção mais genérica, a idéia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua

constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias. [...] (SPOSITO; CARRANO: 2003, p. 17 – nota 1).

Trata-se de um espaço de conflitos, onde os atores disputam as orientações na esfera pública, assim como os recursos necessários para implementar estas orientações sob a forma de ações articuladas voltadas a determinados objetivos.

Destaque-se que a política pública se constitui *na relação* entre Estado e sociedade civil. Para que exista uma política pública é necessário que uma determinada situação requeira uma decisão coletiva, capaz de se converter em vinculadora de toda a sociedade. Ou seja, a situação deve ser entendida como um *problema político*, um conflito ou demanda que afeta a convivência social. Os atores sociais envolvidos, por sua vez, devem ter relevância, devem ser capazes de exercer pressão de alguma forma sobre a

<sup>10</sup> Não pretendemos obviamente esgotar aqui todo o debate existente em torno dos termos política e políticas públicas. Trata-se apenas de uma aproximação de alguns elementos importantes que configuram os conceitos e que nos auxiliarão neste contexto.

agenda governamental (ABAD, Miguel, 2003, p. 15). A política pública pressupõe o reconhecimento da sociedade e do Estado de que *a questão* a que se refere tem uma dimensão pública. Por outro lado, este reconhecimento do caráter público não é gratuito, mas fruto da dinâmica social, com suas desigualdades, tensões e contradições características.

A presença do aparelho público-estatal, seja na formulação, seja no acompanhamento ou avaliação é outro ponto importante assinalado por Sposito e Carrano (2003) na definição de política pública, citada anteriormente.

Nesse sentido, as políticas públicas para a juventude, então, são políticas destinadas a um grupo populacional específico, que surgem quando a juventude e / ou a situação vivida pelos jovens passam a serem vistas como uma *questão política* (um conflito ou demanda que afeta a convivência social). Essa percepção – embora não seja (em termos históricos) necessariamente concomitante à constituição dos jovens como atores sociais relevantes – potencializa-se quando os jovens tornam-se capazes de exercer pressão sobre a agenda governamental.

Vale destacar que as disputas não são só políticas, no sentido restrito do termo, mas simbólicas, operando com significados heterogêneos e por vezes opostos. Como afirmam Sposito e Carrano:

[...] Em sua diversidade, a sociedade civil conforma, por meio de suas organizações, representações muitas vezes opostas sobre a juventude, enquanto momento do ciclo de vida, e sobre as relações dos jovens com o mundo adulto. E, finalmente, os próprios jovens são protagonistas ativos dessas disputas em torno dos sentidos que emprestam ao tema da juventude, pois mesmo como atores impõem significados que traduzem modos diversos de pensar a si mesmos e a seus pares, perfilam diferentemente suas demandas e estabelecem projetos pessoais ou coletivos muitas vezes reproduzindo discursos adultos dominantes no âmbito social. Por essas razões, é preciso evitar o ardid que nega o caráter natural do ciclo de vida, incorporando recortes históricos, sociais e culturais que constituem a condição juvenil na contemporaneidade, mas reintroduz esse mesmo diapasão naturalista ao considerar que a condição juvenil produz intrinsecamente concepções semelhantes sobre sua fase de vida, em nítida oposição às representações dominantes advindas do mundo adulto (SPOSITO; CARRANO: 2003; p. 24-25).

As concepções acerca da juventude prevalentes em uma sociedade têm implicações diretas nos desenhos políticos adotados.<sup>11</sup> Krauskopf (*apud* TAQUETTI, 2010) formulou o entendimento desta interação em quatro paradigmas principais:

<sup>11</sup> Sposito (2003) chama atenção para a possibilidade de uma relação inversa também onde as orientações no campo da política pública conformem novas percepções e criem um impacto sobre a sociedade, o que reitera o caráter complexo da interrelação entre o conjunto de percepções dominantes sobre o que é ser jovem e as políticas de juventude.

1. *A juventude como período preparatório nas políticas* - [...] enfoque na preparação e formação do jovem para maturidade, sob uso do tempo livre, adotando claramente a noção de moratória social e vital, já que as ações são voltadas à educação, voluntariado, forças armadas e desporto [...];

2. *A juventude como etapa problema nas políticas* - o jovem aparece como problema para a sociedade [...]. Há uma estigmatização e criminalização dos jovens e grupos juvenis. [...] receio em relação à descontinuidade dos valores intergeracionais preconizados pelas instituições tradicionais como família, escola e o trabalho;

3. *A juventude cidadã como sujeito de políticas* - o jovem é visto como sujeito pleno de direitos, sob influência da criação de legislações que visam à proteção social e [...] de uma renovação da participação juvenil em prol da construção desses direitos;

4. *O reconhecimento da juventude nas políticas como ator estratégico do desenvolvimento* - focado na juventude pobre, [...] enfrentamento da exclusão social, preconizando a formação de capital humano juvenil e fortalecimento do capital social (TAQUETTI, 2010, p. 95-96).

Vale destacar que a síntese apresentada acima pode ser assumida neste contexto como um recurso metodológico ou como um parâmetro de análise da realidade, semelhante aos *tipos ideais* da sociologia compreensiva,<sup>12</sup> uma vez que os quatro paradigmas não são excludentes nem necessariamente seqüenciados em termos cronológicos. Embora certas percepções possam prevale-

cer em alguns momentos históricos, é possível afirmar a *coexistência*, no cenário atual brasileiro, de campos de significados distintos e muitas vezes até opostos.

Silva e Andrade (2009) assinalam que no final da década de 1990,<sup>13</sup> período em que o tema juventude começa a ganhar maior expressão, predominavam as percepções que associavam a juventude à violência, aos comportamentos de risco e à transgressão, o que influenciou a maioria das ações destinadas aos jovens.<sup>14</sup>

Prevaleceram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49).

Sem dúvida, a associação imediata dos jovens à condição de “risco social” ainda se faz presente em nossa sociedade, mas o surgimento de organizações e grupos juvenis com representação em variados campos – cultural, esportivo, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos e

<sup>12</sup> Referência ao marco teórico construído por Max Weber, um dos autores clássicos na Sociologia.

<sup>13</sup> Até então os jovens, em geral, eram atendidos pelas políticas sociais existentes destinadas ao conjunto da população, no âmbito da educação, saúde e trabalho.

<sup>14</sup> Para uma contextualização histórica das políticas de juventude a partir da redemocratização do país ver síntese presente na publicação “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010” (CONJUVE, 2011, p. 18-23).

em prol da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outros – é um dos fatores que favorecem a emergência da compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos*, “definidos não *por suas incompletudes ou desvios*, mas por suas especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas” (ABRAMO, 2005 citado por SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49).

É esta compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos* que está sendo assumida neste espaço. Este deve ser um pressuposto fundamental da construção das políticas de juventude, o que remete a um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações, a um modo de praticar a ação política pautado na abertura de canais de participação dos atores juvenis. O que não exclui ou se opõe necessariamente ao reconhecimento dos *jovens como atores estratégicos do desenvolvimento* ou da *juventude como um período de formação e preparação para a maturidade*.<sup>15</sup>

Se foi assumido aqui a compreensão do termo juventude a partir do reconhecimento de sua diversidade, sem pretensões universalizantes, é preciso reconhecer também a importância dos canais de participação dos segmentos juvenis. Sem uma escuta qualificada dos sujeitos reais e concretos – os jovens –, a formulação de políticas públicas de juventude corre o grande risco de não alcançar de fato os objetivos propostos.

Para além do marco legal, a construção de uma política pública de juventude, como política de Estado, demanda o fortalecimento dos órgãos de juventude, ou seja, da Secretaria Nacional de Juventude, das coordenadorias e secretarias estaduais e municipais, bem como a consolidação e ampliação de canais de participação da juventude, fortalecendo os conselhos e demais espaços de participação.<sup>16</sup>

Nesse sentido, em âmbito federal, em 2005,<sup>17</sup> o Governo criou a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da

<sup>15</sup> “Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos. No que pese o maior ou o menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção. Manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas? (Lagree, 1999)” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 18-19).

<sup>16</sup> Importa assinalar que participação é mais do que representação em órgãos colegiados ou conselhos. É preciso que os jovens ampliem seus conhecimentos sobre procedimentos orçamentários, trâmites legislativos, lidar com contas públicas, etc.

<sup>17</sup> Os estados de São Paulo, em 1986, e Minas Gerais, em 1987, instituíram os primeiros conselhos estaduais de juventude (CONJUVE, 2011, p. 18).



Presidência da República e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE),<sup>18</sup> espaços importantes para a formulação das políticas de juventude.

A criação de secretarias, coordenadorias e conselhos de juventude em vários municípios e estados brasileiros, assim como a criação dos Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude representam o fortalecimento institucional da temática.<sup>19</sup>

Percebe-se pelo exposto que as políticas públicas de juventude no Brasil têm trilhado um caminho importante rumo à sua consolidação. Entretanto, inúmeros desafios ainda se fazem presentes nesta trajetória, em especial o desafio de transpor as *visões estereotipadas* acerca dos jovens, que tendem a desqualificar qualquer interlocução pretendida pelos mesmos na esfera pública. Para além das definições que partem das incompletudes ou dos desvios, é preciso ampliar a percepção e a escuta dos sujeitos concretos, a partir da compreensão dos jovens como sujeitos de direito.

### 1.3. Políticas Públicas de Juventude e Diversidade

A construção histórica e social das políticas da juventude, assim como as demais políticas sociais, dialoga diretamente com a noção de cidadania, com a dimensão dos direitos que devem ser assegurados aos indivíduos dentro da sociedade.

Até muito recentemente as lutas sociais por direitos tinham como bandeira principal a *afirmação da igualdade*. O cenário atual, no entanto, tem revelado um deslocamento significativo, onde o *direito à diferença* ganha especial importância. A afirmação *somos todos iguais* parece perder cada vez mais espaço para a bandeira da diversidade: *temos direito de ser diferentes*.

Vale destacar, entretanto, que a relação entre os termos igualdade e diversidade não é necessariamente de polarização. Como afirma Candau (2008, p. 47): *Não se trata de afirmar um pólo e negar o outro, mas de articulá-los de tal modo que um nos remeta ao outro*.

<sup>18</sup> Atualmente o CONJUVE é composto por 60 conselheiros, dentre os quais 20 são indicados pelo poder público - Ministérios, Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados e o Fórum de Gestores Municipais de Juventude - e 40 são eleitos em assembleia pela sociedade civil - membros de organizações juvenis de representação nacional, ONGs, redes e movimentos.

<sup>19</sup> Some-se a isso o fato de que em 2008 o Brasil solicitou sua adesão oficial à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), o único órgão multilateral de juventude no mundo, vinculado à Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEA).

Nesse contexto, é possível afirmar as diferenças / singularidades sem fragmentar o sujeito coletivo destinatário das políticas públicas de juventude? Ou, dito de modo inverso, é possível falar de um modo genérico em juventude, sem ofuscar as diversas identidades contidas neste grande recorte?

Tudo indica que a resposta à primeira pergunta é positiva. O desafio é apreender as diversidades sem cair na fragmentação que impossibilita o diálogo e as ações coletivas.

A afirmação de identidades específicas (como: negros, mulheres, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ou pessoas com deficiência entre outros) dentro do recorte *juventude* não significa fragmentação ou apenas reivindicar *direitos para alguns*, mas a possibilidade de explorar o que cada movimento identitário pode contribuir para a formulação das políticas de juventude de forma mais ampla uma vez que a representatividade desses grupos é significativa. Dos grupos que possuem registros oficiais foram contabilizados, do total de 947 mil pessoas de 15 a 29

anos, 49,9% eram mulheres, 8,9% negros e 0,3% indígenas (IBGE, 2010).

Com relação às comunidades tradicionais<sup>20</sup> no Espírito Santo, são mais presentes no território estadual as comunidades quilombolas e indígenas. Segundo o mapa 1, elaborado a partir de informações do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER e da Fundação Cultural Palmares são aproximadamente 30 comunidades identificadas, distribuídas em oito municípios. É notável a concentração em Conceição da Barra e São Mateus. No tocante às comunidades indígenas no estado, segundo informações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estão mapeadas duas terras indígenas, Comboios e Tupiniquim ambas localizadas no município de Aracruz. Nessas terras estão presentes diversas aldeias das etnias Guarani e Tupiniquim.

Assim, se foi afirmado aqui a compreensão do termo juventude a partir do reconhecimento de sua diversidade, sem a naturalização do mesmo ou pretensões *universalizantes*, admite-se também que a unidade do

<sup>18</sup> Segundo o Decreto Presidencial nº 6.040, as comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios tradicionais, além de recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para tanto, se utilizam de conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Assim, são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, povos de terreiro, dentre outras (BRASIL, 2007).

sujeito das políticas públicas de juventude não é dada previamente. O que não implica um caráter negativo do processo político, mas exige uma práxis mais sensível à diferença e ao reconhecimento de ambigüidades e contradições dentro do recorte juventude. Vale lembrar, que estas ambigüidades e contradições podem ser extremamente produtivas.

Entende-se então que qualquer política pública de juventude que venha a ser construída sem considerar como os diferentes jovens vivem sua juventude e as desigualdades vivenciadas no acesso a oportunidades e direitos de acordo com as diferentes demarcações sociais (negros, indígenas, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, pessoas com deficiência, local de moradia, ser ou não de comunidades tradicionais, entre outras) tende a gerar uma invisibilidade acerca deste sujeito coletivo, comprometendo o alcance dos objetivos

anunciados. *As políticas públicas para os jovens, só se caracterizam como tal, se refletir as condições específicas das “juventudes”, e advir de pautas que realcem a capacidade e a participação política dos mesmos* (ARAÚJO et al, s/d, p.4).

Nesse contexto é pertinente lembrar a afirmação do sociólogo Boaventura de Souza Santos: *temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza* (SANTOS, 2006, p. 462). É possível e necessário propor diálogos entre diferentes grupos identitários sobre preocupações convergentes, a partir de universos sociais e culturais diversos. Compete ao Estado e à sociedade civil garantir espaços efetivos de interlocução e escuta dos diferentes grupos juvenis, com vistas a assegurar que o *direito à igualdade* assim como o *direito à diferença* sejam princípios norteadores na formulação e implementação das políticas públicas de juventude.



## 2. JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

No eixo sobre Desenvolvimento Integral da juventude, compreender quais são os fatores significativos na sua formação e na construção de suas identidades, perspectivas e trajetórias é indispensável para o entendimento do jovem contemporâneo (CONJUVES, 2011).

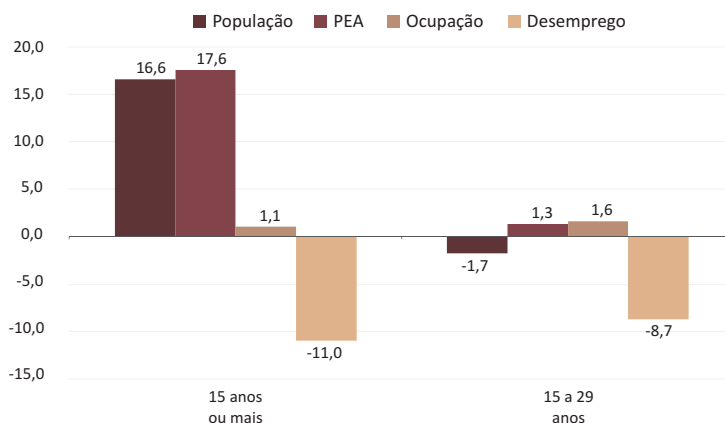
Os jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho e oportunidades no ensino superior. Assim, com o crescimento da população jovem a uma média de 0,6% ao ano,<sup>21</sup> crescem as demandas sociais por capacidade de absorção da mão-de-obra, educação e o reconhecimento da importância dos jovens na implantação de políticas públicas.

No Espírito Santo, a parcela de 15 a 29 anos de idade cresceu abaixo do ritmo de expansão da população total (1,3% ao ano) entre 2000 e 2010 e o estado permaneceu registrando a presença de um jovem a cada 3,6 capixabas. Do acréscimo de 417 mil pessoas no total da população verificado no mesmo período de tempo, verifica-se que 57 mil estavam situados na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, o que representou 13,5% do adicional total da população nos últimos 10 anos (Tabela 1 do Anexo I).

Mas o aumento na quantidade de jovens se deu de forma diferenciada da evolução da população de 15 anos ou mais. Enquanto esta cresceu 16,6% entre 2001 e 2009, a população jovem de 15 a 29 anos diminuiu 1,7%. A população economicamente ativa cresceu 1,3% entre os jovens e 17,6% entre a população de 15 anos ou mais. Em relação ao desemprego, em ambos grupos etários houve diminuição, contudo a diminuição entre os jovens de 15 a 29 anos foi inferior à apresentada pela população de 15 anos ou mais (FIGURA 1).

<sup>21</sup>Taxa de crescimento geométrica entre 2000 e 2010.

**Figura 1 - Variação percentual da População, da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego: Espírito Santo, de 2001 a 2009**



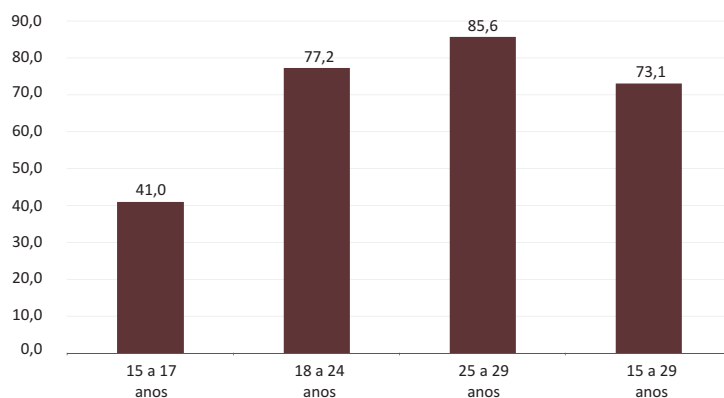
Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Em 2009, no Espírito Santo, do total de jovens de 15 a 29 anos 73,1% se declararam como economicamente ativos.<sup>22</sup> Como esperado, a participação da população economicamente ativa de 15 a 29 anos é crescente quando analisada segundo os grupos de idade. Entre a população de 15 a 17 anos (idade escolar),

41,0% se declararam como economicamente ativos (FIGURA 2). Na medida em que os grupos de idade se distanciam da idade escolar a participação da população economicamente ativa se eleva: 41,0% para o grupo de 15 a 17 anos; 77,2% para o grupo de 18 a 24 anos; e 85,6% para o grupo de 25 a 29 anos.

**Figura 2 - Distribuição da população de 15 a 29 anos economicamente ativa por grupo de idade: Espírito Santo, 2009**

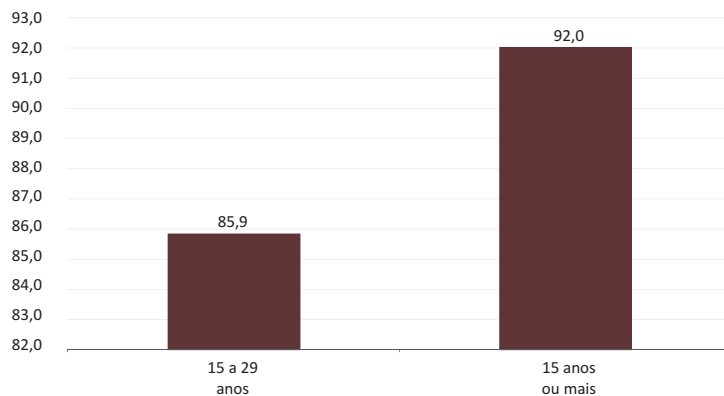


Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

<sup>22</sup>Taxa de crescimento geométrica entre 2000 e 2010.

**Figura 3 - Distribuição percentual da população de 15 a 29 anos e 15 anos ou mais ocupada: Espírito Santo, 2009**



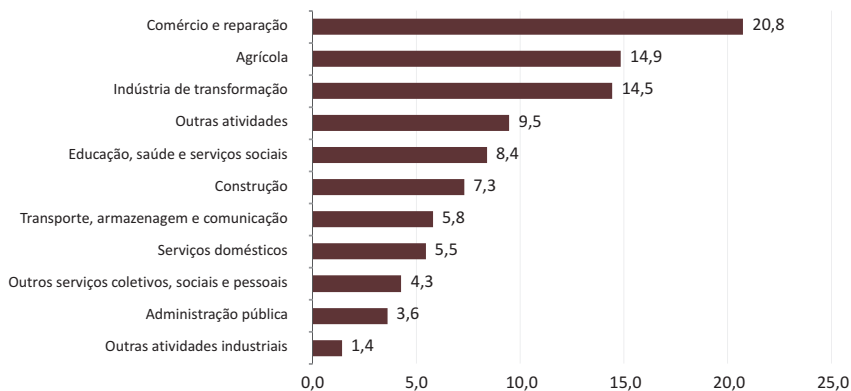
Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

A ocupação total (15 anos ou mais) no Estado foi de 92,0%, enquanto para os jovens esse valor foi de 85,9% (FIGURA 3). Os postos de trabalho abertos para jovens que mais se

destacaram foram nos ramos de atividade de Comércio e reparação (20,8%), Agrícola (14,9%) e Indústria de transformação (14,5%) (FIGURA 4).

**Figura 4 - Distribuição percentual da população de 15 a 29 anos ocupada, segundo ramo de atividade: Espírito Santo, 2009**



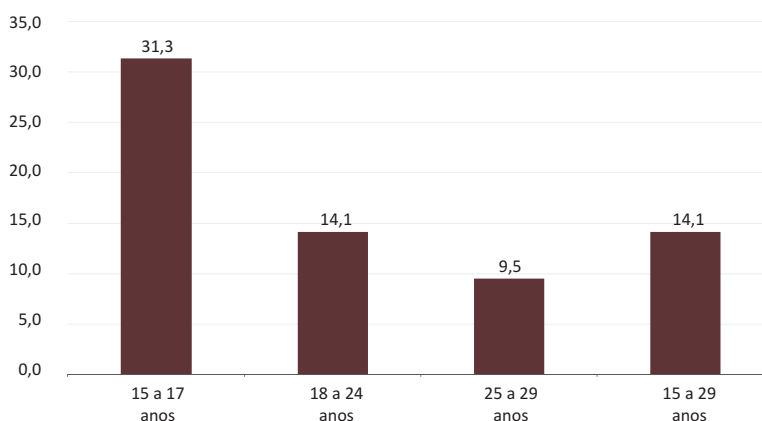
Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Contudo, segundo Pochmann (2007), para muitos jovens brasileiros, a condição de atividade vem sendo marcada por situações de desemprego recorrente, sem possibilidade de construir uma trajetória ocupacional segura de ascensão social, conforme se observava há menos de cinquenta anos atrás.

Em 2009, o Espírito Santo apresentou 1 desempregado a cada 7 jovens. Na média, a população de 15 a 29 apresentou 14,1% de indivíduos desocupados. Para o grupo etário de 15 a 17 anos a taxa de desemprego foi de 31,3%; 14,1% para o grupo de 18 a 24 anos; e 9,5% para o grupo de 25 a 29 anos (FIGURA 5).

**Figura 5 - Distribuição percentual da população de 15 a 29 anos desocupada segundo grupo de idade- Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

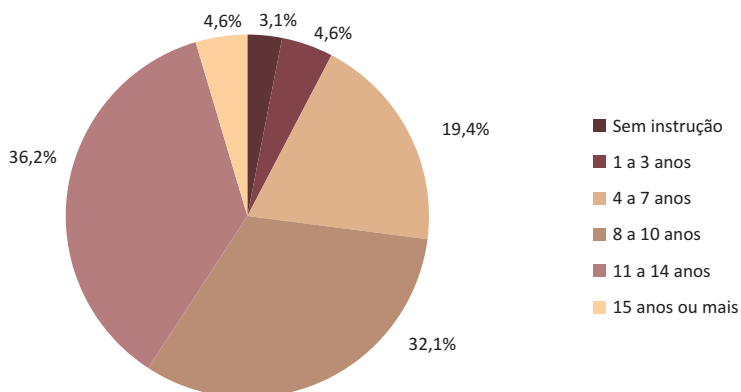
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Quando analisada a distribuição da população de 15 a 29 anos desocupada, segundo anos de estudo, verifica-se a categoria de 15 anos ou mais representa 4,6% da população jovem desocupada; 11 a 14 anos de estudo representa 36,2%; 8 a 10 anos de estudo representa 32,1%; 4 a 7 anos de estudo representa 19,4%; 1 a 3

anos de estudo representa 4,6%; e por último, a categoria sem instrução representa 3,1% no total de jovens desocupados. Tem-se, portanto, que do total de desocupados jovens, a maior parte apresenta baixo grau de escolaridade ou por estarem ainda em idade de estudo, ou por terem abandonado a escola (FIGURA 6).



**Figura 6 - Distribuição percentual das pessoas de 15 a 29 anos, desocupadas na semana de referência, segundo anos de estudo: Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

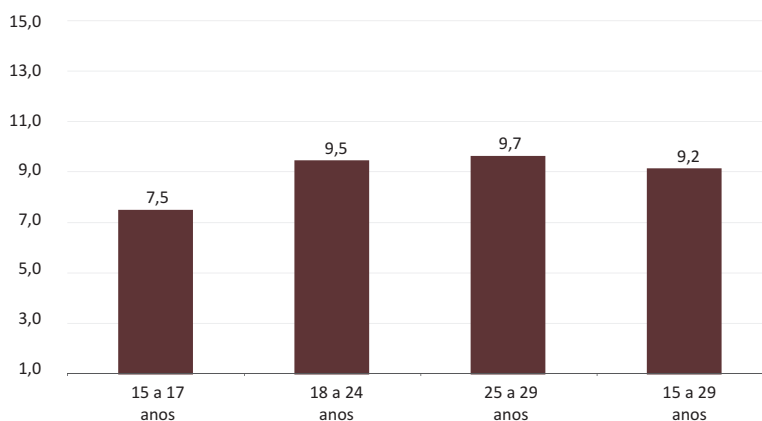
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Esse cenário indica que a economia local não tem sido capaz de gerar ocupações para todos os jovens que ingressam no mercado de trabalho. Segundo Pochmann (2007), a situação do sistema de ensino dificulta o avanço da escolaridade com qualidade da juventude, assim como a contida expansão econômica nos últimos anos obstaculiza a ascensão social por intermédio do emprego.

A educação é um mecanismo para superar tanto a pobreza como as causas estruturais que a reproduzem – a exemplo da baixa produtividade no trabalho, a marginalidade cultural e a maior vulnerabilidade dos jovens frente à carência de informações para a prevenção de certas doenças e comportamentos de risco –, sendo que a igualdade de oportunidades nesse campo é fundamental para incentivar a mobilidade social. Por essa razão, os investi-

mentos destinados a incrementar a frequência e o aproveitamento educacional dos jovens possuem diversos efeitos positivos na redução da pobreza e das profundas desigualdades que caracterizam vários países do mundo (BARBER-MADDE & ABE SABER, 2010).

Segundo os dados apresentados pela Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo (IJSN, 2011), no período entre 2001 e 2009 o Espírito Santo apresentou melhoras nos indicadores educacionais. Contudo, no campo da educação o estado ainda precisa avançar na implantação de medidas que garantam o aumento da escolaridade média dos jovens. Em 2009, a escolaridade média da população de 15 a 29 anos residente no estado atingiu 9,2 anos de estudo: a população de 15 a 17 anos apresentou média de 7,5 anos de estudo; 18 a 24 anos atingiu média de 9,5 anos estudo; e 25 a 29 anos teve média de 9,7 anos de estudo (FIGURA 7).

**Figura 7 - Escolaridade média das pessoas de 15 a 29 anos: Espírito Santo, 2009**


Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Mesmo que no Espírito Santo haja uma tendência de aumento da escolaridade média para os próximos anos, dada pela superioridade do número de anos de estudo nas faixas mais jovens (18 a 29 anos) em relação às faixas etárias mais avançadas (30 anos ou mais)<sup>23</sup>, os níveis alcançados em 2009 foram inferiores ao necessário para a conclusão do Ensino Fundamental (pelo menos 9 anos de estudo) na faixa etária de 15 a 17 anos e do Ensino Médio (pelo menos 11 anos de estudo) nas faixas etárias de 18 a 24 e 25 a 29 anos.

De acordo com os dados da tabela 1, do total de jovens de 15 a 17 anos, 61,7% possuem pelo menos 9 anos de estudo e do total de jovens de 18 a 24 anos 78,5% possuem pelo menos 9 anos de estudo. Para o nível de escolaridade de pelo menos 11 anos de estudo, a coorte etária de 18 a 24 anos tem participação de 59,1%. Do total de jovens de 25 a 29 anos 62,1% possuem pelo menos 11 anos de estudo, enquanto 15,7% desse total possuem pelo menos 15 anos de estudo.

**Tabela 1 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos por anos completos de estudo: Espírito Santo, 2009**

Anos completos de estudo	Grupo de idade	Participação (%)
Pelo menos 9 anos de estudo	15 a 17 anos	61,7
	18 a 24 anos	78,5
Pelo menos 11 anos de estudo	18 a 24 anos	59,1
	25 a 29 anos	62,1
Pelo menos 15 anos de estudo	25 a 29 anos	15,7

Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

<sup>23</sup> Conforme informação levantada pela Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo 2011 (IJSN, 2011).

Em geral, aumentos na escolaridade média ocorrem em função de reduções do analfabetismo, aumento da frequência escolar e redução na proporção de pessoas em ano irregular de estudo.

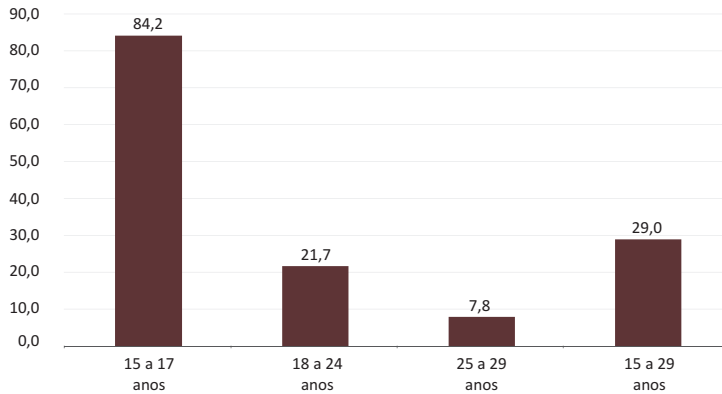
O analfabetismo entre os jovens capixabas, apesar de reduzido, existe. A participação de pessoas que não sabiam ler nem escrever no total da população de 15 a 29 anos foi de 1,21% em 2009 (FIGURA 1 do Anexo). Desse montante de jovens analfabetos, 13,4% pertencem à faixa etária de 15 a 17 anos, 39,1% à faixa 18 a 24 anos e 34,8% à faixa de 25 a 29 anos (FIGURA 2 do Anexo I). No que se refere ao analfabetismo funcional,<sup>24</sup> sua participação na população capixaba de 15 a 29 anos é maior (5,1%). Mais uma vez, a concentração de jovens analfabetos funcionais ocorre nas faixas etárias de 18 a 24 anos (46,4%) e 25 a 24 anos (38,2%), enquanto a faixa etária de 15 a 17 anos representa 14,4% (FIGURA 3 do Anexo I).

Ao observar a ocorrência de analfabetismo pela situação do domicílio dos jovens capixabas verifica-se que do total de analfabetos de 15 a 29 anos 73,9% foram encontrados em áreas urbanas do Espírito Santo em 2009, contra 26,1% em áreas rurais. No que se refere ao analfabetismo funcional, a concentração em áreas urbanas é ainda maior: 92,0% contra 7,1% em áreas rurais. Contudo, quando se considera a escolaridade média da população jovem de acordo com sua situação do domicílio constata-se maior nível de escolaridade entre os jovens das áreas urbanas (9,5 anos de estudo) em relação aos jovens das áreas rurais (7,6 anos de estudo). Essa diferença de 2,1 anos mantém-se no grupo etário de 18 a 24 anos, aumenta para 2,6 no grupo etário de 25 a 29 anos e diminui para 0,04 no grupo de 15 a 17 anos (FIGURA 4 do Anexo I).

Quanto à frequência escolar dos jovens no estado, verifica-se que 84,2% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam a escola. Contudo, nas faixas etárias seguintes, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, esse valor cai para 21,7% e 7,8%, respectivamente.

<sup>24</sup> População com anos de estudo igual ou inferior a 4.

**Figura 8 - Distribuição percentual da população de 15 a 29 anos que frequenta escola segundo faixa etária: Espírito Santo, 2009**



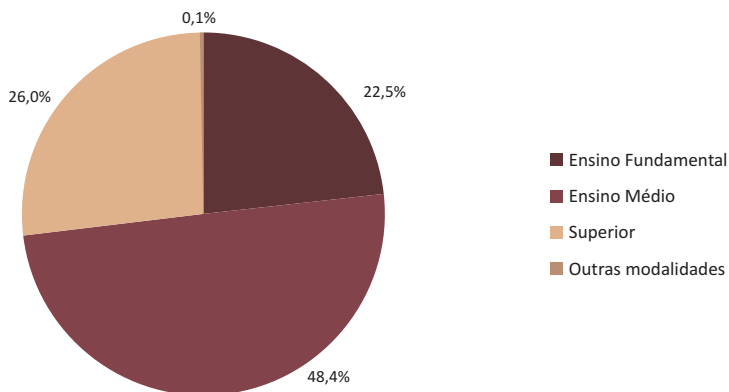
Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Desse total de jovens, 22,5% frequentam o Ensino Fundamental, 48,4% o Ensino Médio e 26% o Ensino Superior; o restante, equivalente a 1,0%, frequenta outras modalidades de estudo. Conforme os dados da tabela 2, dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam o

Ensino Fundamental, 97,6% o fazem na rede pública; dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Médio, 89,1% o fazem também na rede pública; e dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Superior, apenas 21,7% o fazem em rede pública.

**Figura 9 - Distribuição da população de 15 a 29 anos que frequenta escola segundo a modalidade de ensino: Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Tabela 2 - População de 15 a 29 que frequenta escola por modalidade e rede de ensino: Espírito Santo, 2009**

Nível e rede de ensino	Participação (%)
<b>Ensino Fundamental</b>	
Público	97,6
Privado	2,4
<b>Ensino Médio</b>	
Público	89,1
Privado	12,2
<b>Ensino Superior</b>	
Público	21,7
Privado	78,3

Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Por fim, um número significativo dos jovens capixabas em idade escolar frequenta modalidade de ensino não compatível com sua idade. A proporção de pessoas em ano irregular<sup>25</sup> de estudo no Espírito Santo em 2009 foi de 27,3% na 8ª série do Ensino Fundamental; 29,5% no

1º ano do Ensino Médio; 14,3% no 2º ano do Ensino Médio; e 25% no 3º ano do Ensino Médio. Destaca-se que quanto maior a distância entre a série frequentada e a série regular da idade, maior é a probabilidade de evasão escolar (JANNUZZI, 2006).

**Tabela 3 - Proporção de pessoas em ano irregular de estudo: Espírito Santo, 2009**

Série	Participação (%)
8ª série do EF	27,3
1º ano do EM	29,5
2º ano do EM	14,3
3º ano do EM	25,0

Fonte: PNAD 2009.

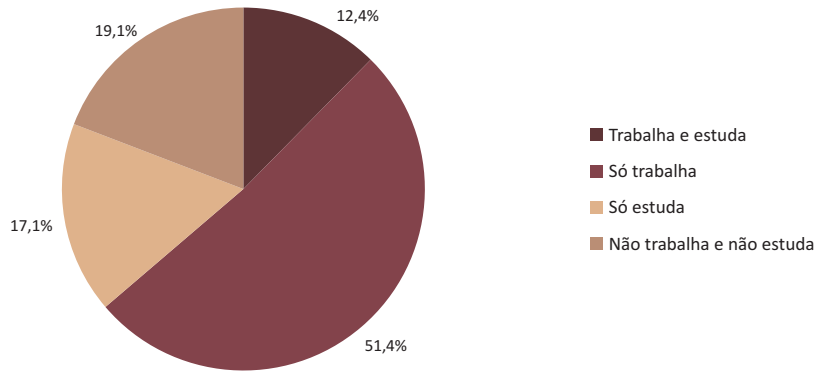
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

A frequência escolar também permite inferir questões sobre alocação do tempo dos jovens entre estudo e trabalho. No Brasil, observa-se que grande parte dos jovens abandona os estudos para ingressar no mercado de trabalho (IJSN. 2011).

No Espírito Santo, ao observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo, verificou-se que, em 2009: a maior parte deles (51,4%) só trabalhava; 19,2% não trabalhavam nem estudavam; 17,1% só estudavam e 12,4% trabalham e estudavam.

<sup>25</sup> Proporção de pessoas que de acordo com a idade, não estão na série esperada, em relação ao total de pessoas com a mesma faixa etária.

**Figura 10 - Alocação do tempo da população de 15 a 29 anos: Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Contudo, para entender melhor a alocação do tempo dos jovens é preciso estabelecer uma relação entre o uso do tempo do jovem e sua respectiva classe social. Segundo os dados da tabela 4, do total de jovens que trabalham e estudam 6,5% são pobres, 16,0% são remediados, 64,0% pertencem à classe média e 12,6% à elite. Entre os jovens que só trabalham, a maioria pertence à classe média (60,3%), seguida por remediados (21,2%), elite (10,2%) e pobres (8,3%). Entre os jovens

que só estudam a maior parte também pertence à classe média (40,1%), e é também seguida pelos remediados (29,2%). Contudo, ao contrário das duas alocações anteriores, a terceira maior participação se refere à dos pobres (18,5%), seguida pela elite (12,2%). Para o total de jovens que não trabalham e não estudam, remediados e classe média apresentam participações próximas: 34,4% e 33,5%, respectivamente. Enquanto pobres representam 26,8% e elite 5,3%.

**Tabela 4 - Alocação do tempo dos jovens segundo classes sociais: Espírito Santo, 2009**

Alocação do tempo	Total	Classe Social <sup>26</sup>			
		Pobre	Remediada	Média	Elite
Trabalha e estuda	108.355	6,5	16,0	64,9	12,6
Só trabalha	449.847	8,3	21,2	60,3	10,2
Só estuda	149.634	18,5	29,2	40,1	12,2
Não trabalha e não estuda	167.933	26,8	34,4	33,5	5,3

Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Para que a educação possa exercer esse papel é necessário vencer alguns desafios referentes à sua qualidade uma vez que existe uma enorme discrepância entre o número ascendente de jovens que estão frequentando a rede de ensino e o daqueles que conseguem dominar um conjunto mínimo de habilidades cognitivas. São eles: a falta de pertinência dos conteúdos pedagógicos ministrados à realidade cotidiana e às demandas do mercado de trabalho contemporâneo; a inadequação dos métodos didáticos empregados nas escolas, dissonantes com as novas formas de adquirir e difundir conhecimentos, a exemplo da internet; a falta de uma infra-estrutura adequada (como textos atualizados, computadores e equipamentos áudios-visuais);

carga horária reduzida, conjugada a salas de aula super lotadas; a falta de alternativas eficazes de capacitação técnica aos jovens que não frequentam o sistema de ensino regular; e a deterioração da qualidade do corpo docente por más condições de vida e de trabalho (BARBER-MADDE & ABE SABER, 2010).

No cenário atual do sistema educacional brasileiro e, portanto, capixaba, é fundamental tornar a escola um ambiente atrativo por meio de medidas como a eliminação de taxas de matrícula, garantia do fornecimento da merenda escolar e desenvolvimento de atividades esportivas e culturais que estimulem a participação dos jovens e de suas famílias. Ao mesmo tempo, para

<sup>26</sup> Critérios para definição das Classes sociais:

**Pobres** - Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 157,56 na zona urbana e R\$ 134,47 na zona rural (linha de pobreza).

**Remediados** - Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R\$ 157,56 a R\$ 296,95 na zona urbana e R\$ 134,47 a R\$ 270,20 na zona rural.

**Classe média** - Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R\$ 296,95 a R\$ 1.280,16 na zona urbana e R\$ 270,20 a R\$ 1.164,86 na zona rural.

**Elite** - Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita acima de R\$ 1.280,16 na zona urbana e R\$ 1.164,86 na zona rural.

contemplar os jovens que não puderam concluir os ciclos de educação formal é importante fortalecer os cursos profissionalizantes para assim propiciar aos mesmos maiores oportunidades de emprego (BARBER-MADDE & ABESABER, 2010).

Visto que a inserção no mercado de trabalho constitui fator fundamental para a inclusão social dos jovens. Assim, qualquer política voltada ao fomento da inserção profissional juvenil precisa definir seu público-alvo, de modo a focalizar os investimentos para a superação dos condicionantes estruturais do desemprego entre os jovens para que as políticas empregatícias façam parte de um enfoque multidimensional e possam garantir melhores condições de vida para as famílias e evitar que os jovens sejam força-

dos a abandonar o sistema de ensino para complementarem a renda doméstica (BARBER-MADDE & ABESABER, 2010).

Por fim, a participação social, política e cultural são desafios que devem ser somados ao da incorporação das pessoas jovens na sociedade de forma produtiva e criativa.

"Este é o principal desafio da Política Nacional de Juventude: assegurar a inclusão dos jovens, entre 15 e 29 anos, que ainda estão fora da escola, do mercado de trabalho, e sem acesso aos bens culturais e ao esporte. São milhares de brasileiros que vivem na fronteira entre a possibilidade de uma vida plenamente cidadã e os riscos de serem cooptados pela criminalidade. Para enfrentar esse grave problema, o governo federal vem investindo em programas específicos e políticas públicas estruturantes que poderão no longo prazo, mudar essa realidade, possibilitando uma vida digna a todos os jovens brasileiros" (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010, p.174).

## Quadro 2 - Jovens na escola

De acordo com o Censo Escolar de 2010, o Espírito Santo conta com 540.757 alunos matriculados no ensino fundamental. Deste total verifica-se que 65% das matrículas encontram-se na rede municipal de ensino. Além disso, nota-se a concentração de matrículas na área urbana, respondendo esta por cerca de 90% do total de matrículas no ensino fundamental. No que diz respeito à cor/raça, 36% dos alunos se declararam pardos, enquanto 23% se consideram brancos, e apenas 3% se declararam pretos. (Tabela 2 do Anexo I).

Em relação ao ensino médio, o Espírito Santo apresentou, segundo a Tabela 3, em 2010 131.816 matrículas, sendo a rede estadual de ensino a que concentra o maior número de matrículas, 109.618, seguida das redes privada e federal de ensino, com respectivamente 18.193 e 3.864 alunos matriculados. A rede municipal de ensino conta com apenas 141 alunos matriculados.

continua



**continuação**

Do total de alunos matriculados no ensino municipal, aproximadamente 80% destes situam-se na área urbana. Já com relação à cor/raça, verifica-se novamente o predomínio de alunos que se declararam pardos e brancos, com respectivamente 39% e 28% do total de matrículas. Chama a atenção também o baixo percentual de alunos que se declararam pretos ou indígenas, respondendo estes por 4% e 0,02% das matrículas no ensino médio (Tabela 3 do Anexo I).

No que diz respeito ao Ensino Superior, o Espírito Santo conta atualmente com 88.321 jovens matriculados em cursos de graduação, presencial e à distância, de acordo com dados do censo do ensino superior de 2010. Esse número corresponde a 70,60% de todas as matrículas registradas em cursos de graduação do Estado. Do total de jovens matriculados, 12.420 são concluintes dos cursos de graduação, conforme tabela 4 do Anexo I.

Nos cursos de graduação presencial do Estado foram registrados 79.661 jovens, o que corresponde a 90,19% dos jovens matriculados na graduação. Dentre esses, as mulheres são maioria, com 56,77% das matrículas. Em relação à raça, a maior parte dos jovens que declararam é branca, com 56,83%, seguida por parda (35,14%). Os jovens negros somam 5,56% e os indígenas correspondem a apenas 0,33% dos jovens matriculados. Não declararam a raça 40,67% dos jovens matriculados e não dispõem de informação 31,85% (Tabela 5 do Anexo I).

Possuem algum tipo de deficiência 80 jovens, o que corresponde a 0,10% das matrículas. Conforme se pode observar na tabela 5 do Anexo I, a deficiência que foi mais reportada entre os jovens foi deficiência física (35%) seguida por deficiência auditiva (18,75%).

As instituições de ensino superior privadas contêm a maior parte das matrículas dos jovens (74,67%), de acordo com a tabela 6. Mais da metade dos jovens matriculados nas IES privadas são do gênero feminino (58,96%) e a maior parte dos que declararam são brancos (54,49%). Vê-se que, dentre os que declaram, o percentual de pardos é maior nas IES privadas que nas públicas (37,38%).

Dentre os jovens matriculados em IES privadas, 14.548 possuem bolsa ou financiamento estudantil. Os financiamentos não reembolsáveis e bolsas são maioria, correspondendo a 65,89%. Os programas das instituições de ensino, o Prouni (parcial e integral) e os programas estaduais são os que fornecem o maior número de financiamentos e bolsas não reembolsáveis, respectivamente, 43,69%, 30,86% e 17,69%. Dentre os financiamentos reembolsáveis, o FIES é o que possui maior participação com 54,55% dos financiamentos a jovens (Tabela 6 do Anexo I).

Em relação às IES públicas, a federal é que abrange o maior número de matrículas dos jovens matriculados em cursos presenciais do Estado, 24,28% (tabela 6 do Anexo I). Mais da metade dos jovens das IES públicas é do gênero feminino (50,29%) e a maior parte dos que declararam

**continua**

**continuação**

são brancos (68,90%). Cabe ressaltar, no entanto, que o percentual de jovens, que declararam, da raça preta matriculados nos cursos de instituições de ensino privadas é maior que nas instituições de ensino públicas (6,56%).

Os jovens ingressantes nos cursos de graduação presencial no Espírito Santo somaram 24.641 (tabela 8 do Anexo I). Esse número corresponde a aproximadamente 80% do total de ingressos. Aproximadamente 90% dos jovens ingressaram no curso por meio de processo seletivo. O vestibular e o Enem foram as forma de ingresso mais utilizadas, com 72,86% e 22,40% dos jovens ingressos, respectivamente.

Apenas 37 jovens ingressaram nos cursos de graduação presencial do Estado por meio de reserva de vagas. Desses, 31 foram reservas de vagas para jovens egressos do ensino público e os demais por outras formas de reserva de vagas. Cabe ressaltar que dos 36 jovens ingressos por meio de reserva de vagas, 35 são ingressos em instituições de ensino públicas (Tabela 8 do Anexo I).

No que diz respeito à graduação à distância, em 2010, foram registrados no Espírito Santo 8.660 jovens matriculados em cursos à distância (tabela 4 do Anexo I). Os jovens também pertencem em sua maioria ao sexo feminino (74,52%), conforme tabela 2. Dentre os jovens que declararam a cor 69,54% são brancos, 25,16% pardos, 4,56% pretos e 0,51% amarelos. A raça indígena compreende apenas 0,23% do total de jovens matriculados em cursos de graduação à distância do Estado. Cabe ressaltar que somente 20% dos jovens matriculados possuem informação ou declararam informação sobre raça/cor.

Apenas 22 jovens matriculados nos cursos de graduação à distância possuem deficiência. Desses, a maior parte possui surdez, com 13 jovens, 4 possuem baixa visão e 4 tem alguma deficiência auditiva (Tabela 2 do Anexo I).

Ao contrário da graduação presencial, na graduação à distância a maior parte dos jovens estão matriculados em cursos com grau acadêmico de licenciatura (60,33%), conforme se pode observar na tabela 5. O bacharelado possui 27,02% dos jovens matriculados e tecnólogo 12,64%. As informações de turno não são aplicáveis, uma vez que o ensino é à distância.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

### 3. JUVENTUDE (S), COMUNICAÇÃO, HABITAÇÃO E TRANSPORTE.

Neste tópico serão mostrados aspectos entre a juventude e o território, principalmente as questões relativas à moradia e ao transporte, seja ele entendido como o ambiente urbano, rural ou, especificamente, de comunidades tradicionais.<sup>27</sup> Com relação às comunidades tradicionais aqui especificamente indígenas e quilombolas, que estão presentes no território do estado do Espírito Santo, esta parte do trabalho mostra principalmente o mapeamento de sua localização.

O direito a cidade, ampliado para o direito ao território, pode ser entendido como o direito à justiça urbana, em que coadunam os sentidos de uso e fruição da cidade e de suas facilidades intrínsecas (LEFEBVRE, 2001).

No concernente à habitação e ao transporte foram utilizados dados existentes que permitissem o recorte metodológico de pessoas na faixa entre 15 e 29 anos, definido por esta nota técnica, e que possibilitassem sugestões de políticas públicas. Em alguns casos, restrições desses bancos não permitiram abordagens mais amplas.

Considerando que a conectividade, entendida como a possibilidade de acesso a tecnologias de comunicação e de informação, é fator preponderante na atual sociedade, sobretudo para os jovens, foram inseridas informações sobre este ponto.

A dificuldade de acesso a esse direito está presente no documento resultante da 2ª Conferência Nacional da Juventude (CONJUVES, 2011), expresso no combate à exclusão, ao longo de todo Eixo Direito ao Território.

De forma geral, há uma grande dificuldade, por parte da juventude, no acesso aos serviços urbanos. A centralização de equipamentos de cultura e lazer em determinadas regiões e o alto custo para sua fruição, por exemplo, acabam limitando as atividades dos jovens em seu tempo livre, sejam eles moradores de grandes ou pequenos centros urbanos (CONJUVES, 2011, p.8).

Como é no território que se executa a maior parte da política pública de atenção à juventude, ou às juventudes, as divisões explicitadas dentro do eixo servem mais ao "endereçoamento" de programas às populações jovens urbanas, rurais e, especificamente, de comunidades tradicionais.

Afinal, é em uma escola, localizada fisicamente em algum *lugar*, que se dão as ações de

<sup>27</sup> O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, conceitua as comunidades e povos tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. (BRASIL, 2007)

complementação de ensino ou capacitações profissionalizantes; é em uma quadra de esportes, em cidade, bairro e praça específicos que se dão atividades de lazer e ocupação do tempo livre; mas por outro lado, é também em ruas, calçadas e esquinas que se observam as ocorrências de criminalidade violenta, que vitimam principalmente jovens.

De forma paralela, o território também é o *starter* das manifestações culturais ligadas aos jovens. Estudos sobre cultura urbana mostram que as demandas ao redor de uma realidade comum unem e aproximam grupos (GALVÃO, 2009).

O espaço urbano periférico ou de urbanização incompleta muitas vezes está no âmago de protestos e reivindicações transformadas em letras de rap e hip hop e que descortinam situações tais como violência, ausência de serviços e equipamentos de diversas naturezas, desemprego, etc.

Desse modo, o entendimento do "Direito ao Território" passa pela Constituição Federal de 1988 e as diretrizes para a política urbana, expressas pelos artigos 182 e 183 e por seu marco regulatório, a Lei 10.257/2001, conhecido como Estatuto da Cidade.

O Estatuto incorporou conceitos, instrumen-

tos e mecanismos à legislação urbanística e estabeleceu o direito à cidade sustentável (FERNANDES, 2010) entendido como a garantia de direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Em um estado em que, a exemplo do país, a população é majoritariamente urbana, o que engloba mesmo os perímetros urbanos de pequenos municípios (IBGE, 2010), as políticas que assegurem aos jovens, habitação, transporte e segurança passam obrigatoriamente por um viés territorial.

É importante ressaltar, no entanto, que "território", aqui entendido como espaço geográfico, pressupõe limites, fronteiras, bordas, franjas. Na atualidade, os limites cidade-campo estão muitas vezes dividindo uma zona de sombreamento: as novas relações de comunicação e fluxo de informação fazem com que as distâncias não sejam mais contadas em metros, mas em tempo e em fluxo de megabites por segundo.

Finalmente entendendo que, como nos demais temas tratados nesta nota, o atendimento do direito ao território é alvo de políticas públicas diferentes, o tema não se esgota aqui, sendo necessária e desejável uma abordagem multidisciplinar das demandas da juventude (s).

### 3.1. Habitação

O direito constitucional à moradia pressupõe não apenas a existência de uma moradia, mas também a dignidade desta moradia. É esse o sentido atribuído às condições qualitativas da moradia, em que se incluem as condições urbanas de onde esta se insere.

Segundo a metodologia mais aceita no Brasil, criada pela Fundação João Pinheiro, utilizada desde 1995 pelo Governo Federal e que vem sendo discutida e aprimorada desde então as necessidades habitacionais são o somatório do déficit habitacional à inadequação de domicílios.<sup>28</sup>

A metodologia utiliza dados da Pesquisa Amostral de Domicílios / PNAD IBGE e dados censitários na periodicidade disponível. Em função das especificidades da aplicação da PNAD no ES, que levam a restrições de ampliação da amostra em recortes muito específicos, este item aborda principalmente o rebatimento da carência de infraestrutura adequada, considerando o grande percentual de jovens nos domicílios do estado.

No Espírito Santo, segundo dados da PNAD/IBGE 2009, do número total de 1.089.205 domicílios, 54 % (589.158,1) domicílios abrigavam jovens de 15 a 29 anos, 84% destes em área urbana (ver tabela 5, abaixo).

**Tabela 5 - População, população jovem, domicílios e domicílios com jovens: Espírito Santo, 2001 e 2009**

Categoria	2001		2009	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
População total	2.573.401	605.342	2.874.535	605.101
População Jovens	718.353	172.895	750.057	139.782
Domicílios Pop. Total	724.687	159.281	905.795	183.410
Domicílios Pop. Jovens	444.713	103.916	495.347	93.811

Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos.

Assim, toda melhoria em habitação, seja o incremento da oferta, ou a melhoria da infraestrutura, impacta de modo inequívoco a população jovem, sobretudo a urbana.

Retomando o raciocínio, são considerados,

para cálculo das inadequações, os domicílios que não se enquadram em situações de déficit e apenas aqueles localizados em área urbana, por serem urbanas as variáveis consideradas. Deste modo essa análise específica não se aplica ao meio rural.

<sup>28</sup> Segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional corresponde a "necessidade de construção de novas moradias", enquanto a inadequação trata de "características intrínsecas" e qualitativas (FJP, 2011).

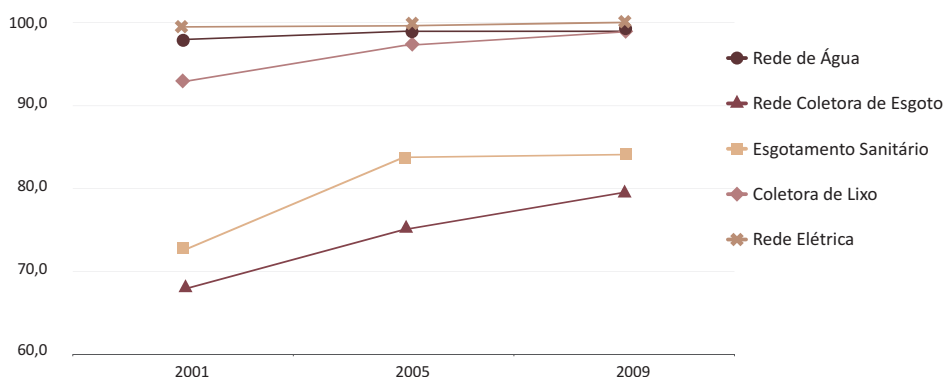
Embora a inadequação seja composta por adensamento excessivo de moradores (em domicílios próprios); problemas de natureza fundiária; cobertura inadequada e ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto nível de depreciação; a principal componente é a carência de infraestrutura básica.

A carência de infraestrutura urbana adequada é entendida como a falta de ao menos um

dos serviços básicos (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo). Dessa forma, enfrentar a questão pressupõe a necessidade de pensar políticas multisetoriais complementares à política habitacional.

A figura 11 mostra o grau de atendimento por tipo de infraestrutura para os domicílios em que residem jovens no estado do Espírito Santo.

**Figura 11 - Percentual de domicílios com jovens atendidos por infraestrutura básica: Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Embora tanto a inadequação quanto o déficit sejam de responsabilidade do poder público, em virtude das especificidades de aplicação no Espírito Santo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, referente ao tamanho da amostra,<sup>29</sup> o déficit habitacional calculado não nos permite mostrar seu impacto específico na juventude capixaba, que é o objetivo desta

nota, mas apenas para o recorte territorial do estado, uma vez que a pesquisa não abrange todos os municípios.

Ainda assim, para traçar um panorama geral, no Espírito Santo o déficit habitacional estimado segundo a PNAD 2009 é de aproximadamente 99.440 domicílios. Segundo a tabela 6, o déficit é 91% urbano,

<sup>29</sup> A PNAD pesquisou 7.418 indivíduos e 2.322 domicílios particulares permanentes no Espírito Santo em 2009.

enquanto apenas 9% estão no meio rural. Mas suas composições são muito distintas. Enquanto no meio urbano o Ônus Excessivo com Aluguel é o principal componente, seguido da coabitação familiar, no meio

rural a coabitação é o principal problema a se combater, seguida de perto da componente Habitação Precária. Ressalte-se que ônus excessivo não se aplica ao meio rural, segundo metodologia para cálculo.

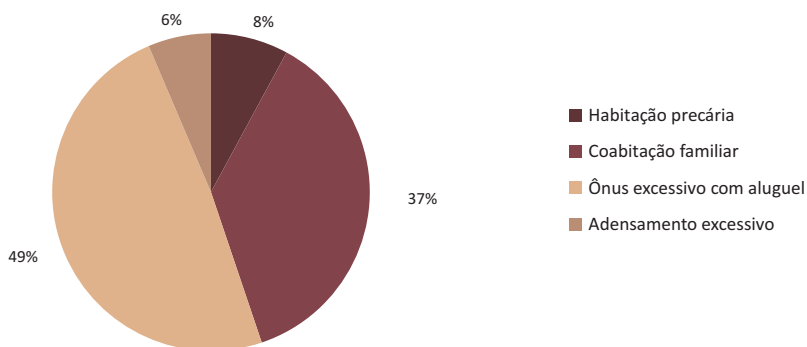
**Tabela 6 - Déficit Habitacional total e para domicílios com renda per capita de até 3 salários mínimos segundo situação do domicílio: Espírito Santo, 2009**

Déficit habitacional	Total	Urbano		Rural	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Total dos domicílios	99.440	90.527	91,04	8.913	8,96
Domicílios com renda domiciliar per capita de até 3 Salários Mínimos	69.887	62.851	89,93	7.036	10,07

Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

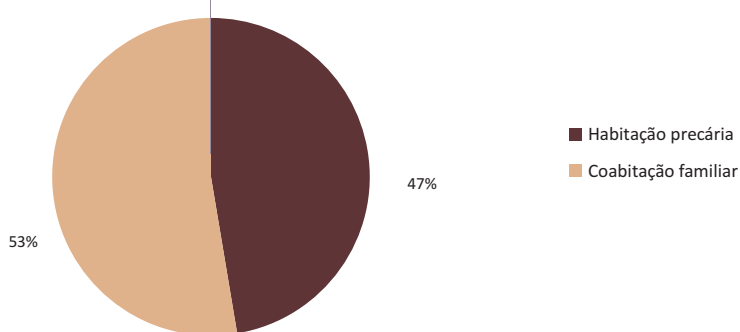
**Figura 12 - Déficit habitacional na área urbana: Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Figura 13 - Déficit habitacional na área rural: Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

O déficit habitacional deve ser enfrentado e é alvo de Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS, em elaboração pela Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB.<sup>30</sup> Se no meio urbano a relação da localização da habitação e dos postos de trabalho resulta em possibilidade de melhor utilização do tempo, a questão da provisão de moradia no meio rural, somada às ações de geração de trabalho e renda, é preponde-

rante no reconhecimento da juventude rural como "o agente presente e futuro do desenvolvimento da agricultura e do interior" (SEAG, 2008, p.2) superando a idéia de fixação da população no campo.

Por isso, a transferência de jovens para as cidades, mais do que parte do movimento demográfico geral do processo de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um problema, na medida em que não só contribui para o esvaziamento do campo, mas também pressagia o fim do mundo rural (IPEA, 2009, p. 245).

### Quadro 3 - Glossário de termos sobre Necessidades Habitacionais

**Déficit Habitacional:** noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.

- ✓ **Habitações Precárias:** domicílios improvisados (construídos sem fins residenciais – pontes barracas, carros) e domicílios rústicos (sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada).
- ✓ **Coabitação Familiar:** compreende à soma das famílias conviventes secundárias que têm intenção de constituir domicílio exclusivo e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto os cedidos por empregador.
- ✓ **Ônus Excessivo com Aluguel:** corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel.
- ✓ **Adensamento Excessivo:** quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório, em domicílios alugados.

continua

<sup>30</sup> O PEHIS é obrigatório para acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.



**continuação**

**Inadequação de Domicílios:** reflete problemas na qualidade de vida dos moradores. Não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas do mesmo.

- ✓ Adensamento Excessivo: quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório, em domicílios próprios.
- ✓ Inexistência de Unidade Sanitária Domiciliar Exclusiva: domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo.
- ✓ Carência de Serviços de Infraestrutura: domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.
- ✓ Inadequação Fundiária Urbana: situação onde pelo menos um dos moradores do domicílio declara ter a propriedade da moradia, mas informa não possuir a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza.
- ✓ Cobertura Inadequada: domicílios com paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e cobertura de zinco, palha, sapê, madeira aproveitada ou outro material que não seja telha, laje de concreto ou madeira aparelhada.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

## 3.2. Comunicação

Outro fator preponderante no desenvolvimento das potencialidades das juventudes e que guardam relação com o território, é o acesso a redes que possibilitam comunicação e interatividade, como a rede de telefonia, a presença de computador e o acesso à internet nos domicílios em que habitam jovens.

A telefonia fixa vem sendo suplantada pela telefonia móvel celular, mas ainda assim, em algumas situações principalmente características de grupos menos privilegiados, esta ainda é a rede necessária para a conexão discada à internet, esta sim, considerada fator chave de comunicação na sociedade atual.

A tabela 7 mostra os dados da PNAD sobre o acesso a essas facilidades para os domicílios do Espírito Santo e separadamente para aqueles em que residem jovens. As figuras 14 e 15 mostra que vem crescendo a presença das tecnologias de informação e comunica-

ção no estado considerando-se os dados de 2001, 2005 e 2009. Excetuando telefone em 2001, os percentuais de existência desses serviços são maiores nos domicílios em que há jovens, notadamente no tocante à internet, nos dados de 2009.

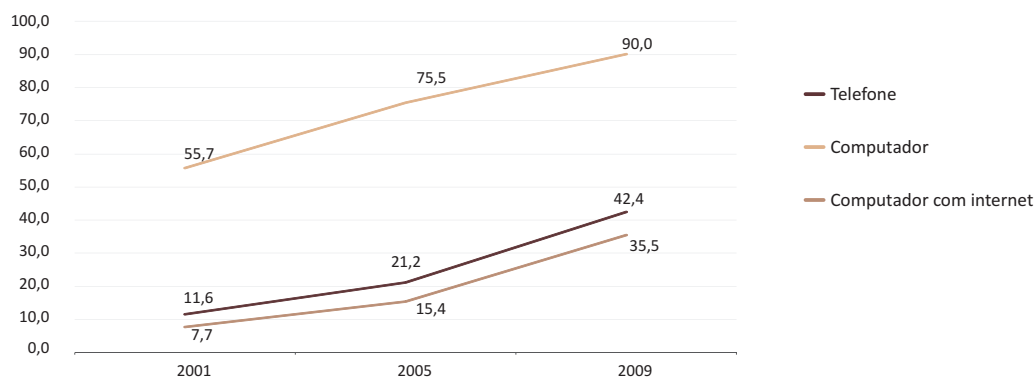
**Tabela 7 - Percentual de Domicílios com telefone móvel celular para uso pessoal, computador e internet no Espírito Santo, 2001, 2005 e 2009**

Indicador	População			Jovem de 15 a 29 anos		
	2001	2005	2009	2001	2005	2009
Telefone móvel celular para uso pessoal	65,0	80,0	92,0	65,0	83,0	95,0
Acesso a computador	13,0	23,0	43,0	14,0	25,0	49,0
Acesso a computador com internet	9,0	17,0	36,0	9,0	18,0	41,0

Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Figura 14 - Domicílios que residem jovens, com acesso a serviços de telefonia,<sup>31</sup> computador e internet: Espírito Santo, 2009**

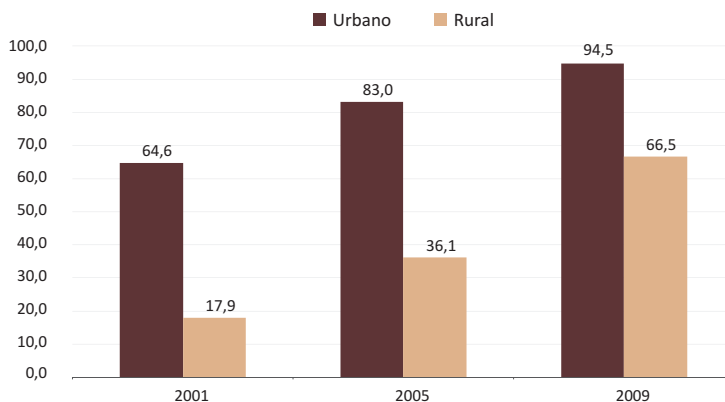


Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

<sup>31</sup> Refere-se ao percentual de domicílios com ao menos um tipo de serviço de telefonia: móvel celular ou fixo convencional

**Figura 15 - Percentual de domicílios com telefone móvel celular para uso pessoal, por situação do domicílio: Espírito Santo, 2001, 2005 e 2009**



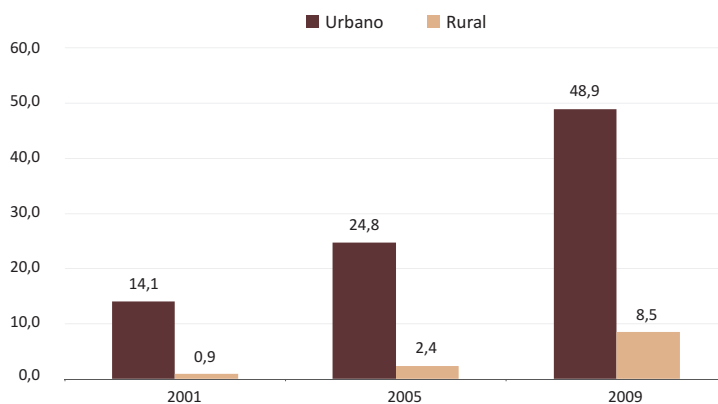
Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

As figuras 16 e 17, a seguir, mostram a evolução de cada serviço nos dois meios.

Ressalta-se a diferença entre os meios urbano e rural, em que pese o contato com a rede de computadores.

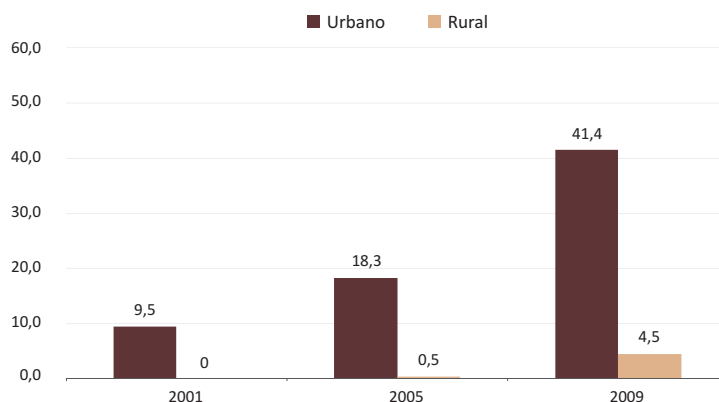
**Figura 16 - Percentual de domicílios com jovens, com acesso a computador: Espírito Santo, 2001, 2005 e 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Figura 17 - Percentual de domicílios com jovens, com acesso a computador com internet: Espírito Santo, 2001, 2005 e 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

No sentido de construção de propostas de políticas públicas de caráter territorial, as áreas livres servidas de acesso livre à internet sem fio podem ser de grande valia por possibilitar o acesso sem custos à rede mundial.

Igualmente importantes são as ações ligadas à ampliação de acesso e criação de laboratórios de informática em instituições públicas como escolas, centros de referência de assistência social - CRAs. O Instituto Jones dos Santos Neves, por meio da Coordenação de Geoprocessamento, vem mapeando a localização de equipamentos comunitários das áreas de saúde, assistência social, educação e segurança existentes nos municípios do estado do Espírito Santo, com o objetivo de auxiliar os gestores na decisão

sobre novos investimentos. A Nota Técnica Mapeamento dos Equipamentos Comunitários do Estado do Espírito Santo (Região Metropolitana) é produto desse esforço de pesquisa. As informações referentes ao restante do estado estão em fase de validação.

### 3.3. Trânsito e transportes

A Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino da Região Metropolitana realizada pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT traça o perfil das viagens na região e permite alguns paralelos com a mobilidade da juventude, muito embora use recortes etários diferentes.

Segundo o estudo de 2007, o Índice de Mobilidade Geral naquele ano era de 2,05 viagens por dia, que é a quantidade de viagens que cada habitante realiza em média por dia. Essa mobilidade é fortemente caracterizada por diferenças na renda e na escolaridade, possuindo mobilidade média acima de 4 viagens por dia aqueles de renda maior que 10 salários mínimos e os pós-graduados.

A juventude está inserida nas faixas em que se observa o crescimento do número de viagens, que está entre os 10 e os 49 anos, mas está fora da faixa que registra a maior mobilidade motorizada, que é de 40 a 49 anos.

Os dois principais motivos de deslocamentos na Região Metropolitana são o trabalho (39,3%), seguido do estudo (28,5%), o que pode explicar em parte o crescimento dos deslocamentos à medida que se ganha autonomia.

A tabela 8 mostra que a juventude utiliza principalmente motocicleta e bicicleta em seus deslocamentos, sendo a viagem a pé (cujo motivo estudo é o principal) muito significativa na faixa de 10 a 19 anos. Somados os percentuais dos ciclistas, ainda que considere pessoas com idade inferior a 14 anos, chega-se a um total de 46,90% de viagens por esse modal. Esse é um forte indicativo da necessidade de ampliar a rede ciclo viária para aumentar a segurança desses usuários.

**Tabela 8 - Percentual de usuários de meios de transporte por grupos de idade: Espírito Santo, 2009**

Modo	até 9 anos	de 10 a 19 anos	de 20 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40 a 49 anos	de 50 a 59 anos	mais de 60 anos
Ônibus	1,3	14,6	28,2	16,5	17	11,7	10,8
Automóvel	6,8	7,9	17,2	16,8	22,1	17,3	12
Motocicleta	3,2	5,7	54	23,9	12,1	1,1	0
Bicicleta	6,3	22,8	24,1	20,2	15,1	8,4	3,1
A pé	20,2	35,1	11,7	9,7	8,6	7,2	7,5

Fonte: COMDEVIT 2008

Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais

## 4. QUALIDADE DE VIDA: SAÚDE, ESPORTE E LAZER

Segundo a Declaração de Alma-Ata (1978) a saúde deve ser entendida como:

“[...] estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde.”

É importante que o foco da promoção da saúde seja garantir oportunidades iguais aos diversos grupos populacionais, assegurando o acesso à informação por exemplo. Os jovens estão entre os grupos populacionais que precisam de um olhar específico para algumas questões, por se tratar de um grupo no qual o conceito Saúde envolve uma diversidade de fatores que podem ser tanto protetivos, quanto de redução de riscos.

Neste eixo – Qualidade de vida - é importante considerar um conjunto de fatores que se referem às condições sociais nas quais se desenvolve a vida do jovem, que podem influenciar positiva ou negativamente na sua rotina. Dentre eles, a atenção e o acesso à saúde e a vivência de práticas de esporte e lazer (CONJUVE, 2011). No entanto, ainda que os temas estejam diretamente relacionados, é importante salientar que ambas as áreas acumulam conhecimentos e indicadores específicos.

A juventude é uma fase de adoção de novas práticas comportamentais, de exposição a diversas situações e riscos presentes e futuros para a saúde. (PAIVA, RIBEIRO, 2009; p.131). Levando em consideração tal afirmação, alguns temas se tornam cruciais: tabagismo, álcool e drogas; falta de atividade física; comportamento alimentar inadequado; comportamentos sexuais “descuidados”, que podem contribuir para a ocorrência de gravidez na adolescência, mortalidade materna e infecção por doença sexualmente transmissível (DST), em destaque a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS); e as situações que propiciam exposição à violência e lesões acidentais.

## 4.1. Saúde sexual e reprodutiva

Saúde sexual é a “habilidade de mulheres e homens, jovens e adultos, para desfrutar e expressar sua sexualidade, livre de imposições, violência ou discriminação, sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis ou gestações não desejadas” (UNFPA, 2008). Por Saúde reprodutiva entende-se o “estado de bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo e às suas funções e processos. Envolve a capacidade de desfrutar uma vida sexual satisfatória e sem riscos, bem como a liberdade de homens e mulheres, jovens e adultos, decidirem se querem ou não ter filhos, o número de filhos que desejam e em que momento da vida gostariam de tê-los”. (UNFPA, 2008).

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde para 2009, a taxa de mortalidade por AIDS a cada 100 mil habitantes na população geral era de (6,31), abaixo da Região Sudeste (7,24) e similar a do Espírito Santo (6,32). Já a taxa entre os jovens de 15 a 29 anos para o Espírito Santo é 3,38. Isso significa que no ano de 2009 morreram 32 jovens com o diagnóstico de AIDS. (Ver tabela 10)

Uma informação positiva é que segundo alguns estudos que abordam o comportamento da população brasileira em relação à prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis, realizados pelo Ministério da Saúde em 2007 e 2008, o conhecimento da população jovem sobre as formas de infecção pelo HIV é alto. Cerca de 36 mil jovens entre 15 a 24 anos, do sexo masculino, foram entrevistados. Os estudos apontaram que 97% desta amostra sabem que o uso do preservativo é a melhor maneira de evitar a infecção pelo HIV. Por outro lado, se observados apenas os homossexuais, 70,8% afirmaram usar o preservativo na última relação sexual, entretanto, quando avaliado o uso em todas as relações sexuais nos últimos 12 meses, esse percentual diminuiu para 54,3%.

Importante também salientar os dados de incidência do vírus. Os jovens no Espírito Santo, na faixa etária entre 13 e 29 anos representam em torno de 20% dos casos de contaminação no total dos diagnosticados, tomando como referência os anos de 2008 a 2010. A tabela 11 apresenta o número de casos anuais, por sexo.

<sup>32</sup> Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA); Prefeitura Municipal de Salvador. Promovendo o Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva. Relatório ANO I; Salvador; Dez. 2008. Disponível em <http://www.unfpa.org.br>

<sup>33</sup> Fonte: Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais/SVS/MS – Boletim Epidemiológico AIDS e DST 2011.

<sup>34</sup> KERR, L. Comportamento, atitudes, práticas e prevalência de HIV e sífilis entre homens que fazem sexo com homens (HSH) em 10 cidades brasileiras. Relatório técnico entregue ao Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, 2009.

<sup>35</sup> \*\*A Secretaria Estadual de Saúde usa faixas etárias diferentes, agregamos as faixas de 13 a 29, pois se aproximam da faixa etária priorizada neste texto.

**Tabela 9 - Taxa de mortalidade por AIDS por 100 mil habitantes: Brasil, ES e Região Sudeste, 2009**

	Pop. Total	Jovens (15 a 29 anos)
Brasil	6,31	3,39
Espírito Santo	6,32	3,38
Sudeste	7,24	3,45

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Tabela 10 - Casos de AIDS segundo faixa etária (13 a 29)<sup>36</sup> por sexo e ano de diagnóstico: Espírito Santo, 2008-2010\***

Ano	2008	2009	2010
Masculino	64	81	82
Feminino	51	50	39

Fonte: SESA-ES / C.E. DST-AIDS

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

\*dados preliminares, sujeitos a revisão.

Outras DSTs também são problemas relevantes entre os jovens, como sífilis e HPV. A disseminação de informações e formas de proteção, como o uso de preservativos, são importantes instrumentos no combate a estas doenças, que preocupam ainda pela possibilidade de complicações associadas, como é o caso das lesões provocadas por alguns subtipos de papilomas, que podem transformar-se em lesões cancerosas. Por isso, a educação sobre as saúdes sexual e reprodutiva e a disponibilização de preservativos são instrumentos importantes no controle das doenças. (PAIVA, et al., 2009).<sup>37</sup>

O Programa Saúde na Escola cumpre um papel importante nesse sentido, coordenado pelas Escolas Públicas pode desenvolver campanhas, oficinas, distribuição de material, etc. (Ver Anexo III)

Outro aspecto relevante e que tem sido foco das Políticas Públicas para jovens mulheres é a gravidez na adolescência. Alguns estudos apontam que, nas classes de mais baixa renda, os percursos educacionais não são muito regulares, a entrada no mercado de trabalho é mais precoce e o casamento e o primeiro filho ocorrem muito mais cedo

<sup>36</sup> Utilizou-se o recorte 13 a 29, pois a Secretaria Estadual de Saúde utiliza as seguintes faixas: 13 – 19, 20-24, 25, agregou-se no recorte 13 – 29, faixa próxima ao recorte priorizado neste estudo.

<sup>37</sup> PAIVA, Andrea B. Jovens: morbimortalidade, fatores de risco e Políticas de Saúde, IN: ABRAHÃO, J., ARQUINO, L.M.C., ANDRADE, C.C.(Org).Brasília: IPEA, 2009. 303 p.



(HEILBORN; CABRAL, 2000). Embora a tendência seja de redução, é importante salientar que do total de mulheres que engravidam 17,46% estão entre 15 e 19 anos.

A média do Espírito Santo está abaixo do Brasil (18,96) e acima da Região Sudeste (15,9). Esta faixa etária corresponde à gravidez na adolescência. (Ver tabela 14).

**Tabela 11 - Percentual de mães na faixa etária de 15 a 19 anos no total de mães. Brasil, ES e Região Sudeste, 2001 e 2009**

	2001	2009
Brasil	22,37	18,96
Espírito Santo	19,23	15,90
Sudeste	22,28	17,46

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Outro ponto relevante da saúde reprodutiva entre mulheres adultas e entre jovens mulheres é a mortalidade materna. Tal relevância se reflete no fato deste indicador ser um dos “Objetivos do Milênio”. Segundo o documento<sup>38</sup> de referência das metas do milênio, “reduzir em três quartos, até 2015, a

taxa de mortalidade materna. Deter o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero” é a meta. A tabela abaixo apresenta os resultados para o Espírito Santo, que estão acima das médias da região sudeste e Brasil, tanto para as mães em geral, quanto para as mães jovens entre 15 e 29 anos.

**Tabela 12 - Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos: Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo, 2009**

	Pop. Total	Jovens (15 a 29 anos)
Brasil	64,9	50,4
Espírito Santo	85,5	70,2
Sudeste	62,01	48,06

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Ações estratégicas já estão sendo realizadas para reduzir o indicador, que já apresentou melhora nos últimos anos. Dentre elas são realizadas campanhas sobre planejamento

familiar, prevenção de câncer de mama e de colo de útero, gravidez de risco, importância do exame pré - natal e a nutrição da mãe e aleitamento materno.

<sup>38</sup> UNICEF. 8 Jeitos de mudar o Mundo. Objetivos do Milênio. Disponível no site: <http://www.objetivosdomilenio.org.br>

## 4.2. Morbidade e Mortalidade

Diante da escassez de dados referentes à morbidade entre os jovens, utilizou-se como proxy dados de internações em hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2010. As internações na faixa etária de 15 a 29 anos são, majoritariamente, do grupo feminino. Do total de internações por grupos de causas especificados na tabela 14, as mulheres foram responsáveis por 65% destas. As internações relacionadas a gravidez, parto e puerpério constituem o principal grupo de causas entre as mulheres jovens, representando 49,35% do total.

Entre os diagnósticos mais prevalentes no meio dos jovens, há variações importantes na participação em cada sexo. Excluindo gravidez, parto e puerpério, podem-se observar algumas variações significativas: lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas são a primeira causa de internação entre os homens (23,49%) e a sexta causa entre as mulheres (5,38); as internações por transtornos mentais são mais frequentes entre os homens (4,75%) do que entre as mulheres (1,38%). As principais causas de internações, por sexo, podem ser observadas na tabela abaixo.

**Tabela 13 - Principais causas de morbidade hospitalar do SUS (CID 10), na faixa de 15 a 29 anos, por sexo – 2010**

Diagnóstico	Homens Internações (%)	Mulheres Internações (%)
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	18,08	9,75
Transtornos mentais e comportamentais	4,75	1,38
Doenças do aparelho respiratório	22,7	11,54
Doenças do aparelho digestivo	19,82	10,83
Doenças do aparelho geniturinário	11,15	11,77
Gravidez parto e puerpério*	-	49,35
Lesões por envenenamento e outras causas externas	23,49	5,38

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

\*Puerpério: É o nome dado à fase pós-parto.

Além da morbidade, é importante ressaltar os dados sobre as altas taxas de mortalidade nesta faixa etária por causas externas, que englobam diversas formas de acidentes e violências, entre as quais os assassinatos por armas de fogo e os acidentes de trânsito. As

vítimas, em geral, são jovens do sexo masculino.

As tabelas abaixo apresentam os tipos de causas externas (número absoluto, percentual e taxa) para o sexo masculino e feminino separadamente, segundo os dados do

Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS) para o ano de 2009<sup>39</sup> entre os jovens do sexo masculino, as mortes ocasionadas por homicídios (agressões) correspondeu a **71,4%**, enquanto que no grupo de mulheres jovens representou **56,6%**. Em segundo lugar estão os

acidentes por acidentes de transporte. No grupo dos jovens do sexo masculino foi registrado 20,3%, representando uma taxa de 63,1 por 100 mil habitantes. Entre as mulheres, o percentual é de 25,9%, no entanto a taxa é muito inferior à masculina, representando 10,4 por 100 mil.

**Tabela 14 - Número absoluto, percentual e taxa (por 100 mil) de mortes por causas externas específicas, por sexo masculino, Jovens (15 a 29 anos): Espírito Santo, 2009**

Causas externas específicas	Nº	%	Taxa
Acidentes de transporte	300	20,3	63,1
Outras causas externas acidentais	80	5,4	16,8
Lesões autoprovocadas voluntariamente	26	1,8	5,5
Agressões	1056	71,4	222,1
Eventos cuja intenção é indeterminada	16	1,1	3,4
Intervenções legais e operações de guerra	1	0,1	0,2
Complicações assist.médica e cirúrgica	1	0,1	0,2
Seqüelas de causas externas	0	0	0

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Tabela 15 - Número absoluto, percentual e taxa de mortes por causas externas específicas, por sexo feminino, Jovens (15 a 29 anos): Espírito Santo, 2009**

Causas externas específicas	Nº	%	Taxa
Acidentes de transporte	49	25,9	10,4
Outras causas externas acidentais	9	4,8	1,9
Lesões autoprovocadas voluntariamente	13	6,9	2,8
Agressões	107	56,6	22,8
Eventos cuja intenção é indeterminada	11	5,8	2,3
Intervenções legais e operações de guerra	0	0	0
Complicações assist.médica e cirúrgica	0	0	0
Seqüelas de causas externas	0	0	0

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

<sup>39</sup> Utilizou-se os dados para 2009, pois os dados de 2010 são preliminares e sujeitos a revisão pelo Ministério da Saúde.

Aspectos da vitimização por meio de agressão foram trabalhados no Eixo que versa sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos. Quanto às altas taxas de mortes no trânsito, diversas campanhas sobre uso do álcool associado à direção e respeito às Leis de Trânsito no geral tem ocupado a pasta tanto do governo federal, quanto do governo estadual.

Foi lançado este ano o “Programa Década de Ações de Segurança no Trânsito”, que é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) da qual participam mais de 160 países. O objetivo do programa é reduzir pela metade o número de mortes causadas por acidentes, entre 2011 e 2020. As ações da década serão desenvolvidas dentro de cinco pilares: fortalecimento da gestão da segurança no trânsito; infraestrutura viária adequada; segurança veicular; comportamento e segurança dos usuários; atendimento ao trauma, assistência pré-hospitalar e hospitalar e reabilitação. Para discutir as ações de redução da violência no trânsito de forma integrada (educação, fiscalização, informação e prevenção) o Governo do Estado criou o Grupo de Trabalho de Prevenção de Acidentes no Trânsito. O grupo fará a coleta de informações de todos os setores envolvidos e, posteriormente, apresentará uma proposta de ação.<sup>40</sup>

### 4.3. Juventude, esporte e tempo livre

Os determinantes culturais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre a prática de esporte, lazer e uso do tempo livre. Nessa perspectiva alguns estudiosos (ALVES, 2005; ESCULCAS, 2005; VLECK, 2003) apontam que em toda escolha recreativa existe o princípio do prazer, que assume, por vezes, um caráter liberatório de obrigações: busca compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe. Portanto, o espaço dedicado à recreação, principalmente ao lazer e uso do tempo livre, é um momento precioso e criativo para o exercício de alternativas de participação e ação.

No que tange a juventude, pode-se dizer que o esporte, o lazer e o uso do tempo livre configuram-se como as principais manifestações socioculturais de elaboração de identidades juvenis. É comum observar a presença de grupos esportivos compostos por jovens, manifestações culturais juvenis, sejam aqueles formados nos bairros, nas políticas públicas ou movimentos sociais (MARTINS; MELO, 2004; FREITAS et al 2007).

<sup>40</sup> Informações disponíveis no site: <http://www.detran.es.gov.br>. Acesso em 14/03/2012.

De acordo com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA as crianças e adolescentes tem o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer garantidos. Essas atividades são consideradas necessidades humanas básicas e direito de toda população infanto-juvenil, sem privilégio de grupos ou classes (BRASIL; 1988; 1990). O ECA estabelece que os municípios, com apoio dos estados e da União, deverão estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para infância e juventude. (CONANDA, 2002).

Percebe-se que o direito a políticas de esportes contempladas nos marcos legais mencionadas acima, impõe a gestão pública o desafio de incorporar a política pública de esporte para a juventude, de forma articulada e sistematizada, que proporcione a esse público acesso a programas e ações que lhes permitam conhecer o esporte, em sua vasta gama de atividades, e praticá-lo. Desse modo, o acesso a espaços públicos, e equipamentos esportivos qualificados nas escolas, comunidades e bairros, permitirá aos jovens participar de jogos e atividades que expressem sua cultura, seu gosto pessoal, que os integre e sociabilize proporcionando a construção da ludicidade, da auto-

organização e da identidade (MARTINS; MELO, 2004; FREITAS et al 2007).

A atual Política Nacional do Esporte incorpora essas perspectivas:

O esporte, como expressão da cultura material e espiritual do homem é um patrimônio cuja apropriação é fundamental para o processo de humanização das novas gerações, portanto, deve ser entendido como alavanca do desenvolvimento integral dos jovens e abordado como uma questão de Estado (PNE, 2005).

É importante destacar que ainda que pareça natural que as políticas públicas de esporte estejam voltadas de modo especial para a juventude, pesquisa realizada pela UNESCO (2007) indica que a maioria dos jovens não pratica esporte. Isso decorre por vários motivos, dentre eles o fato de as práticas esportivas não serem organizadas para atrair a juventude. No Brasil há poucas políticas de esporte e lazer adequadas ao perfil juvenil e que reconheçam no jovem um sujeito de direitos, possibilitando sua participação na tomada de decisões, na organização e no usufruto das atividades. Tais alternativas acabam sendo improvisadas pelos próprios jovens nas comunidades, nas ruas, nas praças, seja no campo ou na cidade. Segundo a UNESCO, 21% dos jovens que praticam atividades esportivas ocupam espaços nos próprios lugares onde

moram, 17,1% nas escolas e universidades, 14,4% nas ruas e 10,8% em praça e parques públicos. (UNESCO, 2007)

Segundo dados da pesquisa da Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel, 2010) realizada nas capitais dos estados brasileiros, no município de Vitória, 23,5% dos jovens praticam atividades físicas no lazer, enquanto que 45,6% dos jovens praticam atividade física ao se deslocar para o trabalho de bicicleta ou caminhando, despendendo ao menos 30 minutos diários no percurso de ida e volta.

Ao analisar o esporte enquanto manifestação de alto rendimento depara-se com a dificuldade que a maioria dos jovens encontra para construir e consolidar suas carreiras esportivas, além de ser restrito o acesso aos treinamentos e espaços adequados à preparação de jovens atletas. Para enfrentar essas e outras dificuldades que se impõem, democratizando o acesso ao conhecimento e à prática do esporte, o espaço escolar é imprescindível. Por isso, escola é parceira na orientação pedagógica da prática esportiva que se dá numa gama de

intenções que vai da prática lúdica à prática esportiva competitiva (ESPINDULA, 2007).

Para muitos jovens a escola ainda é o único espaço facilitador do contato com as múltiplas atividades esportivas. Como instrumento de inclusão social o esporte com viés educacional tem o caráter de complemento da atividade escolar, envolvendo a educação física e a revitalização dos jogos estudantis. São oferecidas também a prática do esporte enquanto manifestação de alto rendimento - esporte competitivo, produzindo atletas e o esporte de recreação e lazer - esporte como qualidade de vida (incentivo à prática esportiva para todos, gerando saúde e bem estar físico).

Num esforço de articular ações visando à constituição de uma política de esporte para a juventude o Espírito Santo, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer, oferece ao público programas e ações que oportunizam os jovens (alunos de escolas públicas) a prática esportiva aliada à educação buscando ocupar o tempo livre por meio de práticas saudáveis para o corpo e atividades complementares que desenvolvam atitudes positivas em suas vidas e convívio na comunidade, assim como criando maneiras

<sup>41</sup> ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luis Carlos Gil. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Ministério da Educação. Brasília, 2007.

de afastar os jovens do risco social, do consumo de drogas, álcool e do envolvimento com criminalidade.

Também são oferecidos no âmbito do esporte de alto rendimento ações que promovam a manutenção mínima de jovens atletas, oportunizando condições para dedicação, treinamento esportivo e participação em competições. Nessa perspectiva citam-se os programas Campeões do Futuro, Esporte pela Paz, Bolsa Atleta, Jogos Abertos do Espírito Santo, Olimpíadas Escolares (Ver ANEXO III).

Sposito (2006) discute sobre o fato de a juventude ser capaz de questionar os circuitos da cultura e da informação, e assim, utilizá-las a seu favor como uma voz de reivindicação do ser jovem, capaz de ser ouvido e respeitado. Talvez seja por meio do tempo livre, que a juventude brasileira possa buscar a sua identidade mostrando-se capaz de identificar os problemas sociais na qual está inserida.

Os jovens da atualidade encontraram sua maneira própria para manifestar seus desejos e ideais, os quais demonstram como se relacionam com a sociedade em que vivem, revelando suas inquietações e

desejos. As “juventudes” se utilizam da música e danças (rock, rap, funk, reage) para mostrar sua realidade que pode não ser produto só do consumo, mas também fruto de uma produção cultural própria, construídas com os instrumentos disponíveis, tal como rádios populares, internet, dos movimentos sociais organizados tal como o movimento estudantil universitário, etc. Percebe-se que o jovem vê a necessidade de viver o seu agora, construir a sua identidade, reivindicar melhorias para o seu segmento. É por meio do uso do tempo livre, que ele procura explicitar suas necessidades e é por intermédio do conhecimento de seu próprio corpo, que procura demonstrar o valor da sua identidade e de seus símbolos.

Pesquisas realizadas pelo Laboratório da Juventude do Instituto da Cidadania<sup>42</sup> acusam que 52% dos jovens têm como principal preocupação o mercado de trabalho e o desemprego. Esse caráter do tempo livre voltado para o trabalho é percebido na execução de alguns programas e ações, fortemente voltados para a aceleração da aprendizagem, a transferência de renda e a qualificação profissional, como frentes de atuação emergenciais para favorecer a inserção dos jovens no mercado de trabalho (LIMA, 2007).

<sup>42</sup> Instituto Cidadania. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/>>.

As diferentes juventudes são marcadas pelas (im) possibilidades relacionadas às desigualdades e que parecem ser condicionantes estruturais para negar o direito à cidadania a muitos desses jovens. Entretanto, o exercício de brincar, de se divertir, de (re) inventar linguagens próprias, de formar-se e informar-se culturalmente, apresenta-se como necessidade para que todos experimentem e exercitem essa mesma cidadania como um direito. Os espaços e formas de lazer, nesse sentido, tornam-se uma dimensão privilegiada de participação juvenil.

As preferências ou gostos do universo juvenil, a esfera das escolhas muitas vezes está condenada às condições materiais para tornar a prática do lazer e o uso do tempo livre, algo concreto e incorporado à vida do jovem. Por outro lado, os gostos e o uso do tempo são produzidos e conformados a partir de um campo de possibilidades que se impõe ao jovem a partir do seu universo sociocultural, da oferta ou não de serviços, equipamentos e espaços para prática do lazer, da recreação (ABRAMOWAY, 2007). Outro ponto a ser destacado é que o usufruto do lazer e do tempo livre podem ser lidos a partir dos espaços da casa e da rua. Vistos não só como territórios físicos, mas como campos de ação social ou

domínios culturais institucionalizados (DA MATTA, 1997).

Muito embora o lazer costume ser pensado a partir da relação com o tempo livre e como direito, é importante ressaltar que, dependendo das relações sociais em foco e das condições materiais de existência, esse pode se constituir em um privilégio para poucos. Uma das características do lazer dos jovens trata-se das manifestações produzidas pela massificação gerada pela indústria cultural, principalmente aos finais de semana.

Na pesquisa, Perfil da Juventude Brasileira o jovem se ocupa de atividades de entretenimento e lazer (em 46% dos casos), atividades dentro de casa (22%, sendo 10% destinado à TV), ou seja, 78% do seu tempo livre utilizado nos finais de semana e nas atividades ligadas ao descanso, e à recompensa de uma semana. Durante a semana ficam reservados 59% do tempo livre para atividades domésticas, sendo que 34% para televisão. (ABRAMO, 2005).

Tendo como referência a pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”, realizada pela UNESCO (2007) que buscou a partir de percepções de jovens mulheres e homens brasileiros iniciar um esboço do universo juvenil, permitindo algumas análises. Uma delas é que as escolhas pelos



espaços de lazer fora de casa são dimensionadas pela ausência de equipamentos de cultura e lazer, o alto custo das passagens dos transportes (ou até mesmo a ausência desses), a distância entre o local de moradia e os centros urbanos, a crescente violência que restringe a circulação e a ocupação do espaço público. A pesquisa mostra que em seu tempo livre, 8,8% dos jovens procuram ir a bares, a festas e sair para dançar, 6,1% praticam esporte, jogam bola (futebol) e vão a jogos de futebol, 2,1% tem como prática de lazer ir a shopping e ao cinema e, apenas 1,9% escolhem ir ao parque como opção de lazer (ABRAMOWAY; UNESCO, 2007).

Ao analisar os dados, a partir do recorte de gênero observa-se que em casa 7,1% das jovens mulheres e 5,9% dos jovens homens assistem televisão como opção de lazer. Quando se trata de atividades de lazer (tempo livre) fora de casa 7,9% dos jovens homens preferem ir a bares, festas e sair para dançar, já em relação às jovens mulheres 9,6% procuram esse tipo de atividade. Em relação à prática de esporte, 10,0% dos homens praticam e vão a eventos esportivos, diferentemente das jovens (1,1%). Quanto ao shopping (fazer compras e ir ao cinema) 3,1% das mulheres têm essas atividades como opção de lazer, contra 1,1% dos homens.

**Tabela 16 - Distribuição de espaços de lazer e cultura, segundo sexo dos jovens: Brasil, 2007**

Espaço de lazer e cultura	Masculino	Feminino
Shows, bailes, festas	20,7	25,4
Teatro	74,8	73,3
Museu	70,7	72,1
Bibliotecas	45,9	42,1
Estádios/ginásios	32,0	56,9
TOTAL	48,8	54,0

Fonte: UNESCO, 2007

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Políticas de cultura como possibilidades de lazer e uso do tempo livre, aparecem como uma das principais demandas entre os grupos organizados e estão sempre entre as prioridades nas discussões sobre políticas públicas para juventude. De modo geral, a cultura aparece como espaço de sociabilidade, de ampliação da visão de mundo, fonte

geradora de pertencimento, de expressão de valores e de afirmação de identidades.

No que tange aos espaços de lazer (tempo livre) e cultura observar-se os dados abaixo (ABRAMOWAY; UNESCO, 2007)

No entanto, ainda configura-se um desafio a participação da juventude aos equipamen-

tos culturais, e é nesse terreno, por vezes, desfavorável que jovens desenvolvem alternativas nas suas comunidades com base nas suas características territoriais, étnico-raciais e de gênero. As manifestações juvenis podem surgir nos locais de moradia envolvendo o lazer, entretenimento e esporte, onde os jovens suscitam e estimulam reflexões da sociedade, do universo da juventude e as especificidades que constroem a identidade juvenil.

No Espírito Santo a realização de projetos comunitários em parceria com a gestão pública promove discussões, reflexões e ações de combate à violência, drogas, exclusão social, de resgate da valorização das raízes étnicas que se apresentam como opções para a juventude expressar suas ideias, sua sexualidade, seus anseios, seus gostos e preferências construindo alternativas por intermédio do tempo livre.

A Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (SECULT), em parceria com o Instituto Sincades deu início a uma rede formada por jovens, artistas e outros agentes culturais juvenis capixabas. O Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ) desenvolve ações de conexões virtuais e presenciais para potenci-

alizar as manifestações artístico-culturais das juventudes do Espírito Santo, sendo orientada por ação colaborativa. A Rede objetiva mobilizar e incentivar as criações e produções juvenis. Comprometida com as diversidades, a Rede Cultura Jovem faz o reconhecimento das soluções locais para questões culturais e estimula as expressões juvenis por meio das diferentes linguagens artísticas e das novas mídias.

Na produção de cultura e de opções de lazer (tempo livre) os movimentos organizados pela juventude são espaços que privilegiam o reconhecimento e a valorização da identidade, das inquietudes e da essência da juventude, suas manifestações culturais e mecanismos de expressão da leitura, das imagens, linguagens e do mundo juvenil.

O Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua<sup>43</sup> é uma organização social que utiliza a produção de mídias e outros elementos culturais para possibilitar à juventude de comunidades populares produzirem e transmitirem as suas próprias informações, visando fomentar o debate sobre diversos problemas sociais e opressões vivenciadas no cotidiano. Em parceria com a Associação de Cineclubes de Vila Velha, a

<sup>43</sup> Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua, disponível em: <http://olhodarua.org/quem-somos/historia/>.

OCCa - Organização de Cineclubes Capixabas, o CNC - Conselho Nacional de Cineclubes, o FEPA - Fórum de Experiências Populares em Audiovisuais, o FEJUNES - Fórum Estadual de Juventude Negra, o Fórum Estadual de Mulheres, o Centro Cultural Olho da Rua, criado em 2005, busca ampliar o acesso, a produção e a difusão de bens culturais e artísticos, a fim de contribuir para democratização da comunicação aos jovens e suas comunidades (CENTRO POPULAR OLHO DA RUA, 2012).

O Núcleo Afro Odomodê, inaugurado em 2006, desenvolve atividades artísticas e culturais voltadas para jovens afrodescendentes entre 13 e 29 anos, que residem no município de Vitória. O Núcleo é um espaço de formação, convivência e participação que busca estimular, sensibilizar e mobilizar os jovens para o combate às desigualdades raciais e sociais e para a luta contra os preconceitos, violências e exclusões. São oferecidas oficinas de percussão, penteado afro, forró, graffiti, canto, moda e break, há realização de rodas de conversa, debates, exibição de filmes, apresentações em escolas e em outros espaços culturais. As ações desenvolvidas pelo Núcleo contribuem para orientação e formação da opinião crítica que incentivam o protagonismo juvenil e

contribuem para o resgate e a valorização da cultura afro.

Na prática do lazer, os indivíduos buscam realizar atividades que proporcionem formas agradáveis de excitação, expressão e realização individual. As atividades de lazer criam uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais. Tais formas descomprometidas possuem uma grande efetividade social no sentido do estabelecimento de valores, conhecimentos e identidades. No espaço-tempo do lazer e do uso do tempo livre, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (res) significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural. Os espaços de cultura e lazer (tempo livre), com todas as suas potencialidades, se colocam na perspectiva do direito. Falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva. Espera-se que uma política pública democrática neste âmbito seja capaz de promover a cidadania cultural, para que amplie a capacidade crítica dos jovens frente à tendência das indústrias culturais de homogeneizar e reforçar guetos de identidade (ELIAS; DUNNING, 1992; CRUZ, 2003).

**Quadro 4 - Rede Cultura Jovem**

O Programa desenvolve ações de conexões virtuais e presenciais para potencializar as manifestações artístico-culturais das juventudes do Espírito Santo. A proposta é constituir uma rede de agentes culturais que mobilize e potencialize as criações e produções juvenis. A Rede Cultura Jovem é orientada pela lógica colaborativa, comprometida com o respeito às diversidades e pelo reconhecimento das soluções locais para as questões culturais, além de estimular as expressões juvenis por meio das diferentes linguagens artísticas e das novas mídias.

As ações do Programa têm o foco nos jovens com idade entre 15 e 24 anos e em profissionais que desenvolvem atividades junto com esse público. No entanto, por tratar-se da constituição de uma rede, as possibilidades de parceiros e interlocutores são extensas. Especialmente por meio do Portal Yah!<sup>44</sup> permite-se a ampla e aberta participação de todos os interessados em dialogar, a partir da cultura, com a juventude capixabas.

As principais ações para mobilizar e construir a Rede Cultura Jovem são o Portal Yah! – um portal de internet com ambiente virtual interativo de relacionamento com foco na cultura; o apoio técnico e financeiro aos jovens artistas por meio da concessão de Bolsas e da constituição de Núcleos de Criação; Prêmios para instituições que desenvolvam atividades sócio-culturais diferenciadas; formação de agentes culturais juvenis; a realização de eventos de difusão cultural em diversos municípios do Estado; e a criação e veiculação de produtos midiáticos para divulgação e crítica da produção artístico-cultural da juventude capixaba.

Os objetivos principais da Rede Cultura jovem são - identificar, dar visibilidade e fortalecer os produtos culturais gerados pelos diversos grupos e agentes juvenis, abrangendo todo o território estadual e os componentes múltiplos da identidade capixaba; estimular, divulgar e multiplicar a diversidade e riqueza cultural do Espírito Santo junto à juventude; fomentar processos, expressões e manifestações criativas dos jovens; disponibilizar recursos técnicos, financeiros e tecnológicos para enriquecer e ampliar as ações juvenis por meio da cultura.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

<sup>44</sup> Portal Yah! <http://portalyah.com/>

## 5. VITIMIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA JUVENIL

A introdução de recentes mudanças na legislação de proteção às crianças e adolescentes tem contribuído para acirrar o debate público e mesmo polarizar as opiniões a propósito das soluções possíveis para conter a delinquência juvenil. A partir da Constituição de 1988, desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e, sobretudo ao amparo jurídico. Dois anos mais tarde, os preceitos constitucionais foram regulamentados através da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual revogou o Código de Menores (1979) e instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A violência praticada (e sofrida) por jovens tem, gradativamente, se transformada em um grave problema para a sociedade brasileira, especialmente nos centros urbanos, acompanhando uma tendência mundial de crescimento deste fenômeno. Entretanto, o nível de compreensão acerca dos motivos que conduz a essa violência estão em defasagem com o ritmo de crescimento da incidência destes crimes.

Segundo ADORNO (1999), a associação entre adolescência e criminalidade não é inquietação exclusivamente própria de sociedades com acentuadas desigualdades sociais e em que as políticas sociais governamentais, ainda que se esforcem por minimizá-las, não logram assegurar direitos sociais fundamentais para grandes parcelas da população urbana ou rural, cujo ônus recai preferencialmente sobre crianças e adolescentes, como sugerem vários estudos (Araújo, 1996; Faria, 1992; Hoffman, 1992; Singer, 1996). Mesmo em sociedades caracterizadas por elevados indicadores de desenvolvimento humano, condições e qualidade de vida, a preocupação com o envolvimento de crianças e adolescentes com o mundo do crime não é recente e revela, não raro, traços não muito distantes do modo como o problema é percebido e enfocado na sociedade brasileira contemporânea.

A preocupação do Relatório da UNICEF de 2011 – “Adolescência: uma fase de oportunidades” – é justamente combater o estigma da fase problema. Se por um lado, enfoca-se o adolescente como objeto de atenção especial e especializada: restringem-se suas horas de trabalho fabril; regulamenta-se a educação compulsória; desenvolvem-se programas próprios de lazer e ocupação do tempo livre, ao que tudo indica raiz primária das chama-

das culturas juvenis. Neste cenário, o jovem vai adquirindo cada vez maior autonomia, especialmente nas grandes metrópoles industriais. Ele passa a ser reconhecido como portador de um querer próprio que precisa ser respeitado nos mais distintos aspectos da vida pessoal independente: escolha profissional, vestuário, consumo, lazer, iniciação e atividade sexual. Mas, por outro lado, essa mesma autonomia é vista como fonte de riscos, entre os quais, talvez o mais temido, seja o envolvimento com o mundo do crime e da violência. A descoberta da adolescência como problema é, portanto, contemporânea da associação entre juventude e delinquência (Adorno, 1999).

Dessa feita, torna-se fundamental abordar no presente estudo tanto a problemática do jovem principal vítima da criminalidade, quanto aquela do jovem como um dos principais autores de delinquência. Ou seja, quais fatores podem explicar sua vitimização e seu envolvimento com o crime? Destacando que, a inserção nas atividades de delinquência juvenil encaminham esses jovens para uma situação ainda maior de vulnerabilidades sociais.

O desenvolvimento dos estudos de delinquência juvenil ao longo do tempo convergiu para esse apontamento comum, da

mesma forma que são as maiores vítimas, os jovens também predominam na autoria de crimes como: furtos, roubos, uso/tráfico de drogas e homicídios. Essa relação próxima entre os jovens, principalmente do sexo masculino, e a criminalidade, alimentou o interesse de diversos estudos nacionais e internacionais sobre a questão da delinquência juvenil, das sub-culturas de gangues, etc.

No nível internacional, os pesquisadores da Escola de Chicago (a partir de 1915) logo perceberam a grande relevância em estudar a delinquência juvenil inserida em seu contexto histórico e social. Foram pioneiros em associar as hipóteses teóricas da criminologia aos estudos empíricos da criminalidade. Cohen (1955) foi um dos precursores do uso da Sociologia da Violência e Criminalidade integrando as teorias da associação diferencial de Sutherland (1939), da desorganização social de Shaw e McKay (1931), e da Anomia de Merton (1938), para buscar explicação sobre as subculturas delinquentes, principalmente entre os jovens. Destaca-se ainda a classificação de gangues jovens de Huff (1989): hedonistic gangs (drugs); instrumental gangs (property offenses); and, predatory gangs (violent crimes).

Importante ainda reforçar esse estudo da delinquência juvenil, de suas ligações sociais,

relacionadas ao ambiente, às variáveis ecológicas e estruturais, basicamente, elas são representadas através das contribuições dos teóricos da Desorganização Social, como: Shaw e McKay (1931) estudos da delinquência juvenil urbana; Thrasher (apud Kornhauser 1978) com modelos de Controle Social; modelo de Bursik e Grasmick (1993) – organização social e vizinhança (controles sociais informais); Sampson, 1997 com estudos sobre a Eficácia Coletiva, além dos estudos de migração, vizinhança e estabilidade social (Patillo, 1998; Todd, 2003), e outros.

Ainda entre os estudos internacionais, para Robert Agnew (1992, 1999, 2001), formulador da Teoria Geral da Tensão, a inserção criminal é prevista pela (i) percepção por parte dos indivíduos, de sua incapacidade de alcançar por vias legítimas metas socialmente desejáveis, (ii) pela perda de estímulos positivamente valorizados e (iii) pela presença real ou prevista de estímulos negativos. Segundo Agnew (2004), o mecanismo causal que precede ao crime relaciona-se às tensões vivenciadas pelos indivíduos, decorrentes da socialização adversa – e em específico como efeito do aprofundamento de tensões associadas ao efeito cumulativo de estressores, bem como na baixa capacidade dos indivíduos em lidarem com esses estressores (tensões). Sobretudo, o crime

decorre do fato que (1) essas tensões sejam vistas como injustas pelo agressor; (2) consideradas elevadas em magnitude; e que, (3) associadas ao baixo controle social; (4) terminam por criar pressões e incentivos para envolvimento com o crime. O crime emerge como ação corretiva frente à degradação - objetiva e subjetiva - ao qual o jovem convive cotidianamente.

Os estudos sobre juventude e criminalidade no Brasil também ganharam grande relevância (Zaluar, 1994; Waiselfisz, 1998; Adorno, 1999; Peralva, 2000; Beato, 2002; Sposito, 2001). Hoje os estudos sobre vulnerabilidade social e a delinquência na juventude, Vignoli (2001) e Filgueira (2001) sustentam que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade em que se encontram. Para Abramovay (2002), a situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade.

Cabe reforçar que essa tensão (de acesso às oportunidades) não vem unicamente da esfera econômica, as esferas sociais e culturais contribuem muito para entender-

mos por que jovens de uma mesma classe social podem ter comportamentos diversos, alguns se tornando delinquentes e outros não. Da mesma forma, essa vulnerabilidade também tem origem no tipo de relação que os jovens possuem com suas famílias e comunidades - o que Sampson (1989) conceitua de "eficácia coletiva".

Enfim, faz-se importante reforçar, que os números oficiais existentes sobre violência, bem como pesquisas quantitativas e qualitativas que veem sendo realizadas, confirmam que são os jovens as maiores vítimas da violência no Brasil. Isto se manifesta de maneira mais exacerbada ainda no caso dos homicídios, sendo que a taxa deste crime entre jovens do sexo masculino no país se compara às de regiões que vivem em guerra declarada. (CASTRO; AQUINO; et al, IPEA, 2009).

## 5.1. O Jovem vítima da violência

Ao iniciar a abordagem do tema faz-se importante reconhecer como pressuposto, que a violência - incluindo juventude-violência - é um fenômeno complexo, multifacetado e que programas de prevenção eficazes envolvem vários níveis e setores de atuação simultaneamente.

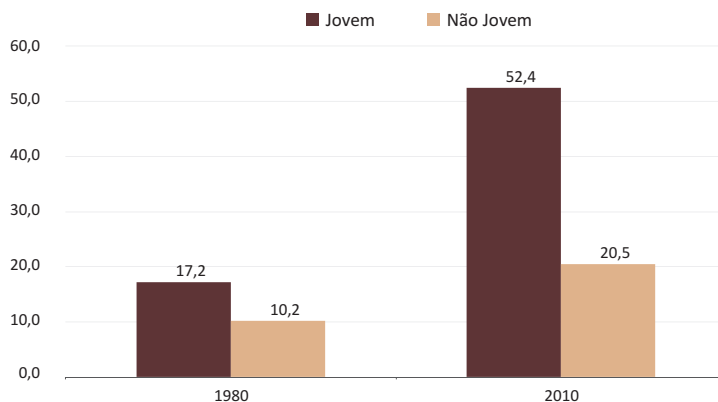
No Brasil, os elevados níveis de vitimização juvenil constituem um fato relativamente recente. As características da mortalidade juvenil não permaneceram congeladas ao longo do tempo, mas mudaram radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar "novos padrões da mortalidade juvenil" (Waiselfisz, 2011).

Através dos dados do SIM/Datasus verifica-se essa significativa mudança. Enquanto em 1980, as "causas externas" já eram responsáveis por aproximadamente a metade (52,9%) do total de mortes dos jovens do país. Em 2010, 73,2% da mortalidade juvenil devia-se a causas externas (ou também, causas violentas, como costumam ser denominadas). O principal responsável por essas taxas são os homicídios.

Com a comparação da evolução das taxas de homicídios entre jovens e não jovens no Brasil tem-se evidência da estruturação histórica da violência homicida e seu significado para a juventude ao longo do tempo. Levando em conta o tamanho da população, teríamos que a taxa de homicídios entre os jovens passou de 17,2 (em 100 mil jovens), em 1980, para 52,4 no ano de 2010. Já a taxa da população não jovem sofreu uma elevação até meados da década de 1990 (20,4 em 1996) e após permaneceu praticamente



**Figura 18 - Taxas de homicídios de jovens e não jovens por 100 mil habitantes: Espírito Santo, 1980 e 2010**

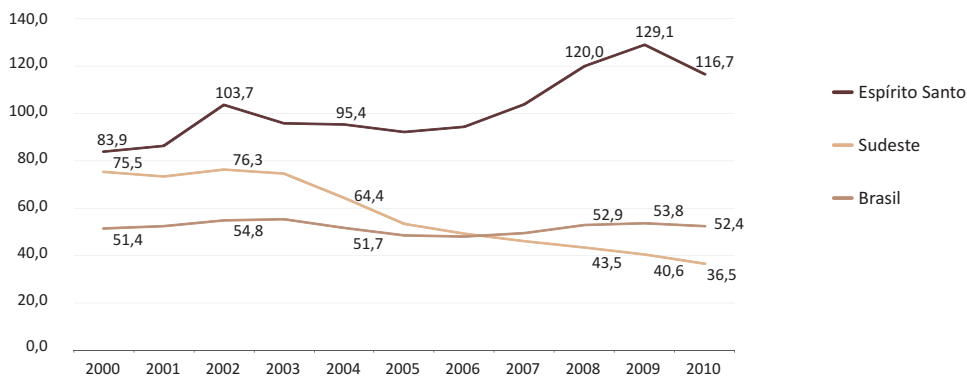


Fonte: Sistema de informações sobre mortalidade (SIM/ DATASUS). Mapa da Violência 2012  
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Os dados acima revelam que, em 2010, a vitimização de jovens foi 156% maior do que a sofrida pelo grupo não jovem no país. O que demonstra o quanto as mortes violentas no Brasil estão concentradas no grupo social juventude.

Ainda de acordo com os dados do SIM/Datasus divulgados no Mapa da Violência 2012, podemos observar o comportamento histórico das taxas de homicídio juvenil. No caso o recorte utilizado foi da faixa de 15 a 24 anos, mas não deixa de ser uma “proxy” desse tipo de crime para o estado do Espírito Santo, região Sudeste e Brasil.

**Figura 19 - Taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes (15 a 24): Espírito Santo, Sudeste e Brasil, 2000 a 2010**



Fonte: SIM/SVS/MS / Mapa da Violência 2012  
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

O Espírito Santo possuía em 2010 uma taxa de homicídios juvenil 3,2 vezes maior que a taxa da região Sudeste, e ainda, 2,2 vezes maior do que a taxa nacional. Ou seja, a vitimização juvenil além de importante problema nacional, torna-se problema ainda mais grave quando recortamos a análise para o estado capixaba.

Essa avaliação também é preocupante no nível municipal. Os índices de homicídios e vulnerabilidade juvenil à violência, divulgados pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacaram diversas cidades capixabas. (Tabelas 18 e 19).

**Tabela 17 - Índice de Homicídios entre adolescentes e jovens (12 a 29)**

Município	IH
Linhares	0,938
Cariacica	0,879
Serra	0,814
Vila Velha	0,66
Vitória	0,618
Guarapari	0,556
São Matheus	0,52
Colatina	0,198
Cachoeiro de Itapemirim	0,169

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2010  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Tabela 18 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V)**

Município	Posição no ranking nacional <sup>45</sup>	PRONASCI	Grupo de Vulnerabilidade <sup>46</sup>	IVJ-V
Linhares	3	Sim	Muito Alta	0,625
Cariacica	21	Sim	Muito Alta	0,509
Serra	27	Sim	Muito Alta	0,5
São Matheus	44	Sim	Alta	0,467
Vila Velha	46	Sim	Alta	0,461
Guarapari	70	Não	Média	0,437
Colatina	110	Não	Média	0,396
Cachoeiro de Itapemirim	111	Não	Média	0,396
Vitória	119	Sim	Média	0,388

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2010  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

<sup>45</sup> Ranking Nacional da Vulnerabilidade Juvenil para as cidades acima de 100 mil habitantes

<sup>46</sup> Classificação Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Linhares aparece como a terceira cidade no ranking nacional de vulnerabilidade juvenil à violência, Serra e Cariacica, respectivamente, ocupam as posições 21 e 27. Essas mesmas cidades também lideram quanto aos maiores valores no índice de homicídios que também compõe o IVJ-V.

As tabelas acima revelam que esse problema extrapola os grandes centros urbanos, pois além da presença esperada das cidades da região metropolitana de Vitória, Linhares e São Mateus se posicionam hoje em condição de vulnerabilidade muito alta e alta em relação à violência juvenil.

#### **Quadro 5 - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – Ministério Público**

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) também exerce papel fundamental na defesa dos direitos dos jovens capixabas por meio dos Centros de Apoio Operacional (CAOs) que realiza assessoramento e apoio técnico as Promotorias e Procuradorias de Justiça.

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ) oferece suporte técnico-jurídico às promotorias de justiça na fiscalização do cumprimento da lei e da oferta de políticas públicas no âmbito do Estado e dos municípios e assessoria na apuração de representações de violação de direitos humanos e sociais da infância e juventude, com vistas a garantir a cidadania, assegurando o respeito e o exercício dos direitos individuais e coletivos desse público.

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caij). Vitória, 2008.

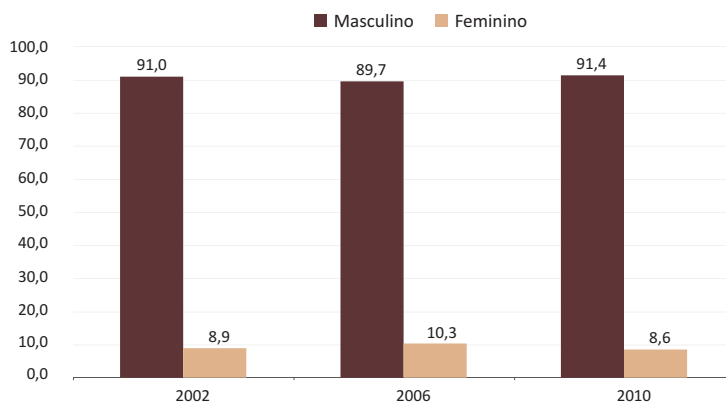
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

## 5.2. Jovens, violência e gênero

A proporção de homicídios por sexo na população total, para os anos 2002, 2006 e

2010 mais uma vez reforça o foco no subgrupo juvenil masculino. Ao longo dos anos a média vem se mantendo em torno de 90% de vítimas homens.

**Figura 20 - Proporção de homicídios por sexo: Espírito Santo, 2002, 2006 e 2010**



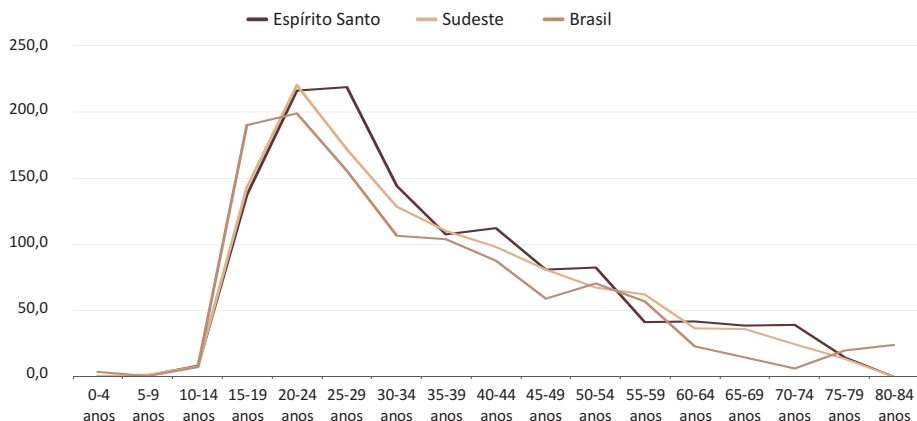
Fonte: GEAC-SESP

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais

As taxas apresentadas para o conjunto das vítimas do sexo masculino baixaram levemente em 2010 frente a 2006 e 2000 (FIGURA 21). Entretanto, elas situam-se em um valor próximo a 200 mortes por 100 mil habitantes entre os jovens entre 15-24 anos.

Isso implica que morre 1 jovem em 500 a cada ano. Cabe ressaltar, que o subgrupo juvenil tem taxas até quatro vezes superiores às taxas do conjunto da população. (Ver TABELA 9, em anexo).

**Figura 21 - Taxa de homicídios por (100 mil), por faixa etária, sexo masculino: Espírito Santo, 2002, 2006 e 2010**

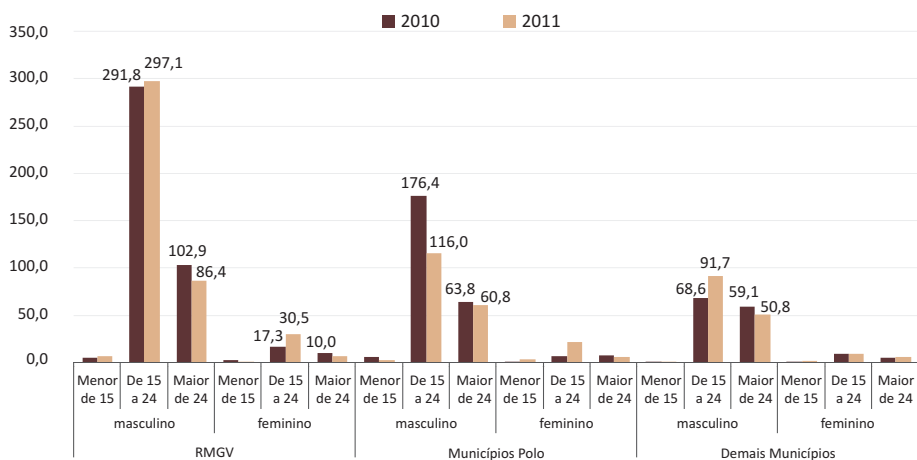


Fonte: GEAC-SESP  
 População 2002 e 2006 DATASUS, 2010 IBGE  
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Quando discriminado as taxas por perfil de municípios em 2010 e 2011, a saliência das taxas para as vítimas juvenis da região metropolitana é reforçada mais ainda. Nesses anos os números ficaram próximos a 300 por 100 mil para as vítimas jovens do

sexo masculino, sendo que nos municípios-polo houve uma redução de 60 pontos por 100 mil na variação entre os anos, ao qual passou de 176,4 para 116. Na categoria demais municípios a taxa dos jovens do sexo masculino chega a 91,7 em 2011.

**Figura 22 - Taxas de homicídio (100 mil) por subgrupo populacional e grupo de municípios<sup>47</sup>**



Fonte: GEAC-SESP  
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

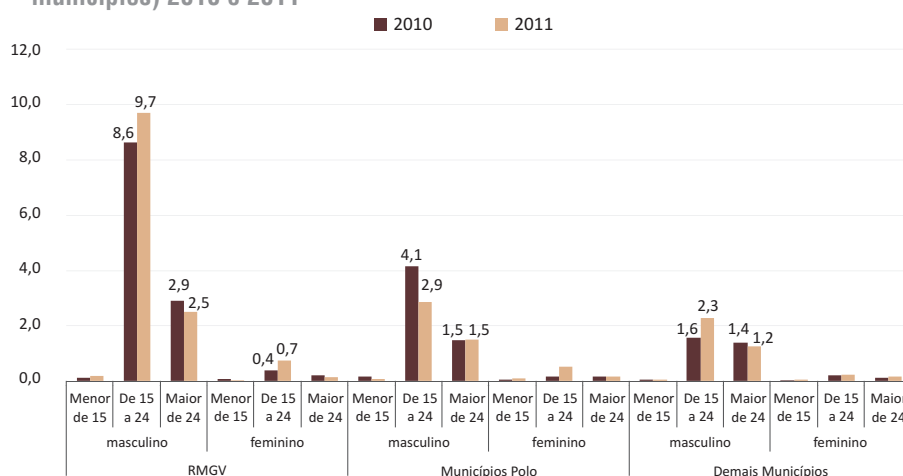
Taxas apresentadas foram calculadas com base em projeções populacionais (a partir do censo IBGE 2010) para o ano de 2010 e 2011.

<sup>47</sup> **RMGV:** Cariacica, Fundão, Guarapari, Viana, Vila Velha, Vitória e Serra. **Municípios polo:** Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, Aracruz e Anchieta.

Adicionalmente, foi calculado o fator de risco associado a cada subgrupo. Esse indicador aponta quantas vezes um subgrupo é sujeito a ser vítima, comparado àqueles que não pertencem ao subgrupo. Nota-se que, as vítimas jovens do sexo masculino residentes na região Metropolitana apresen-

taram risco quase 10 vezes maior, em 2011, do que aqueles que não pertencem a esse subgrupo. Maiores de 25 anos do sexo masculino e jovens de municípios polo possuem fator de risco até três vezes superior (em média) comparados aos que não fazem parte desses subgrupos.

**Figura 23 - Fator de risco, sexo e grupo de municípios (RMGV, Municípios polo e Demais municípios) 2010 e 2011**



Fonte: GEAC-SESP  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

O indicador de fator de risco reforça o diagnóstico que o fenômeno dos homicídios está vinculado ao subgrupo juvenil (15-24 anos) masculino, em municípios da região Metropolitana e cidades-polo.

### 5.2.1. Invisibilidade das meninas

Enquanto a maior parte do foco da mídia, pesquisadores e formuladores de políticas tem sido sobre os homens jovens como principais perpetradores de violência e as

vítimas de homicídio, as mulheres jovens também enfrentam altos níveis de violência, especialmente como vítimas e não como criminosos. Embora as mulheres sejam menos suscetíveis de serem vítimas de homicídio, suas vidas e meios de subsistência são severamente restringidos pela violência em suas comunidades, o que aumenta a sua vulnerabilidade e insegurança.

As mulheres jovens são as mais afetadas pela percepção de violência e do medo da

violência em espaços públicos, o que pode impedi-las de participar efetivamente das comunidades educacional, econômica e políticas. Por exemplo, em muitas comunidades violentas a ameaça da violência torna problemático para as mulheres sair desacompanhada depois de escurecer, ir trabalhar, visitar um amigo, ou assistir a aulas à noite.

Além disso, a violência sexual afeta principalmente as crianças, adolescentes e mulheres jovens, em particular, mas permanece na maior parte não declarada e impune. Da mesma forma, a violência familiar afeta desproporcionalmente as mulheres, mas ainda é amplamente aceita e permanece em grande parte invisível (Gómez Gómez, 1993).

Consequentemente, os jovens constituem a grande maioria visível de ambas as vítimas e os agentes de violência nas ruas. Mas, apesar do forte foco em homens jovens e os problemas que eles causam, muitos dos impactos ambientais, sociais, familiares e condições que enfrentam afetam as mulheres jovens igualmente, se não mais do que os homens jovens, embora muitas vezes com resultados diferentes. Para as mulheres jovens estas mesmas condições tendem a contribuir para

a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, dependência de homens e a reprodução intergeracional da pobreza e violência familiar. Estes resultados são igualmente graves, mas, certamente, menos visíveis (Moser, 1999).

### 5.3. Delinquência Juvenil

Conforme mencionado anteriormente, a juventude é o grupo mais vulnerável à violência, seja como vítima, seja como agressor.

Moser (1999) em seu relatório para o Banco Mundial descreve brevemente algumas das abordagens que tradicionalmente têm sido tomadas para compreender as questões de jovens em risco e violência juvenil e usa um quadro integrado (“framework”) para analisar as causas da violência juvenil e as intervenções associadas. Esse quadro é utilizado para examinar causas da violência juvenil e suas intervenções associadas, mostrando a necessidade de desenvolver e aperfeiçoar uma comunidade de base holística, além de uma estratégia participativa para enfrentar a violência juvenil.

<sup>48</sup> LCR Sustainable Development Working Paper No. 3 / Urban Peace Program Series

Figura 24 - Modelo Integrado para Causalidade da Violência<sup>49</sup>



Fonte: Moser (1999)

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Quadro 6 - Modelo Analítico Conceitual: Juventude e Violência

Nível	Conceito	Aplicação à Delinquência Juvenil
<b>Individual</b>	História pessoal e constituição biofísica; desenvolvimento da personalidade que molda as respostas interpessoais e estressores institucionais.	Baixa autoestima; desejo de status; ganância.
<b>Interpessoal</b>	Contexto imediato em que a violência assume lugar; interações entre os indivíduos; fatores situacionais envolvendo família, agregado familiar, relações íntimas, entre conhecidos.	Envolvimento de membro da família em gangues; disfunções das relações familiares e/ou violência familiar; associação a companheiros delinquentes.
<b>Institucional</b>	Instituições formais e informais, capital social associado aos locais de trabalho e as comunidades; redes sociais e grupos onde as relações interpessoais são incorporadas.	Sistema escolar fraco; presença de gangues na comunidade, falta de emprego e oportunidades; disponibilidade de armas de fogo.
<b>Estrutural</b>	Nível macro-político, econômico, e estrutura social, incluindo as opiniões, crenças e normas culturais que permeiam a sociedade.	Impunidade; racismo; legitimação de violência como um meio para resolver conflitos.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

<sup>49</sup> Inspirado no modelo *The World Bank*, apresentado por Moser (1999) para causas de Delinquência Juvenil.



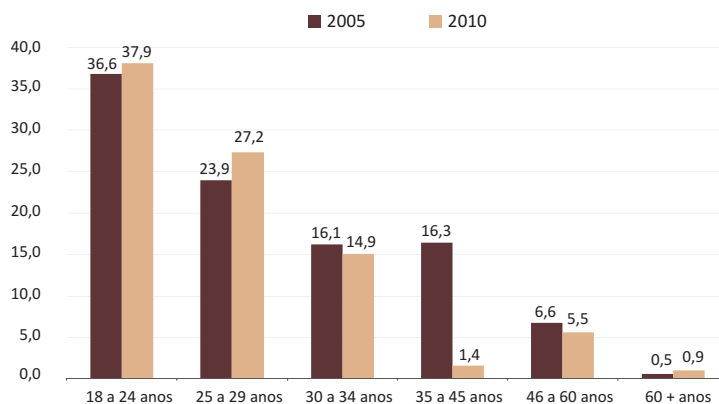
A concepção de Schoemaker (1996) a fim de compreender a gênese da delinquência juvenil é semelhante ao modelo apresentado acima. Entende-se que este, embora não seja um modelo exaustivo, é útil na orientação, organização e direcionamento do tema. Incorpora três níveis de conceitualização: a) o nível estrutural, que incorpora as condições sociais; b) o nível sócio-psicológico, que se refere ao controle social da família, escola e demais instituições responsáveis pelo adolescente, a auto-estima (por estar intrinsecamente associada à influência familiar e do grupo de pares) e à influência de grupos de jovens sobre o comportamento infrator; e c) o nível individual, incluindo aspectos biológicos e psicológicos. A diferença é que Moser (1999) também trabalha o nível institucional, ou seja, quais

as oportunidades dadas pela rede de instituições para os jovens? No que se insere o sistema escolar, mercado de trabalho e o próprio sistema político.

O subgrupo com maior envolvimento criminal são os jovens do sexo masculino, residentes em municípios urbanos, sobretudo em regiões metropolitanas. No Espírito Santo essa realidade não é diferente. Algumas informações a seguir dão conta da magnitude desse problema.

A figura 25 ilustra que o percentual de encarcerados no ES reduz à medida que a idade aumenta. Em 2005 os presos com até 30 anos de idade somavam 53% do total, percentual esse que veio a subir 4% em 2010, passando a 57% do total.

**Figura 25 - Percentual de presos do sexo masculino por faixa de idade em relação ao total de presos: Espírito Santo, 2005 e 2010**

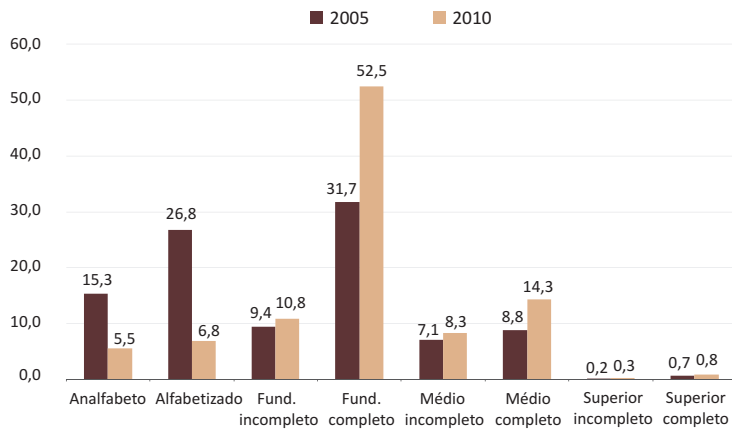


Fonte: Secretaria Estadual de Justiça. INFOPEN – Sistema de informações penitenciárias.  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Quando analisados os dados de escolaridade, percebe-se que em 2005 os jovens que tinham no máximo o ensino fundamental incompleto eram 73,8% da população

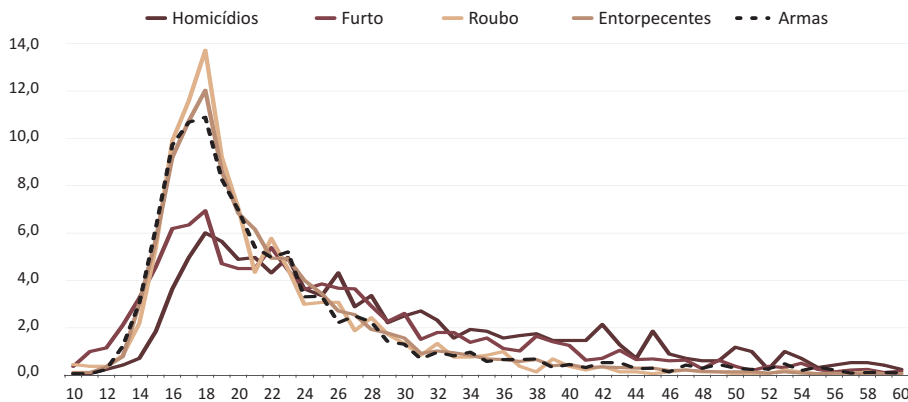
carcerária (mais de 2/3). Em 2010, esse número reduziu para 64,8%, não afetando, porém o padrão de baixa escolaridade dos encarcerados.

**Figura 26 - Percentual de presos do sexo masculino por escolaridade: Espírito Santo, 2005 e 2010**



Fonte: Secretaria Estadual de Justiça. INFOPEN – Sistema de informações penitenciárias.  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Figura 27 - Idade dos envolvidos em crimes, por crimes, para os grandes municípios: Espírito Santo, 2005 a 2010**



Fonte: GEAC-SESP. População 2002 e 2006 DATASUS, 2010 IBGE.  
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Ainda que a cobertura da informação do gráfico acima apresente limites, a média de idade dos envolvidos em roubos é de 20,8 anos; em crimes de armas 22,1 anos; entorpecentes 21,5 anos; e furtos é 24,9 anos. Grosso modo, esses crimes (exceto furtos) parecem antecipar à idade média dos homicidas identificados, e das vítimas de homicídios. Tanto as vítimas de homicídios quanto envolvidos estão bastante próximos do subgrupo juvenil (28,5 anos).

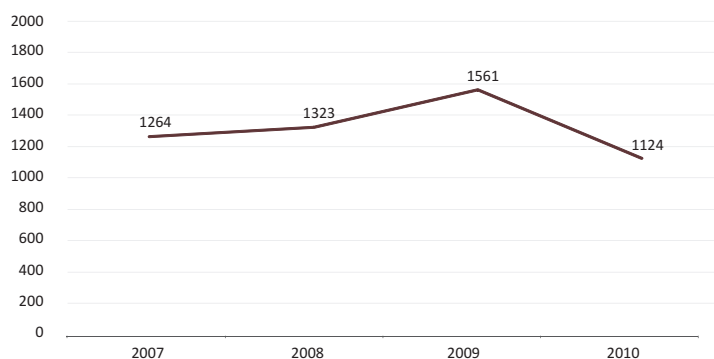
A partir dos dados expostos, evidencia-se que as políticas de prevenção ao crime precisam identificar os jovens com baixa escolaridade, fora da escola, residentes em bairros com criminalidade alta e envolvimento de pares e vizinhos em crimes, mesmo parentes, de modo a criar políticas específicas para esse subgrupo.

#### **5.4. Adolescentes em conflito com a Lei no Espírito Santo: análise dos dados da Delegacia de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei (DEACL)**

Nesse tópico será destacada a caracterização geral dos dados obtidos através das ocorrências da DEACL.

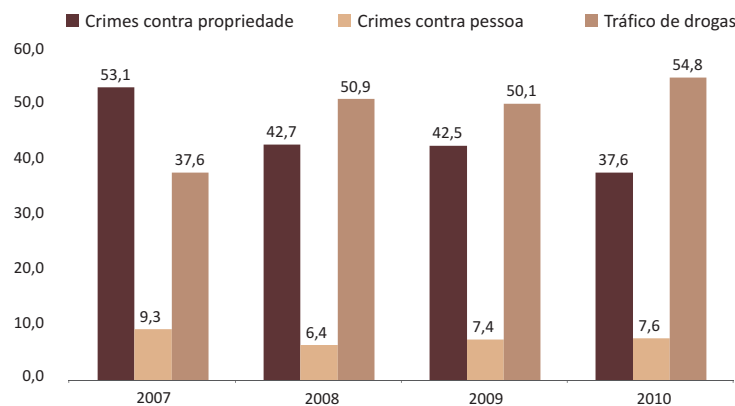
O ano de 2009 foi o que apresentou maior número de ocorrências registradas na DEACL, 1.561. Esse aumento em 2009 representou 18% de casos acima da média dos últimos 4 anos, no entanto, observa-se que em 2010 houve o menor número da série.

Os crimes contra a propriedade vêm nos últimos anos em uma tendência de baixa – representava 53,1% das ocorrências em 2007, e em 2010 esse número caiu para 37,6%. Os homicídios que eram quase 10% das ocorrências em 2007 tiveram uma ligeira queda e parecem estabilizados entre 6% e 7% dos crimes cometidos por adolescentes.

**Figura 28 - Número de ocorrências da DEACL por ano (2007 a 2010)**


Fonte: SESP, DEACL, 2007 – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Figura 29 - Percentual dos tipos de crime conforme a DEACL: Espírito Santo, 2007 a 2010**


Fonte: SESP, DEACL, 2007 – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Caminho inverso dos crimes contra a propriedade está tomando a participação dos jovens no tráfico de drogas (figura 29), enquanto em 2007 esse ato infracional chegava a 37,6% do total, em 2010 ele atingiu 54,8%.

A avaliação dos dados quanto aos tipos de crimes, nos remete a uma supervalorização da opinião pública quanto à participação de

adolescentes em crimes contra pessoa. De acordo com literatura especializada, essa característica na distribuição de tipos penais praticados por adolescentes acompanha tendências mais gerais. Nos Estados Unidos,<sup>50</sup> as prisões para infrações determinadas revelaram, em 1993, a seguinte distribuição: enquanto 29,35% do total de infrações cometidas por jovens correspon-

<sup>50</sup> (U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation, Crime in the United States, 1993, apud Donziger, 1996:132).

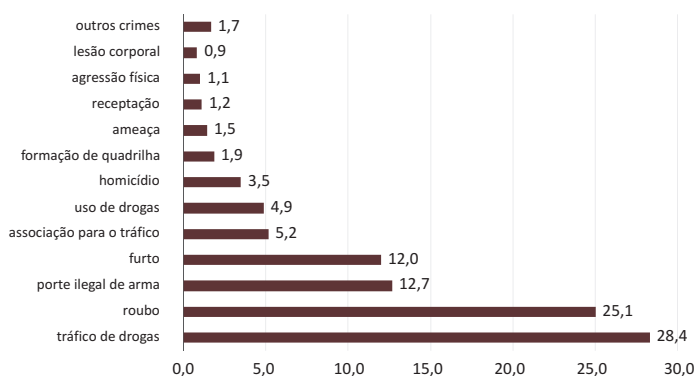
diam a crimes contra o patrimônio, apenas 0,16% referiam-se a homicídio (ADORNO, 1999).

Cabe frisar, os quase 40% de registros de tráfico de drogas ilustra a dimensão desse problema social hoje no Espírito Santo assim como ocorre em quase todo país. Importante

salientar ainda que, se selecionarmos apenas os anos mais recentes esse número de participação do tráfico de drogas ainda é mais alto.

A figura a seguir ilustra o impacto do tráfico de drogas quanto à natureza do crime praticado por adolescentes no ES em 2010.

**Figura 30 - Percentual dos tipos de crime, por natureza do crime praticado conforme a DEACL: Espírito Santo, 2010**



Fonte: SESP, DEACL, 2007 – 2010.

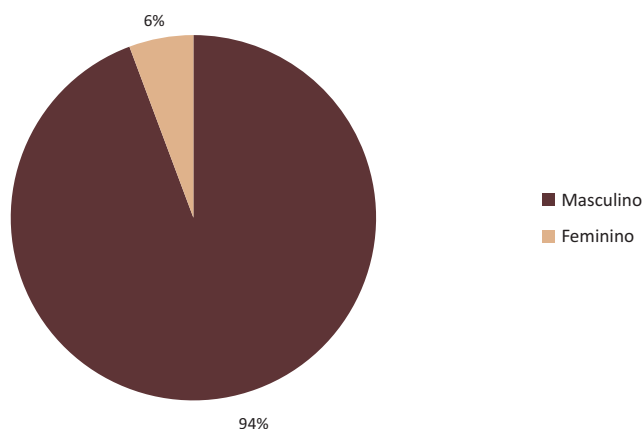
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

O tráfico de drogas foi à natureza de crime com maior registro na DEACL, 28,4%. Cabendo destacar também o roubo (25,1%), porte ilegal de armas (12,7%) e o furto (12%). O envolvimento com tráfico de drogas pode estar relacionado com o financiamento do consumo de drogas. No entanto, mais frequentemente, no ambiente de violação de direitos a que estão submetidas às comunidades onde os adolescentes vivem, a atividade no tráfico é uma via para a satisfa-

ção de aspirações de consumo para a qual a sociedade e o Estado não oferecem meios legítimos (ABRAMOVAY, 2003).

Os dados extraídos dos registros da DEACL também permitem a descrição do perfil dos adolescentes em conflito com a lei no estado do Espírito Santo. Apresenta-se a seguir sexo, idade, cor, e ainda se o jovem é usuário de drogas.

**Figura 31 - Percentual de adolescentes por sexo: Espírito Santo, 2010**



Fonte: SESP, DEACL, 2007 – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

A distribuição das ocorrências por sexo do autor é convergente aos diversos estudos de Criminologia e Sociologia do Crime, apontando para uma grande maioria de homens envolvidos com delinquência, 94%. Os homens claramente se envolvem mais com os atos infracionais principalmente levados pelo estilo de vida de riscos, emoções, e ações impulsivas. Ou seja, resultado de todo um contexto cultural e de representações sociais do papel do homem na sociedade.

Já o menor número de adolescentes do sexo feminino em envolvimento com esse

comportamento deve-se a diversos fatores sociais e econômicos, mas principalmente, relacionados a valores culturais que permeiam a questão de gênero: em suas diferenças de oportunidades, de representações sociais, de lugar no imaginário da sociedade. Nesse cenário pode-se identificar uma tendência no comportamento dos pais em manter as filhas muito mais presentes no espaço doméstico, como também a presença de garotas em situações de violência relacionadas à exploração sexual, muitas vezes associada à rede do tráfico, e por consequência a criminalidade (BRASIL, 2011).

**Figura 32 - Idade dos adolescentes em conflito com a lei versus N° de ocorrências: Espírito Santo, 2010**



Fonte: SESP, DEACL, 2007 – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

A figura acima indica que entre 16 e 17 anos é a idade que os adolescentes mais cometem delitos, 1663 e 1868 respectivamente. Cabe ressaltar, que após os 18 anos os registros não são mais de responsabilidade da DEACL.

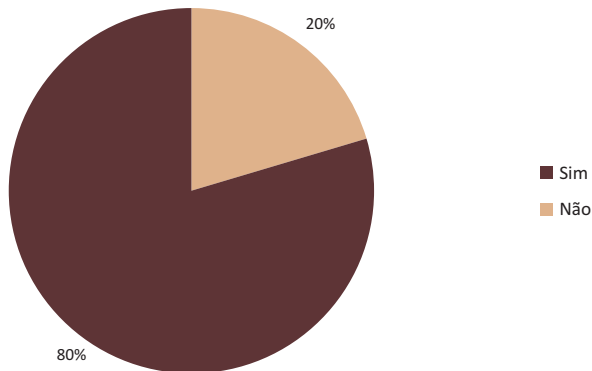
Os dados apresentados acima vão ao encontro dos resultados do mapeamento nacional do cumprimento das medidas socioeducativas realizado pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud) que constatou que a maioria dos adolescentes infratores se encontrava na faixa etária de 16 a 17 anos

(44,0%) e 18 a 21 anos (34,5%). De acordo com essa pesquisa as demais idades apresentaram 0,2%, até 11 anos e 17,6%, 12 a 15 anos de idade (ILANUD, 2007).

A passagem dos 14 para 15 anos parece ser crucial para a delinqüência juvenil no Espírito Santo, passando de 547 ocorrências provocadas por adolescentes de 14 anos, para 1.118 casos de jovens com 15 anos.

Interessante observar que essa é a fase que os jovens deveriam estar saindo do ensino fundamental para o ensino médio, é justamente um dos gargalos da evasão escolar no estado do Espírito Santo e no país.

**Figura 33 - Percentual de adolescentes em conflito com Lei que usam drogas: Espírito Santo, 2010**



Fonte: SESP, DEACL, 2007 – 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

O uso de drogas entre os adolescentes registrados pela DEACL corresponde a 80% dos casos, no entanto, é bom destacar que, esse dado não indica que é o uso de drogas que provoca o ato delincente.

Apenas estudos mais aprofundados podem estabelecer esse tipo de relação (que é complexa e diversificada), o que pode ser observado é que o consumo de drogas é um hábito da maioria desses jovens.

O levantamento realizado pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD) também demonstrou a expressiva quantidade de usuários de drogas entre os adolescentes privados de liberdade no país: em 2002, 85,6% faziam uso antes da apreensão, especialmente de

maconha (67,1%), álcool (32,4%), cocaína/crack (31,3%) e inalantes (22,6%) (ILANUD, 2007).

Em termos de conclusão a respeito dos adolescentes em conflito com a lei, interessante observar a diferença de acordo com a infração cometida pelo jovem. Uma análise geral, sem levar em consideração a influência dos fatores específicos de cada tipo de delinquência, corre o risco de cair em simplificações que não consideram a complexidade do fenômeno em análise.

Como ilustração cabe reforçar que, enquanto os homicídios costumam ter picos de ocorrência no fim do ano, são praticados por jovens de idade mais avançada (acima de 17 e 18 anos), e com número menor de usuários de drogas comparado aos outros crimes. Os



crimes contra a propriedade já possuem altas não só no fim do ano, como também no meio do ano, são cometidos por adolescentes entre 12 e 16 anos, e possuem maior número de envolvidos com uso de drogas comparado aqueles que praticaram homicídios. Um bom número de envolvidos com esse tipo de crime também apresentaram participação em crimes de porte ilegal de armas. Já as ocorrências de tráficos de drogas permanecem em um mesmo patamar durante todo o ano, também possuem jovens envolvidos de menor idade, 12 a 16 anos, e chegam ao maior número de adolescentes usuários de drogas entre todos os tipos de crime. Ainda, aqueles envolvidos com tráfico, em sua maioria, também mostraram envolvimento com associação para o tráfico e porte ilegal de armas.

Enfim, sobre o envolvimento dos jovens com a delinquência há que se abrir aqui alguns parênteses. Embora os dados e análises proporcionados quer pela literatura especializada internacional quer nacional apontem crescente envolvimento de adolescentes no mundo do crime violento, as mesmas fontes não cessam igualmente de apontar a crescente vitimização (vide tópico 1) desses segmentos.

## 6. GOVERNANÇA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA JUVENTUDE NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

As Políticas Públicas para a Juventude podem ser classificadas levando em consideração a rede de proteção social vigente e as demandas atuais que se transformam em Programas sociais. NOVAES (2009) apresenta uma categorização das Políticas Públicas para a Juventude em âmbito federal que orientou a discussão na publicação do IPEA intitulada: “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”. As categorias podem ser utilizadas como modelo para as Políticas Públicas em âmbito estadual.

**1. Universais** – são políticas setoriais dirigidas a toda a população, inclusive aos jovens. As políticas educacionais, de trabalho e emprego, de assistência social, de saúde, de cultura e de combate à violência. São consideradas estruturais, implicam sistemas duradouros e instituições públicas dotadas de orçamentos. Historicamente, constituem-se como direitos de cidadania, motivo pelo qual destas se espera hoje que incorporem as especificidades do recorte etário – direitos difusos – e, assim, incorpo-

rem questões singulares da atual geração juvenil.

**2. Atrativas** – são aquelas que não são dirigidas apenas aos jovens, mas têm especial incidência sobre eles: seja por afinidade com a natureza da política ou porque lhes abrem oportunidades específicas, seja porque, mesmo voltadas para espaços territoriais, onde convivem diferentes faixas etárias, afetam particularmente os jovens – por exemplo, as políticas de segurança e combate à violência. No geral, podem ter um caráter emergencial ou experimental, ou combinar as duas dimensões.

**3. Exclusivas** – são aquelas voltadas apenas para uma faixa etária predefinida, entre 15 e 29 anos. Sejam estas na área de educação, trabalho, desenvolvimento social, saúde, cultura, migração, segurança, constituem-se em programas e ações emergenciais para jovens excluídos, ou em situações de exclusão desfavorável. Este é o caso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Integrado).

A classificação permite vislumbrar as possibilidades de integração que pode haver em diferentes institucionalidades, uma vez que a responsabilidade das políticas públicas que atendem os diferentes segmen-

tos juvenis está em órgãos diferentes. O desafio é integrar os programas/projetos e quando não integrados que compartilhem da mesma perspectiva da atual condição do jovem. (NOVAES, 2009)

A política para juventude no Brasil, em âmbito federal, se organizou por meio da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). A Secretaria conta com o apoio do Conselho Nacional da Juventude, além da gestão compartilhada em alguns programas, entre os Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A primeira experiência de gestão compartilhada foi com o Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – criado exclusivamente para jovens. A Figura 34 apresenta um organograma da organização institucional da Política Pública para a Juventude do Governo Federal, que se constituiu ao longo dos últimos anos.

Em 2005, foi constituído o Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil. Um dos resultados dos diagnósticos foi à

proposição da criação da Secretaria Nacional da Juventude, que coordenaria a formulação de um Programa Nacional para a Juventude, assim como a criação do Conselho Nacional da Juventude, que apoiaria esse processo. A formulação de um programa nacional que contemplasse os jovens excluídos com educação, formação profissional e emprego, também foi uma das propostas mais imediatas. Dessa forma originou-se o Projovem em 2005, que dois anos após passaria uma reestruturação dando origem ao Projovem Integrado (SILVA; ANDRADE, 2009).

O Projovem Integrado<sup>51</sup> é resultado da unificação de seis programas já existentes – Projovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã – e está subdividido em quatro modalidades: 1) Projovem Urbano – serviço socioeducativo; 2) Projovem Trabalhador; 3) Projovem Adolescente; e 4) Projovem Campo – Saberes da Terra. Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o Projovem Integrado entrou em vigor a partir de janeiro de 2008 com objetivo de promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a qualificação

profissional e o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. A gestão do programa é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República – por meio da Secretaria Nacional de Juventude –, o MTE, o MDS e o MEC.

A institucionalidade garantida pela SNJ não significa que as dificuldades para integrar programas e ações tenham sido extintas. Ainda há um caminho longo a percorrer *para garantir a transversalidade do tema juventude, assim como para garantir previsões orçamentárias e o desenvolvimento de metodologias que permitam o cálculo do gasto público com as juventudes brasileiras* (NOVAES; SILVA; ANDRADE; 2009).

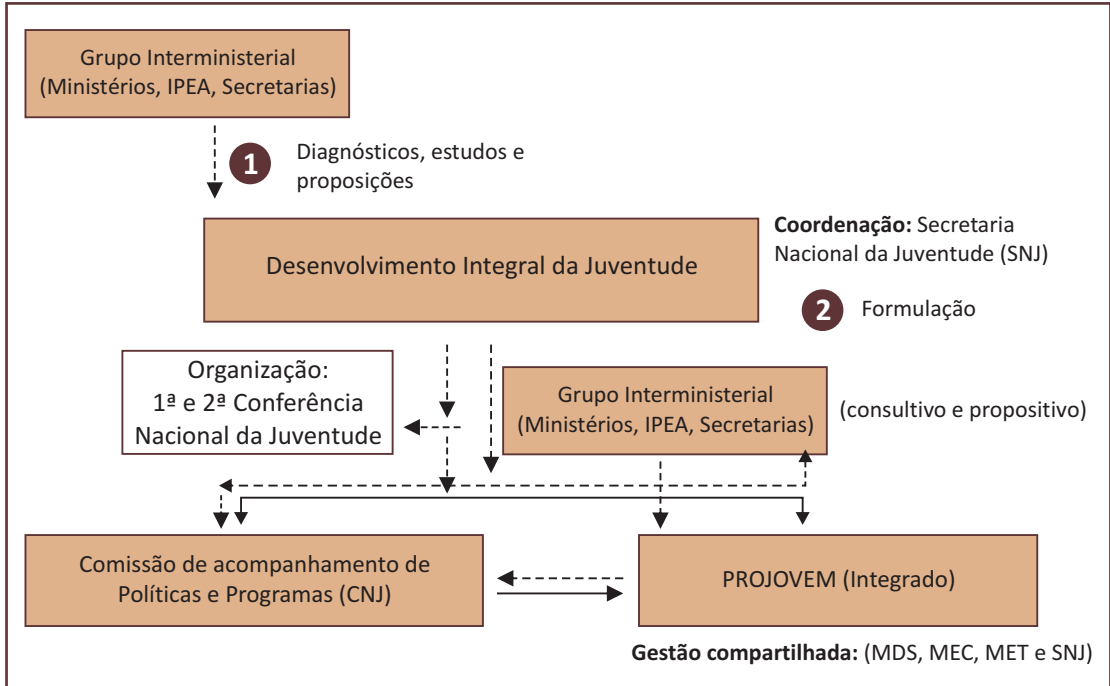
No Espírito Santo não existe uma secretaria exclusiva para a juventude, no entanto, há vários órgãos estaduais que são responsáveis pela formulação e execução de programas e projetos para a juventude, não necessariamente orientados pela mesma faixa etária utilizada pelo governo federal. Na Figura 35 é possível vislumbrar os órgãos e as respectivas coordenações ou diretorias responsáveis por programas que atendem ao público juvenil. Ressalta-se que foram apontados

<sup>51</sup> Informações disponíveis no site: [www.juventude.gov.br/juventude](http://www.juventude.gov.br/juventude). Acesso em: 11/04/2012.

todos os órgãos estaduais que executam programas para a juventude, mesmo aqueles não exclusivos.

No ANEXO 3<sup>52</sup> são apontados os programas e projetos para a juventude que são responsabilidade da gestão estadual, apontando os principais benefícios oferecidos e o público alvo.

**Figura 34 - Organização Institucional da Política Pública para Juventude**



Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Siglas:

IPEA – Instituto de Política Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

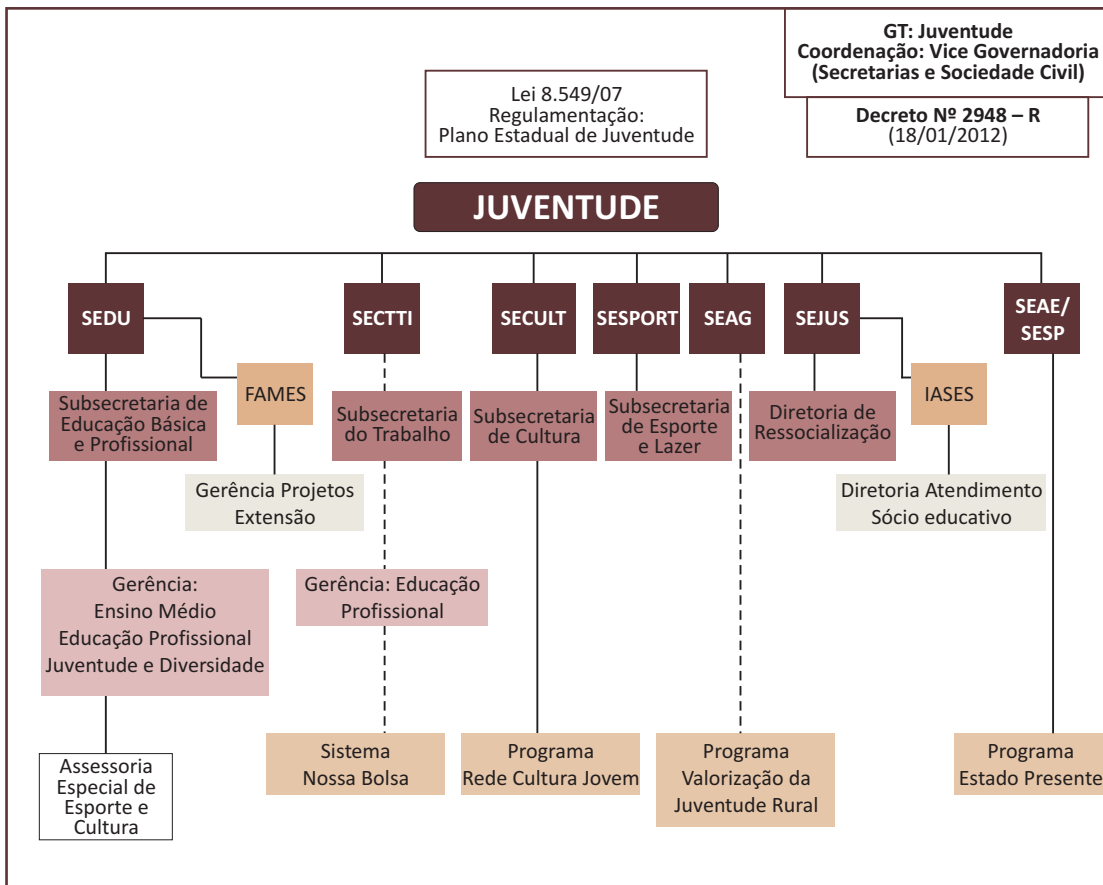
MEC – Ministério da Educação

MET – Ministério do Trabalho e Emprego

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

<sup>52</sup> As informações sobre programas foram extraídas dos sites oficiais (Lista de sites em ANEXO 3) do governo estadual, portanto estão sujeitos a alterações.

**Figura 35 - Órgãos estaduais responsáveis por Programas e Projetos para Juventude**



Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Siglas:

FAMES – Faculdade de Música do Espírito Santo.

IASES – Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo.

SEAE – Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas.

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca.

SECTTI – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os dados do IBGE, no Espírito Santo são 947.360 jovens, de 15 a 29 anos, o que representa 27% do total da população (Censo 2010). Ao observar a divisão do tempo dos jovens entre trabalho e estudo, verificou-se que, em 2009: 51,4% só trabalhavam; 19,2% não trabalhavam nem estudavam; 17,1% só estudavam e 12,4% trabalhavam e estudavam. Percebe-se aqui um grande desafio para o Estado, face ao percentual elevado de jovens que ainda estão fora tanto do mercado de trabalho quanto da educação formal. Certamente esta exclusão dos jovens destes espaços não é fruto de meras escolhas individuais. As oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, somado à evasão escolar, pode explicar em grande medida alguns aspectos da vulnerabilidade na juventude.

Tendo como referência os dados de 2009, do total de jovens, 85,9% estavam ocupados, o que resulta numa razão de 1 desempregado para cada 7 jovens. Entre os desempregados, a maioria apresenta baixo grau de escolaridade, com destaque para: 32,1% possuem de 8 a 10 anos de anos estudo, o que equivale ao fundamental completo e 36,2% possuem de

11 a 14 anos, o que equivale ao ensino médio completo. Estes dados confirmam a relação histórica existente entre a oferta educacional e o acesso ao mercado de trabalho.

Vale destacar que o Espírito Santo apresenta tendência de aumento da escolaridade média para os próximos anos, no entanto, o que se pôde observar é que do total de jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, 59,1% e 62,1% respectivamente tinham pelo menos 11 anos de estudo, correspondente a conclusão do ensino médio. Outro aspecto relevante é que, embora o analfabetismo seja reduzido em termos percentuais, correspondendo a 1,21%, quando observa-se o número absoluto encontra-se em torno de 11 mil jovens entre 15 e 29 anos que não sabem ler e escrever, contingente sem dúvida significativo. Além dos 5,1% que são considerados analfabetos funcionais (população com anos de estudo igual ou inferior a 4).

No Brasil e no Espírito Santo, em particular, várias iniciativas são realizadas com o objetivo de melhorar os indicadores nas áreas de Educação e Mercado de trabalho. O Programa Mais Tempo na Escola, Aprofundamento de Estudos, Bolsa SEDU, Nossa Bolsa, os Programas de empreendedorismo e qualificação profissional e o Programa Valorização rural são alguns

exemplos. Seria fundamental a análise detalhada dos impactos destes programas, como uma ferramenta útil ao planejamento das políticas públicas de juventude, auxiliando a tomada de decisões tanto do poder público quanto da sociedade civil, seja para a potencialização dos programas que têm apresentado resultados positivos, seja para o redirecionamento das ações.

O acesso à educação e ao mercado de trabalho representa parte dos desafios para a formulação de Políticas Públicas para a Juventude. Os aspectos relacionados à Segurança Pública e Saúde merecem o mesmo destaque. No Espírito Santo, a taxa de homicídio juvenil é 3,2 vezes maior que a taxa da região Sudeste: para os jovens de 15 a 24 anos a taxa é de 116,7 por 100 mil e em torno de 90% das vítimas são do sexo masculino. Além disso, o problema não se resume mais aos grandes centros, mas tem se tornado preocupante no nível municipal: Linhares ocupou o 3º lugar no ranking nacional em relação à vulnerabilidade juvenil à violência, tendo como referência dados de 2010.

Os jovens aparecem como vítimas e como agressores. Tendo como referência os dados de 2010, do total de presos do sexo masculino, 57% tinham entre 18 e 29 anos. Os dados

também apontaram que segundo os registros da Delegacia de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, a faixa de 16 a 17 anos é a que mais cometem delitos. Foi possível constatar também que dos adolescentes que já cometeram infrações, 80% eram usuários de drogas.

No Espírito Santo alguns Programas das áreas de Segurança Pública foram formulados para atuar sobre o impacto dos indicadores citados. Vale destacar: Estado Presente, o programa de educação e trabalho no presídio, ações realizadas ao atendimento dos adolescentes em conflito com a Lei, realizadas pelo Instituto de atendimento sócio educativo, além da Coordenação sobre Drogas recentemente criada, cujo objetivo é a formulação de um Programa estadual para reduzir os danos pessoais e coletivos ocasionados pelo uso de drogas. Certamente são iniciativas relevantes dentro do quadro apresentado, que merecem o olhar atento da sociedade civil, com vistas a garantir e ampliar cada vez mais o debate coletivo sobre a temática. Nessa área, assim como nas demais apresentadas neste texto, a interlocução com os diversos atores sociais envolvidos é um aspecto fundamental a ser assegurado no quadro das formulações políticas pretendidas.

No âmbito da Saúde Pública as altas taxas de mortes por causas externas provocadas pelos acidentes de transporte e por homicídios representam mais de 70% das causas das mortes. Em relação à saúde sexual e reprodutiva, se destacam as doenças sexualmente transmissíveis, além dos possíveis impactos de uma gravidez não planejada na adolescência. Ambos são alvo de Programas estaduais, como ex: Coordenação estadual DST e AIDS e da Saúde do Adolescente/ Jovem.

A formulação de Políticas Públicas para a Juventude deve se articular em várias dimensões. Estas são executadas em algum território, seja urbano ou rural. A questão do território permeia toda a discussão da formulação da Política, uma vez que grande parte delas se efetiva em algum lugar: é em uma escola, que está localizada em algum lugar, que se dão as ações de complementação de ensino, cursos profissionalizantes; são nas quadras da cidade, dos bairros e praças que se dão atividades de esporte e lazer, e por outro lado, é também nas ruas, que se observam as ocorrências de criminalidade, das quais os jovens são vítimas e agressores.

Este trabalho orientou-se pela perspectiva de que para além do recorte etário que

cumprir uma função operacional no âmbito da constituição das políticas Públicas de Juventude, a formulação e integração de Políticas Públicas devem considerar a pluralidade e as diferentes circunstâncias que envolvem a condição dos jovens.

Dessa forma, considerando o percentual de jovens na população do estado, as políticas que assegurem um território menos desigual em infraestrutura e qualidade urbana sem dúvida rebatem numa melhoria de vida desta parcela da população. Acesso a condições dignas de moradia, a redes de informação e a espaços públicos qualificados além de garantia de mobilidade, são valores buscados hoje e asseguram o pleno desenvolvimento da cidadania.

Por último, durante a realização deste trabalho e na construção da perspectiva teórica ao se abordar a categoria Juventude, algumas necessidades ficaram evidentes, e estas podem ser traduzidas por meio de algumas proposições. O Instituto Jones dos Santos Neves, órgão de pesquisa e planejamento do governo estadual pode contribuir com algumas ações que poderão subsidiar o processo de formulação de novas políticas, como também da integração das atuais.

Para isso, destacou-se:



1. Disponibilizar um Caderno da Juventude, com informações sistematizadas com base nos dados do Censo 2010. As informações podem ser disponibilizadas por microrregiões, por setor urbano e rural.

2. Disponibilizar no site do IJSN um Banco de dados com indicadores para a juventude nas áreas: segurança pública, saúde, assistência social, educação e mercado de trabalho.

3. Realizar um Seminário, Juventude e Políticas Públicas, com o objetivo de subsidiar a concretização do Plano Estadual da Juventude do Espírito Santo, que teve como base a Lei 8.594/7.

4. Priorizar os estudos sobre criminalidade e juventude, com o objetivo de subsidiar as atuais políticas.

Acreditamos que esta publicação possa ter contribuído para uma aproximação do espaço que cada política setorial destina aos temas e aos problemas da juventude capixaba. No entanto, considerando-se a centralidade das questões relacionadas à juventude na agenda pública este documento não pretendeu esgotar as discussões, ao contrário, foi apenas o pontapé na perspectiva de que outras contribuições venham subsidiar a formulação de Políticas que garantam a promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento integral da juventude capixaba.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. *Critica política das políticas de juventude*. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (organizadoras). *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P.13-32.

ABRAMO, H.W. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H.W. e BRANCO, P.P.M (orgs.) *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOWAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; CASTRO PRINHEIRO, Leonardo; SOUSA LIMA, Fabiano; e MARTINELLI, Claudia da Costa. *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Publicas*. Brasília, UNESCO/BID, 2002.

ABRAMOWAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO. Ministério. Brasília, 2007.

ABRAMOWAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO. Ministério. Brasília, 2007.

Agnew, Robert (1992). Foundation for a General Strain Theory of Crime and Delinquency. *Criminology* 30:47-87.

\_\_\_\_\_. (1999). A General Strain Theory of Community Differences in Crime Rates. *Journal of Research in Crime and Delinquency* 36; 123

\_\_\_\_\_. (2001). Building on the Foundation of General Strain Theory: Specifying the Types of Strain Most Likely to Lead to Crime and Delinquency. *Journal of Research in Crime and Delinquency*. Volume 38, Number 4. November. pg. 319-261.

\_\_\_\_\_. *Why Do Criminals Offend? A General Theory of Crime and Delinquency*. 2004: Oxford University Press, USA.

ADORNO, S., Bordini, E. B. T., & Lima, R. S. (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 62-74.

ANUÁRIO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, ano 4, 2010.

AQUINO, Luseni Maria C. de, Andrade, Carla Coelho de. Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

AQUINO, Luseni. CASTRO, Jorge Abrahão de (Org.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Texto para Discussão n° 1335. Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2008.

AQUINO, Luseni. *Introdução*. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (organizadores). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009, p. 23-39.

Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>>

Acesso em 26/01/2012.

ARAÚJO, Leonor Franco de; et al. Juventude e políticas públicas: o perfil dos jovens na universidade federal do Espírito Santo. s/d. Disponível em:

<[http://www.prograd.ufop.br/Downloads/Docencianoensup/Juventude e Políticas Publicas.pdf](http://www.prograd.ufop.br/Downloads/Docencianoensup/Juventude_e_Politicas_Publicas.pdf)>

Acesso em 08/02/2012.

*As tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. p. 45-56.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>> Acesso em 06/03/2012.

ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Criando Caim e Abel: pensando a prevenção da infração juvenil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br>

BARBER-MADDE, R.; ABE SABER, B. A Situação dos jovens no mundo. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. Brasília, 2010.

BEATO, Claudio C. Crime e políticas sociais. In: Das Políticas de Segurança Pública às Políticas de Segurança. Relatório do Gabinete de Segurança Institucional. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD, 2002.

BEATO, Claudio C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Rev. Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 13, n. 37, Junho, 1998.

----- . Crime e políticas sociais. In: Das Políticas de Segurança Pública às Políticas de Segurança. Relatório do Gabinete de Segurança Institucional. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). Guia de Conselhos. Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

Acesso em: 23/02/2012.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n.º 65. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos; 13 de julho 2010. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm)>.

Acesso em: 23/02/2012.

\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>.

Acesso em: 23/02/2012.

CANAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: As tensões entre igualdade e diferença*.

Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. p. 45-56. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>> Acesso em 06/03/2012.

CASTRO, Jorge A; AQUINO, Maria C. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. 2004. Disponível em:

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28334-28345-1-PB.pdf>>

Acesso em: 06/03/2012.

COHEN, A.K. (1955). *Delinquent Boys: The Culture of the Gang*. Glencoe: The Free Press.

COHEN, Lawrence e FELSON, Marcus. *Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Approach*. *American Sociological Review*, 44, 1979.

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010. Março, 2011. Disponível em:

<<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude-2003-2011>> Acesso em: 08/02/2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVES. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude. Brasília, 2011.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003, No 24. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>> Acesso em: 03/02/2012.

DAMATTA, Roberto Augusto. *A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 23/02/2012.

Espírito Santo. Lei Estadual nº 8.594/07. Disponível em:

<[http://governoservico.es.gov.br/scripts/portal180\\_1.asp?documento=0185942007.doc](http://governoservico.es.gov.br/scripts/portal180_1.asp?documento=0185942007.doc)>

Acesso em: 14/02/2012.

ESPÍRITO SANTO. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caij). Vitória, 2008.

ESPÍRITOSANTO. Plano Estadual da Juventude do Espírito Santo. 2011.

Estatuto da cidade comentado. Orgs. Carvalho, Celso Santos; Rossbach, Anaclaudia. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120p.

Estatuto da Juventude. Projeto de Lei nº 4529/2004. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219>>

Acesso em: 14/02/2012.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude Rural: Alguns Impasses e sua Importância para a Agricultura Familiar. In: Juventude e políticas sociais no Brasil. Orgs.: Castro, Jorge Abrahão de, Aquino, Luseni Maria C. de, Andrade, Carla Coelho de. Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO, Tatiana Verônica Bezerra. Comunicação, Política e Juventude: 'marginais midiáticos' do hiphop. Rio de Janeiro, 2009.136 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) –

GÓMEZ GÓMEZ, E., ed. 1993. Gender, Women and Health in the Americas. Scientific Publication No 541, Pan American Health Organization, Washington D.C.

HUFF, C.Ronald. Youth Gangs and Public Policy. Crime and Delinquency, Vol 35, nº4, October, 1989.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo 2011. Vitória, 2011.

JANNUZZI, P.M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed.,

KORNHAUSER, R. 1978. Social Sources of Delinquency. Chicago: University of Chicago Press.

LIMA, Angélica Cardoso. Juventude, tempo livre: possíveis reflexões. Maringá, 2007.

LEFEBVRE, Henri, O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC. Cultura em números: anuário de estatísticas culturais - 2ª edição. Brasília, 2010.

MOSER, Caroline; BRONKHORST, Bernice van. Youth Violence In Latin America and the Caribbean: Costs, Causes and Interventions, LCR Sustainable Development Working Paper N°3, The World Bank, Latin America and Caribbean Region, Environmentally and Socially Sustainable Development SMU. 1999.

NOVAES, Regina Celia. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009, p. 15-22. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>> Acesso em 26/01/2012.

PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2000.

Plano Nacional de Juventude. Projeto de Lei N°. 4530/04. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>> Acesso em: 14/02/2012.

POCHMANN, M. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo, 2007.

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: Diretrizes e perspectiva. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM JUVENTUDES. Brasília: UNESCO, 2004.

SAMPSON, Robert J. GROVES, W. Community Structure and Crime: testing social disorganization theory. American Journal of Sociology, vol 94, issue 4, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHOEMAKER, D.J. Theories of Delinquency. An Examination of Explanations of Delinquent Behavior. Oxford University Press, New York, 1996.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Os muitos desafios da política nacional de juventude. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. Brasília, 2010.

SEVERO, Mirlene Simões. Direitos Sociais dos Jovens no Brasil: Concepções e Experiências. Araraquara - São Paulo, 2010.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. Social Factors in Juvenile Delinquency. Report on the Causes of Crime, hrational Commission of Law Observance and Enforcement, vol. 2. Washington, D.C.: Government Printing Office. 1931.

------. Juvenile Delinquency and Urban Areas. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. *A política nacional de juventude: avanços e dificuldades*. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (organizadores). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009, p. 41-69. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>>

Acesso em 26/01/2012.

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2011. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Relatório: adolescência – fase de oportunidades. Fevereiro de 2011.

SPOSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. In: FREITAS, M.C. (orgs.) Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. *Trajetória na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil*. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (organizadoras). Políticas Públicas: Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P.57-75.

TAQUETTI, Camila Lopes. A gestão das políticas de juventude: o caso de Vitória 2005-2010. Dissertação de Mestrado em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2010. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Camila%20Lopes%20Taqueti.pdf>> Acesso em: 26/01/2012.

UMBELINO, G.; SATHLER, D. Os jovens no futuro: projeções para O BRASIL METROPOLITANO em 2020 e 2030. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. Brasília, 2010.

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO, 2009.

VEREZA, Claudio. Jovens. Espírito Santo, 2011. Disponível em: <[http://www.rog.com.br/claudiovereza2/mostraconteudos.asp?cod\\_conteudo=599](http://www.rog.com.br/claudiovereza2/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=599)>. Acessado em: 06/03/2012.

VIGNOLI, J.R. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17).

WASELFISZ, Jacobo Julio. Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007. Brasília: UNESCO, 2004.

----- . Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

ZALUAR, A. Teleguiados e chefe: juventude e crime. Religião e Sociedade. São Paulo, Centro de Estudos da Religião, v.15, n.1, 1990, p.54-67.

\_\_\_\_\_. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro, Revan e UFRJ, 1994.

# Anexos



## ANEXO I

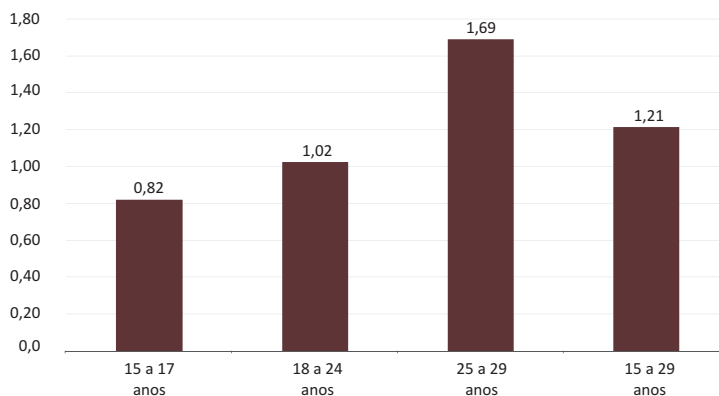
**Tabela 1 - População residente total e de 15 a 29 anos: Espírito Santo, 2000 e 2010**

População residente	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	3.097.232	1.534.806	1.562.426	3.514.952	1.731.218	1.783.734
De 15 a 29 anos	889.739	444.136	445.603	947.360	474.975	472.385
15 a 19 anos	331.372	166.972	164.400	301.529	151.475	150.054
20 a 24 anos	303.545	151.782	151.763	323.199	162.608	160.591
25 a 29 anos	254.822	125.382	129.440	322.632	160.892	161.740

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

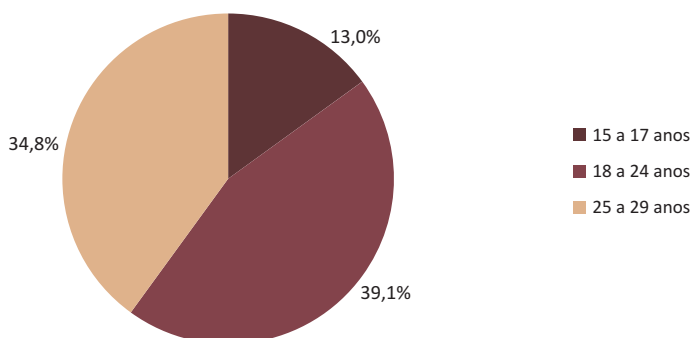
**Figura 1 - Distribuição da população de 15 a 29 anos analfabeta segundo faixa etária - Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

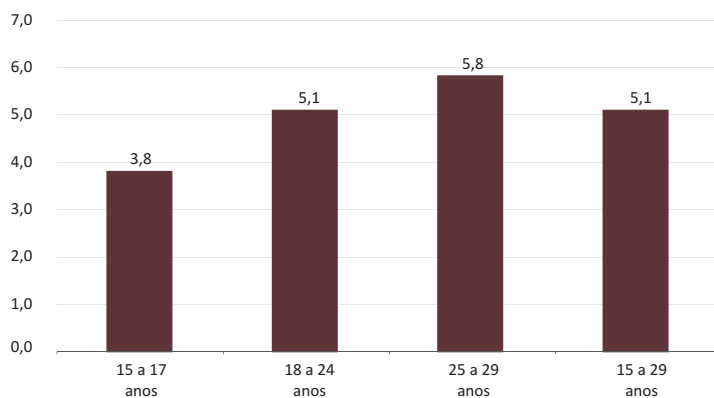
**Figura 2 - Distribuição da população analfabeta de 15 a 29 anos segundo faixa etária**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

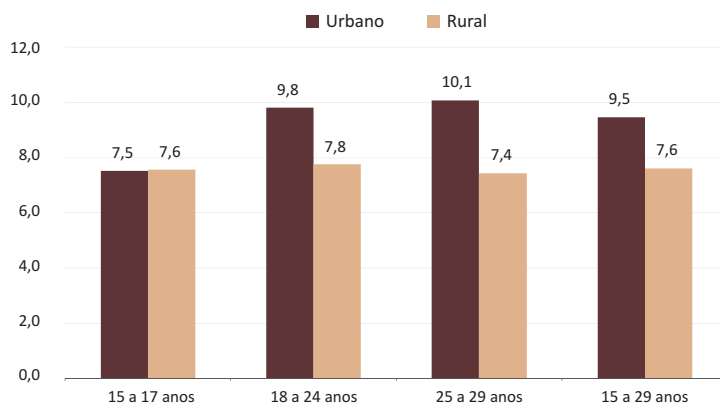
**Figura 3 - Distribuição da população de 15 a 29 anos analfabeta funcional - Espírito Santo, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

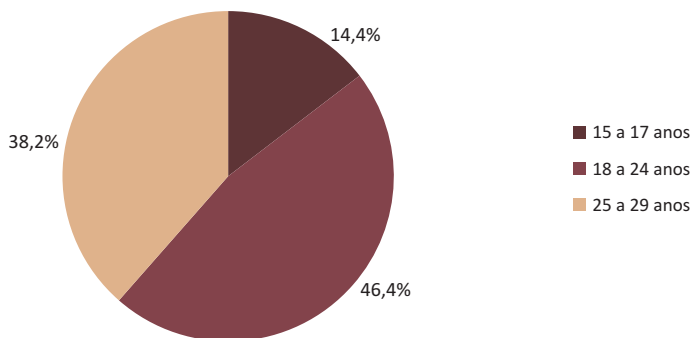
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Figura 4 - Escolaridade média das pessoas de 15 a 29 anos: Espírito Santo, urbano e rural, 2009**



Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Figura 5 - Distribuição da população analfabeta funcional de 15 a 29 anos segundo faixa etária**

Fonte: PNAD 2009.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

**Tabela 2 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por Dependência Administrativa, Gênero, Localização e Cor/Raça no Espírito Santo em 2010.**

Gênero / Localização/ Cor ou Raça	Dependência Administrativa				
	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	540.757	–	126.626	352.880	61.251
Masculino	279.301	–	65.319	182.355	31.627
Feminino	261.456	–	61.307	170.525	29.624
Urbana	478.858	–	116.946	301.566	60.346
Rural	61.899	–	9.680	51.314	905
Não declarada	194.205	–	25.266	134.592	34.347
Branca	123.496	–	32.111	74.861	16.524
Preta	18.327	–	4.862	12.712	753
Parda	194.786	–	57.112	128.232	9.442
Amarela	8.665	–	7.084	1.435	146
Indígena	1.278	–	191	1.048	39

Fonte: Censo Escolar 2010 (MEC/Inep).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Inclui matrículas no ensino fundamental 8 anos e ensino fundamental 9 anos.

**Tabela 3 - Número de matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa, Gênero, Localização e Cor/Raça no Espírito Santo em 2010**

Gênero / Localização/ Cor ou Raça	Dependência Administrativa				
	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	131.816	3.864	109.618	141	18.193
Masculino	60,877	2,217	49,788	69	8,803
Feminino	70,939	1,647	59,830	72	9,390
Urbana	127,056	3,111	106,626	29	17,290
Rural	4,760	753	2,992	112	903
Não declarada	32,505	1,462	18,719	78	12,246
Branca	36,529	1,579	31,215	30	3,705
Preta	5,217	67	4,977	0	173
Parda	51,607	733	48,825	32	2,017
Amarela	5,691	19	5,629	1	42
Indígena	267	4	253	0	10

Fonte: Censo Escolar 2010 (MEC/Inep).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

**Tabela 4 - Número de Matrículas, Concluintes e Ingressos por modalidade de ensino – Espírito Santo, 2010**

		Presencial	(%)	Distância	(%)	Total	(%)
Matrículas	Total	101.173	–	23.934	–	125.107	–
	Jovens	79.661	78,74	8.660	36,18	88.321	70,60
	Outros	21.512	21,26	15.274	63,82	36.786	29,40
Concluintes	Total	16.463	–	3.873	–	20.336	–
	Jovens	11.489	69,79	931	24,04	12.420	61,07
	Outros	4.974	30,21	2.942	75,96	7.916	38,93
Ingressos	Total	30.850	–	8.532	–	39.382	–
	Jovens	24.641	79,87	3.751	43,96	28.392	72,09
	Outros	6.209	20,13	4.781	56,04	10.990	27,91

Fonte: Censo do ensino superior 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Nota: Os alunos estrangeiros foram retirados para a análise.

**Tabela 5 - Número de jovens matriculados por modalidade de ensino – Espírito Santo - 2010**

		Presencial	Distância
<b>Gênero</b>	Masculino	34.441	2.091
	Feminino	45.220	6.569
<b>Raça</b>	Branca	12.439	1.219
	Preta	1.216	80
	Parda	7.692	441
	Amarela	470	9
	Indígena	73	4
	Não declarado / Não dispõe de informação	57.771	6.907
<b>Possui Deficiência</b>	Auditiva	15	4
	Física	28	1
	Intelectual	5	0
	Múltipla	1	0
	Surdez	7	13
	Surdez/ cegueira	1	0
	Baixa visão	13	4
	Cegueira	10	0
<b>Grau acadêmico</b>	Bacharelado	63.361	2.340
	Licenciatura	11.957	5.225
	Tecnológico	4.339	1.095
	–	4	
<b>Turno</b>	Matutino	19.292	–
	Vespertino	1.371	–
	Noturno	44.759	–
	Integral	14.239	–

Fonte: Censo do ensino superior 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Nota: Os alunos estrangeiros foram retirados para a análise. O símbolo “-” refere-se à não aplicável.

**Tabela 6 - Número de jovens matriculados por modalidade de ensino e categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior – Espírito Santo – 2010**

		Presencial		Distância	
		Público	Privado	Público	Privado
Gênero	Masculino	10.030	24.411	596	1.495
	Feminino	10.150	35.070	1.051	5.518
Raça	Branca	2.446	9.993	119	1.100
	Preta	233	983	11	69
	Parda	836	6.856	62	379
	Amarela	26	444	2	7
	Indígena	9	64	1	3
	Não declarado / Não dispõe de informação	16.630	41.141	1.452	5.455
Categoria administrativa	Pública Federal	19.339	–	1.260	–
	Pública Estadual	142	–	387	–
	Pública Municipal	699	–	0	–
	Privada	–	59481	–	7.013

Fonte: Censo do ensino superior 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Nota: O símbolo “-” refere-se à não aplicável.

**Tabela 7 - Número de Jovens em atividades complementares – Espírito Santo - 2010**

Atividades complementares	Presencial	Distância
Total	9106	598
Estágio	3031	92
Extensão	6013	526
Monitoria	657	0
Pesquisa	449	3

Fonte: Censo do ensino superior 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Nota: Os alunos podem acumular atividades complementares.

**Tabela 8 - Número de ingressos de jovens por modalidade de ensino – Espírito Santo - 2010**

	Presencial	Distância
Processo seletivo	22016	3602
ENEM	19.677	355
Vestibular	6051	3236
Outras formas de seleção	1279	220
Outras formas	2625	149
Reserva de vagas	37	–
Ensino público	31	–
Outras reservas de vagas	6	–

Fonte: Censo do ensino superior 2010.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Nota: Os ingressos por processo seletivo podem acumular vestibular/ENEM em um único processo seletivo. O símbolo “-” refere-se à não aplicável.

**Tabela 9 - Número de jovens matriculados por modalidade de ensino e categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior – Espírito Santo – 2010**

Faixa etária	2002	2006	2010
0 a 4	0,0	0,6	3,9
5 a 9	1,3	1,8	0,7
10 a 14	8,5	7,8	7,5
15 a 19	137,3	143,0	190,0
20 a 24	216,0	220,2	199,1
25 a 29	219,0	171,7	155,8
30 a 34	144,0	128,6	106,6
35 a 39	107,4	110,1	103,7
40 a 44	112,3	98,4	87,7
45 a 49	80,9	81,2	59,2
50 a 54	82,3	67,2	70,7
55 a 59	41,2	62,4	57,0
60 a 64	41,7	36,3	23,2
65 a 69	38,8	36,1	14,6
70 a 74	39,3	24,4	6,5
75 a 79	14,8	13,8	19,8
80 a 84	0,0	0,0	24,3
<b>População total</b>	<b>55,5</b>	<b>53,6</b>	<b>54,2</b>

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

## ANEXO II

**Quadro 1 - Componentes do IVJ-Violência (Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência)**  
Ano base – 2007

Dimensão	Peso do Indicador
<b>Violência entre os jovens</b>	
<b>Indicador de mortalidade por homicídios</b>	–
Indicador de homicídios entre adolescentes de 12 a 18 anos (IHA)	0,333
Indicador de homicídios entre jovens de 19 a 24 anos (IHJ1)	0,333
Indicador de homicídios entre jovens de 25 a 29 (IHJ2)	0,333
<b>Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito</b>	–
Indicador de acidentes de trânsito entre adolescentes de 12 a 18 anos (IAA)	0,300
Indicador de acidentes de trânsito entre jovens de 19 a 24 anos (IAJ1)	0,300
Indicador de acidentes de trânsito entre jovens de 25 a 29 (IAJ2)	0,400
<b>Frequência à escola e situação de emprego entre jovens</b>	
<b>Indicador de frequência à escola e emprego</b>	–
Percentual de adolescentes de 12 a 18 anos que não frequentam escola	0,333
Percentual de jovens de 18 a 24 anos que não estudam e não trabalham	0,333
Percentual de jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho <sup>(1)</sup>	0,333
<b>Pobreza e desigualdade no município</b>	
<b>Indicador de pobreza</b>	–
Percentual de pessoas com menos de ½ salário mínimo de renda familiar per capita <sup>(2)</sup>	0,333
Percentual de pessoas de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo	0,333
Percentual de pessoas de 12 a 29 anos residentes no município	0,333
<b>Indicador de desigualdade</b>	–
Percentual de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo	0,500
Percentual de domicílios localizados em assentamentos precários <sup>(3)</sup>	0,500
<b>Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Violência (IVJ-V)</b>	
Indicador de mortalidade por homicídios	0,225
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	0,225
Indicador de frequência à escola e emprego	0,175
Indicador de pobreza	0,175
Indicador de desigualdade	0,200

Fonte: Fundação IBGE. Datasus. CEM/ Cebrap. Ministério das Cidades; Fundação Seade; Ministério da Justiça; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

<sup>(1)</sup> Considerou-se inserção precária no mercado de trabalho os jovens de 15 a 29 anos ocupados como empregados sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; trabalhadores não remunerados e empregadores com até 5 empregados.

<sup>(2)</sup> Salários mínimos de setembro de 2007, equivalendo a R\$ 380,00.

<sup>(3)</sup> Para os municípios onde o estudo dos assentamentos precários não foi realizado, utilizaram-se as informações referentes ao número de setores censitários classificados como aglomerados subnormais segundo o Censo Demográfico 2000.



## ANEXO III

Quadro 2 -Quadro de programas e projetos para juventude - Governo Estadual

QUADRO DE PROGRAMAS E PROJETOS PARA JUVENTUDE - GOVERNO ESTADUAL			
Juventude e Educação			
Programa/Projeto	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público Alvo
Programa Mais Tempo na Escola	Secretaria de Estado de Educação (SEDU)	O objetivo é possibilitar aos estudantes conhecimentos e vivências contextualizadas que ampliem sua aprendizagem escolar, em especial, em Português, Matemática e Ciências utilizando linguagens culturais, artísticas e esportivas.	Alunos do ensino fundamental e médio.
Programa de Aprofundamento de Estudos		Oferecer reforço escolar para alunos que tiveram déficit de aprendizagem no ensino fundamental, nas matérias de português e matemática.	Alunos do 1º ano do ensino médio
Educação de Jovens e Adultos (EJA)		Alfabetização, cursos de ensino fundamental e médio e o atendimento nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJA, objetivando uma estrutura que compatibilize a prática social do aluno com uma prática educativa que respeite o aluno trabalhador em sua fase de vida.	Jovem e Adulto com idade mínima entre 15 e 18 anos
Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA)		As ações desenvolvidas pelos CEEJA compreendem: Exame de Suplência e Cursos de Instrução Personalizada que compreende estudos através de módulos, constituídos de apostilas.	Os exames supletivos poderão ser feitos pelos candidatos com 15 anos completos, para conclusão de ensino fundamental e 18 (dezoito) anos completos, para candidatos à conclusão do ensino médio
Programa Nossa Bolsa	Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia (SECT)	Bolsa de estudos correspondente a 100% ou 50% do valor da mensalidade no ensino superior para estudantes oriundos do ensino público.	Estudantes que tenham cursado todo o Ensino Médio em escolas públicas capixabas, com renda per capita familiar inferior a 3 salários mínimos.
Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES		Conceder bolsas de iniciação científica	Todas as idades
Biblioteca Transcol	Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV)	Acesso a livros aos usuários do Sistema Transcol, por meio da instalação de bibliotecas nos terminais de integração, incentivando a prática da leitura e a circulação de informação. O empréstimo dos livros é gratuito, com prazo de devolução de dez dias, podendo ser renovado por mais dez, e todos os exemplares são novos.	Todas as idades

continua

continuação

Juventude e Trabalho			
Bolsa Sedu	Secretaria de Estado de Educação (SEDU)	O Bolsa Sedu é um programa de concessão de bolsas de estudo do Governo do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Educação, que atende jovens capixabas no acesso à formação profissional de nível técnico.	O candidato precisa ter estudado as três séries do Ensino Médio e/ou concluintes do 3º ano do Ensino Médio em escola pública estadual, municipal e/ou federal ou ainda em instituições filantrópicas do Movimento de Educação Promocional do Estado, da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade e de Educação Especial para portadores de deficiência.
Jovens Valores e Jovens Valores Universitário		O Programa Jovens Valores oferece oportunidades de estágio nos diversos órgãos autarquias e fundações do Governo do Estado.	Estar matriculado em escola de ensino médio da rede pública estadual e/ou ensino técnico profissional ou superior reconhecido pelo MEC, Alunos inseridos no Programa "Mais Tempo na Escola", na modalidade de 25h. Estar acima de 16 anos. Não estar empregado. Não ter outro vínculo de estágio.
Programa Qualifica ES Turismo	Secretaria de Turismo (SETUR)	Qualificar os profissionais que atuam nos equipamentos turísticos dos municípios que compõe as Regiões Turísticas Metropolitana, Montanhas Capixabas, dos Imigrantes, Costa e Imigração e Verde e das Águas.	Garçom, camareira, guia de turismo, agente de viagem, recepcionista de hotéis e pousadas, taxista, e profissional que atuam no setor de alimentos.
Capacitação de Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas(MPE)	Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Aderes)	Desenvolvimento e fortalecimento das MPE, levando conhecimento às empresas de territórios menos desenvolvidos, de modo a despertar no empresário o interesse pelo aperfeiçoamento da gestão, oportunizando o início de uma trajetória em direção à sustentabilidade.aperfeiçoamento da gestão, oportunizando o início de uma trajetória em direção à sustentabilidade.	Todas as idades
Oficinas de Empreendedores Individuais(EI)		Capacitar o EI através das ferramentas básicas de gestão para o seu fortalecimento e inserção a novos mercados.	
1ª Exportação (Parceria ADERES/FINDES/SEBRAE/MDIC)		Internacionalização das MPEs, buscando aumentar a participação das MPEs nas Exportações e a inserção a novos mercados.	
Central Fácil DE Exportações		Um centro de atendimento as MPE, buscando orientar as empresas para a inserção no mercado internacional, facilitando as exportações, ampliando as oportunidades dos produtos capixabas no exterior.	

continua

## continuação

Juventude e Trabalho			
Encontro de Negócios (Giro de Oportunidades)	Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Aderes)	Promover encontro de negócios entre as grandes empresas (ancoras) e as MPE, aproximando e ampliando as oportunidades de negócios para as MPE regionais.	Todas as idades
Projeto de Extensão Tecnológica		Possibilitar um maior conteúdo de inovação e tecnologia nas MPE.	
Projeto Tenda do Empreendedor		Aproximar os serviços e benefícios disponíveis às Micro e Pequenas Empresas e ao Empreendedor Individual, bem como promover a cidadania, além de aproximar o Governo do Estado da sociedade capixaba. Consiste no oferecimento de serviços integrados do Governo do Estado, através da ADERES, BANDES (Nosso Crédito) e do SEBRAE à população mais vulnerável residente em periferias onde o Estado era outrora deficiente e distante.	
Unidade Móvel		Estimular a formalização através de cadastramento, orientações básicas, divulgação dos programas de MPES através de unidades móveis por todo Estado, atendendo principalmente a população mais vulnerável residente em periferias.	
Fortalecimento do Cooperativismo		Desenvolvimento do Cooperativismo do Estado do Espírito Santo com programas e ações alinhadas com as diretrizes governamentais, tais como: Seminários de Tendências do Cooperativismo, Assistência Técnica especializada para cooperativas em diversos segmentos e temáticas, CVT – Centro Vocacional Tecnológico, Capacitação de cooperativa na área de gestão, entre outros.	
Ala Feminina	Centro das Indústrias do ES Jovem	O objetivo principal deste projeto é promover um encontro para discussão do empreendedorismo feminino e seus principais desafios.	Jovens de 15 a 29 anos
II Congresso do Empreendedor Lusófono (em 2012)		Promover a discussão e fomento da cultura empreendedora para jovens dos países de língua portuguesa, além de proporcionar uma programação voltada na capacitação do jovem ao empreendedorismo, oferecendo ainda um ambiente propício à realização de negócios entre os participantes.	
Empreendedorismo nas Escolas (em elaboração)		Projeto no qual os membros da Diretoria do Cindes visitam escolas para explanar sobre suas experiências como empreendedores, desmitificando a visão de que ser empreendedor é o mesmo que ser empresário.	

continua

continuação

Juventude e Trabalho			
Um Futuro Empreendedor (em elaboração)	Centro das Indústrias do ES Jovem	Palestras Técnicas onde um palestrante aborda aspectos técnicos sobre um determinado tema, acompanhado pela fala de um Case de Empreendedorismo de Sucesso, em geral um Jovem que foi sucedido empreendendo na área Social/Ambiental, Empresarial, ou mesmo na carreira executiva.	Jovens de 15 a 29 anos
Nossos Recursos - 5º e 6º ano	Junior Achievement	Os alunos realizam um empreendimento econômico que contemple a geração de riqueza e a preservação dos recursos humanos, naturais e de capital. Este programa é desenvolvido em 10 encontros semanais de 2 horas.	
Introdução ao Mundo dos Negócios - 6º ano		Introduz aos jovens noções básicas do mercado de trabalho, através de jogos, dramatização e trabalhos em grupo. Ajuda os participantes a conhecerem e entenderem as funções básicas de uma empresa, e a importância da educação escolar. Desenvolvido em 5 encontros semanais de 1 hora.	
Nossa Região - 5º e 6º ano		Insere alunos do 5º ano no contexto de seu Estado. Apresenta conceitos de recursos humanos, naturais e de capital e como estes recursos estão disponíveis em sua região. Os alunos planejam um negócio baseado nos recursos disponíveis e com isso trabalham, também, o conceito de interdependência. Além disso, mostra a importância do fluxo de caixa e de como calcular lucro e prejuízo. É desenvolvido em 5 encontros semanais de 1 hora.	
Nosso Mundo - 6º ano		Com esse programa os jovens aprendem, que a maioria dos países são economicamente independentes, descobrem quais as razões para o comércio internacional e diferenciam exportações de importações. É desenvolvido em 5 encontros semanais de 1 hora.	
Economia Pessoal - 8º e 9º ano		Ajuda os jovens a descobrirem seu potencial e explorarem opções de carreiras, como conseguir um emprego e o valor da educação. Aprendem também a preparar o orçamento familiar mensal. É desenvolvido em 7 encontros semanais de 1 hora.	

continua

## continuação

Juventude e Trabalho			
Empresas em Ação - 9º ano	Junior Achievement	Possibilita aos jovens entender as principais características do sistema econômico e sua influência nos negócios. Ensina como organizar um empreendimento, produzir e colocar no mercado um produto. Aborda a responsabilidade social e o papel do governo na economia. Este programa é desenvolvido em 15 encontros semanais de 1 hora.	Jovens de 15 a 29 anos
Vantagens de Permanecer nas Escolas - 8º e 9º ano		Através de jogos os alunos descobrem a relação entre educação, opções de carreira e o alcance de metas, dramatizam uma entrevista para emprego, e em grupos debatem sobre evasão escolar. É desenvolvido em 5 encontros semanais de 1 hora.	
Cartilha do Desenvolvimento Sustentável - Nosso Planeta, Nossa Casa - 4º ao 5º ano		O objetivo é conscientizar os jovens sobre a importância da preservação do Planeta Terra, com sugestões para minimizar o impacto de nossas ações para o meio ambiente. Além disso, o programa busca formar verdadeiros multiplicadores da cultura do uso sustentável dos recursos naturais. É desenvolvido em 5 encontros semanais de 1 hora.	
Semana Estadual do Jovem Empreendedor	Federação Capixaba de Jovens Empreendedores do Espírito Santo (Fecaje)	Baseado na Lei 8887/08, diversas entidades jovens realizam eventos dentro de uma mesma programação consolidada, com objetivo de integrar o movimento jovem, dar visibilidade para o trabalho de cada entidade e propiciar o desenvolvimento profissional da juventude.	
Jovens Negócios		Combo de palestras, dentro de um mesmo segmento, onde os palestrantes são jovens empreendedores de sucesso, que demonstram como é possível estudar, se planejar e abrir seu próprio negócio.	
II Congresso do Empreendedor Lusófono (em 2012)		Promover a discussão e fomento da cultura empreendedora para jovens dos países de língua portuguesa, além de proporcionar uma programação voltada na capacitação do jovem ao empreendedorismo, oferecendo ainda um ambiente propício à realização de negócios entre os participantes.	
Núcleo Jovem da Amcham (em elaboração)	AMCHAM	Criação de um núcleo jovem com objetivo de aproximar as culturas brasileiras e estadunidenses, e contribuir para o desenvolvimento profissional da juventude.	

continua

continuação

Juventude e Trabalho			
<p><b>Youth 2 Business</b></p>	<p><b>AIESEC Intercâmbio</b></p>	<p>Realizar o Fórum de questões globais e conexão com o mercado e juventude locais.</p> <p>Oferecer oportunidades de interação do jovem com os mercados específicos em que se inserem Estimular o empreendedorismo em jovens do Espírito Santo</p> <p>Explorar as possibilidades de capacitação para os jovens capixabas.</p>	<p>Jovens de 15 a 29 anos</p>
<p><b>Projeto Educacional - Cidadão Global (em elaboração)</b></p>		<p>Projeto que trará jovens de diferentes nacionalidades, interessados em liderança para trabalhar questões atuais (Empreendedorismo, Liderança, Globalização e sensibilidade Cultural, Sustentabilidade, entre outros) com crianças e adolescentes da rede de escolas públicas e particulares do Espírito Santo</p>	
<p><b>Programa de Intercâmbios Internacionais</b></p>		<p>Trabalhar os temas: Empreendedorismo, Ética, Cidadania, Trabalho, Liderança, Globalização, Responsabilidade social, Sensibilidade cultural, sustentabilidade e inclusão.</p>	
		<p>Desenvolver competências de liderança em jovens capixabas e estrangeiros através de uma experiência profissional internacional</p>	
		<p>Oferecer a empresas capixabas a oportunidade de uma experiência internacional ao receber jovens de outras nacionalidades através de programas de trainee.</p>	
		<p>Incentivar o Internacionalismo no mercado capixaba e fomentar as relações internacionais</p>	
<p><b>Programa de Desenvolvimento de Comunidades Globais/ Intercâmbio Voluntário para Jovens e para o Terceiro Setor</b></p>	<p>Desenvolver competências de liderança em jovens capixabas e estrangeiros através de uma experiência de voluntariado internacional e do contato direto com realidades sociais diversas</p> <p>.Desenvolver o Terceiro Setor capixaba</p> <p>diversas nacionalidades</p> <p>.Incentivar o Internacionalismo e o debate de questões globais</p>		
<p><b>Interage Político</b></p>	<p><b>Transparência Capixaba Jovem</b></p>	<p>Debate entre políticos e jovens criado a partir das redes sociais com o intuito de estimular a participação e o controle social entre os eleitores e seus representantes antes e depois das eleições.</p>	

continua

## continuação

Juventude e Trabalho			
Palestras e Mesas Redondas	Transparência Capixaba Jovem	Levar temas de interesse da população como ética, cidadania, transparência, acesso à informação, dentre outros.	Jovens de 15 a 29 anos
Semana de Engenharia do Norte do ES	Projeta Junior	O Principal objetivo é ampliar o intercâmbio de informações e idéias entre profissionais, pesquisadores, empresários, professores e estudantes. Proporcionando integração de alunos, conceitos e estratégias no que diz respeito à expansão, progresso e como esses aspectos se inserem na engenharia.	
Palestra sobre os desafios do jovem no mercado de trabalho	Consultores Juniores Associados	A palestra é voltada ao público universitário e tem como debate as dúvidas e incerteza deste público ao sair da Universidade.	
Palestra sobre mercado de investimento (em elaboração)		A palestra é voltada ao público universitário e traz especialistas no assunto para esclarecer dúvidas e apontar oportunidades de investimento no mercado mobiliário.	
Palestra sobre empreendedorismo e cultura (em elaboração)		A palestra tem como objetivo discutir a relação do empreendedorismo e da cultura em seus diversos aspectos (música, esportes, cinema...) e avaliar as possibilidades de investimentos neste ramo	
Palestra sobre direito empresarial (Em elaboração)		A palestra é voltada ao público universitário e tem como objetivo debater os aspectos mais relevantes no direito empresarial e suas conseqüências.	
Campanha para doação de sangue		Com apoio do HEMOES, visamos a coletar o maior número de bolsas de sangue possível, bem como voluntários para doação de medula óssea em ação realizada para universitários.	
Espírito Junior	JUNIORES - Federação das Empresas Junior do ES	O espírito Júnior é um evento realizado pela Federação das Empresas Juniores do Espírito Santo (JuniorES) que visa mostrar e expandir o movimento empresa júnior para os novos integrantes das empresas e para aqueles que tem interesse de entrar em uma. É um evento que ocorre todo início de abril que é quando as Empresas Juniores estão finalizando seus processos seletivos.	

continua

continuação

Juventude e Trabalho			
Espírito Junior	JUNIORES - Federação das Empresas Junior do ES	A idéia é bastante simples. Em uma tarde de imersão, os novos integrantes aprenderão mais sobre o movimento, além de terem uma palestra dizendo um pouco o que é uma Empresa Júnior e quais os serviços que elas prestam. Aproveitaremos o espaço também para fazer divulgação de eventos relacionados ao MEJ (Movimento Empresa Júnior) que tem fundamental importância no que diz a respeito de fomentar o empreendedorismo no	Jovens de 15 a 29 anos
Juventude e Cidade			
Jovens Urbanos/ Parceria Programa Estado Presente	Secretaria da Educação (SEDU)/Programa Estado Presente	Incentivar que jovens conheçam os espaços de suas comunidades, assim como desenvolver atividades tecnológicas, artísticas, políticas, das ciências e de promoção da saúde, lazer e esportes	Adolescentes com idades entre 16 e 20 anos
Viaja Espírito Santo Jovem	Secretaria de Turismo (SETUR)	Leva os alunos do Ensino médio a conhecerem pontos turísticos do ES.	Ser aluno do Ensino médio.
Juventude Rural			
Programa Valorização da Juventude Rural	Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag)/Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)	O programa tem como objetivo articular esforços e ações para inclusão social juvenil no espaço público e privado, gerando novas oportunidades visando a autonomia e emancipação social dos jovens rurais.	Jovens da zona rural
Programa Valorização da Juventude Rural/Projeto Fortalecimento dos Núcleos Sociais de Jovens Rurais para uma Cultura de Paz		Tem como estratégia inserir juventude nos espaços de debates de âmbito comunitário em diversas esferas, para a construção de políticas públicas estruturantes para a integração do jovem no espaço rural.	Jovens da zona rural
Programa Valorização da Juventude Rural/Projeto Qualificação Social e Profissional		Busca a capacitação de jovens do campo a cerca dos principais saberes relacionados à gestão da propriedade rural ou na unidade pesqueira, numa perspectiva empreendedora de valorização da técnica e do exercício da cidadania.	Jovens da zona rural
Programa Valorização da Juventude Rural/Arte de Saber		O Objetivo consiste em oferecer aos jovens, acesso às novas tecnologias e informações segundo as oportunidades da região, para que jovens líderes rurais organizem ações locais de fomento às novas técnicas e tecnologias de produção agrícola, pesqueira e às questões agrárias.	Jovens da zona rural
Programa Valorização da Juventude Rural/Cultura e Juventude Rural Parceria com a Secult		Esse projeto de inclusão social juvenil tem como propósito promover políticas de desenvolvimento cultural capazes de mobilizar as melhores energias da juventude rural	Jovens da zona rural

continua



## continuação

Juventude Rural			
Programa Valorização da Juventude Rural/Projeto Plantando Árvore, Colhendo Vida	Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag)/Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)	O projeto visa à conscientização dos jovens sobre a importância dos processos produtivos sustentáveis, envolvendo-os na recuperação e conservação do meio ambiente, realizando atividades focadas na preservação, na promoção e na recuperação de nascentes de treze propriedades rurais de Anchieta	Jovens da zona rural de Anchieta
Programa Valorização da Juventude Rural/Processos Produtivos e Sustentáveis		Visa financiar ações que estimulem a iniciação científica, buscando despertar no jovem a construção do raciocínio lógico, a explicação racional dos fenômenos naturais, sociais e econômicos e a capacidade de propor novas incursões nas práticas agrícolas e zootécnicas de forma sustentável.	Jovens da zona rural
Juventude e Transporte Público			
Transcol Social - Via Escola	A Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV)	Garantir gratuidade integral para estudantes de ensino médio da rede pública estadual e federal e da gratuidade parcial dos demais estudantes. A medida faz parte das políticas educacional e social do Governo do Estado para diminuir a evasão escolar e aumentar a atratividade da escola para o jovem.	Alunos do ensino médio da rede pública estadual e federal
Juventude e Meio Ambiente			
Programa de Educação Ambiental e Difusão Científica da Biodiversidade da Mata Atlântica	Instituto de pesquisa da mata Atlântica - IPEMA	O programa tem por objetivo promover a educação ambiental temática, popularizar a ciência e estimular o interesse científico, tendo como tema a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica.	Professores, pedagogos e alunos de educação infantil, ensino fundamental e médio, gestores de governo, lideranças comunitárias, organizações não-governamentais e produtores rurais.
Museu de Biologia Mello Leitão	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA	Objetiva realizar atividades educativas em instituições de algumas regiões do Estado (Pólos), com base nos trabalhos de educação ambiental já desenvolvidos em suas respectivas áreas de abrangência (Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, São Roque do Canaã, Colatina, Itarana e Itaguaçu), respeitando e valorizando os aspectos característicos e as demandas específicas de cada região.	Visitantes, turistas e estudantes

continua

continuação

Juventude e Meio Ambiente			
Escola de Ensino Fundamental e de Pesca - ESCOPESCA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA	A ESCOPESCA, de modalidade tempo integral, desenvolve atividades de educação ambiental que favorece o resgate da cultura da pesca com utilização de técnicas de exploração dos recursos naturais marinhos com sustentabilidade, a inserção econômica, social e cultural e a melhoria da qualidade de vida. Entre as diversas ações estão: oficinas de iniciação profissional, construção de hortas e viveiros e organização de um Telecentro.	Alunos do ensino fundamental dos municípios de Guarapari, Anchieta, Itapemirim, Marataízes e Piúma
Juventude e Povos e Comunidades Tradicionais			
Juventude e Saúde			
Programa Saúde nas Escolas (PSE) em parceria com a Secretaria de Saúde	Secretaria de Estado de Educação (SEDU)	O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.	Estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
		Avaliação clínica e psicossocial	
		Ações de promoção da saúde e prevenção a doenças e agravos	
Programa Estadual de controle do Tabagismo e outros fatores de riscos do câncer/Módulo Saber Saúde	Secretaria da Saúde (SESA)	Educação permanente e capacitação de profissionais da Educação e saúde e de jovens para o PSE	Educadores e alunos do ensino fundamental e médio da rede pública
		O enfoque desse módulo é promover o acesso à informação à comunidade escolar do ensino fundamental e médio do Espírito Santo que leve à prevenção dos fatores de risco de câncer (tabagismo, uso abusivo de álcool, a maconha, hábitos alimentares nocivos e exposição solar inadequada), buscando reduzir a incidência e prevalência dos fatores de risco de câncer entre educadores e alunos.	
Juventude e Esporte			
Campeões de Futuro	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Sesport)	O objetivo é oportunizar aos alunos a prática esportiva aliada à educação, tornando assim, possível criar um colchão social para afastá-las do risco social e o envolvimento com a criminalidade, consumo de drogas e álcool ou prostituição infantil.	Crianças e adolescentes capixabas, com idade entre 7 e 17 anos em todos os municípios do Estado.

continua

## continuação

Juventude e Esporte			
Esporte pela Paz em parceria com Programa Estado Presente	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Sesport)	O projeto busca ocupar o tempo livre de crianças e jovens com práticas saudáveis para o corpo e atividades complementares que desenvolvam atitudes positivas em suas vidas e convívio na comunidade. Tendo como foco prioritário a atuação em áreas com altos índices de homicídios.	Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos
Bolsa Atleta/Bolsa Atleta Estudantil		Tem por finalidade incentivar e apoiar atletas de alto rendimento para representar o Estado em competições oficiais e estejam em plena atividade esportiva, com reconhecidos índices e classificações em Campeonatos Nacionais e Internacionais, que se encontre em fase de preparação para futuras competições	Maior de 14 anos, regularmente matriculado em instituição de ensino público ou privado.
Jogos Abertos do Espírito Santo (JOABES)		O objetivo principal da competição, que é realizada anualmente é promoção do intercâmbio sócio e esportivo-cultural dos atletas participantes, nas modalidades de Basquete, Futsal, Handebol e Vôlei, Atletismo, Natação e Judô.	Atletas acima de 18 anos
Olimpíadas Escolares do Espírito Santo		A competição tem a finalidade de aumentar a participação das escolas do Estado em atividades esportivas e mobilizar a juventude estudantil capixaba em torno do esporte lazer, possibilitar a identificação de talentos esportivos nas escolas, contribuir para o desenvolvimento social do aluno e oferecer acesso à prática do esporte escolar aos estudantes.	Categorias masculino e feminino nas faixas etárias de 12 a 14 anos e 15 a 17 anos.
Compete ES		Custeio de passagens aéreas tendo como finalidade de oportunizar que atletas e para atletas capixabas de alto rendimento disputem competições nacionais e internacionais	Atletas em alto rendimento de todas as idades
Projeto Esporte na Escola	Secretaria da Educação (SEDU)	Fomentar a prática pedagógica de atividades físicas e esportivas integrando-as áreas de ciências e cultura, com vistas a tornar a escola mais atrativa, melhorar a aprendizagem, de promover a inclusão social e o exercício da cidadania dos alunos da Rede	Alunos e professores de Educação Física da rede pública estadual de ensino do Estado do Espírito Santo

continua

## continuação

Juventude, Lazer e Tempo Livre			
Programa Educacional de resistência às drogas e à violência. PROERD	Polícia Militar (PM)	Orientação para prevenir o uso de drogas.	Alunos do Ensino Fundamental, do 5º ano, com idades entre 9 e 12 anos e do 7º ano, com idades entre 12 e 16 anos.
Programa de reabilitação à saúde do toxicômano e alcoolista. PRESTA		Prevenir e oferecer tratamento ao dependente químico.	Todas as idades
Programa Institucional de Semiliberdade	Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo - IASES/Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS)	O Programa de Medida Socioeducativa de Semiliberdade tem como objetivo promover a transição do adolescente em conflito com a lei ao meio aberto, podendo realizar atividades externas que favoreçam a profissionalização dos adolescentes, bem como inserção no mercado de trabalho, assim como ações de fortalecimento dos laços comunitário e familiares.	Adolescentes de 12 a 18 anos
Programa de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida		Tem por objetivo acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, a intervenção e a ação socioeducativa devem estruturadas com ênfase na vida social do adolescente na família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade.	Adolescentes de 12 a 18 anos
Programa de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade		Comporta a realização de tarefas gratuitas, de interesse geral, por período não excedente a seis meses. Os serviços devem ser realizados em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Sua aplicação não deve ultrapassar 8 horas semanais, devendo ser realizada aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou trabalho.	Adolescentes de 12 a 18 anos
Programa de Medida Socioeducativa de Internação Provisória/Unidade de Internação Provisória (UNIP)		Atende adolescentes envolvidos com a prática de ato infracional, antes da comprovação da autoria e de ser proferida a sentença judicial, o prazo máximo de internação é de 45 dias.	Adolescentes de 12 a 18 anos
Programa de Medida Socioeducativa de Internação Socioeducativa/Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS)		A medida socioeducativa de internação tem como característica a privação de liberdade, observando-se os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de desenvolvimento. Durante esse período é obrigatória a realização de atividades pedagógicas, atendimento psicossocial, oficinas culturais, cursos profissionalizantes, atividades culturais, esportivas e de lazer.	Jovens e adolescentes de 12 a 21 anos

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.



[www.ijsn.es.gov.br](http://www.ijsn.es.gov.br)

SECRETARIA DE ECONOMIA  
E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO  
**ESPIRITO  
SANTO**

CRESCER É COM A GENTE  
[www.es.gov.br](http://www.es.gov.br)